

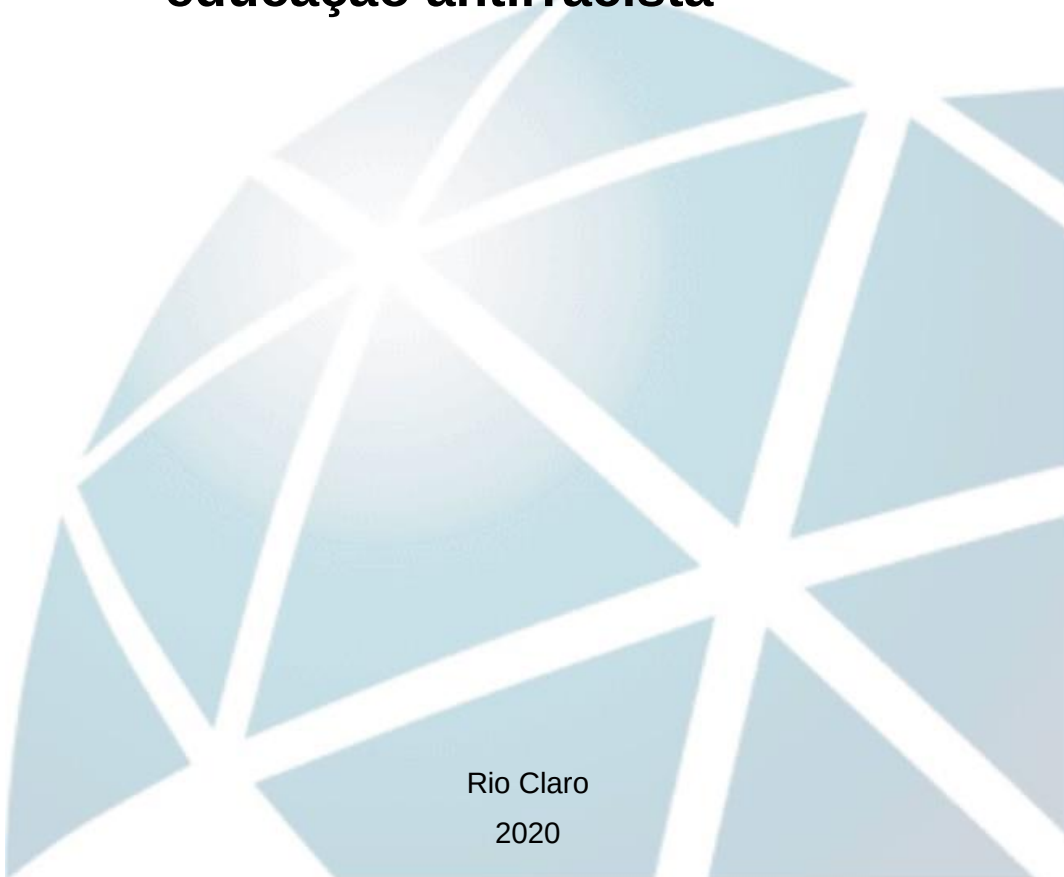
---

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

---

**WESLEY ROBERTO DA SILVA**

**Da Geografia de Colombo à Geografia dos  
Quilombos: uma proposta descolonial para a  
educação antirracista**



Rio Claro  
2020

WESLEY ROBERTO DA SILVA

Da Geografia de Colombo à Geografia dos Quilombos: uma proposta  
descolonial para a educação antirracista

Orientadora: Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de  
Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do  
grau de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro  
2020

S586g Silva, Wesley Roberto da  
 Da Geografia de Colombo à Geografia dos Quilombos :  
 uma proposta descolonial para a educação antirracista /  
 Wesley Roberto da Silva. -- Rio Claro, 2020  
 85 p.

Trabalho de conclusão de curso ( - ) - Universidade  
 Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio  
 Claro

Orientadora: Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

1. Ensino de Geografia. 2. Formação territorial do  
 Brasil. 3. Lei nº 10.639/2003. 4. Quilombo dos Palmares.

5. Geografia descolonial e Educação antirracista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca  
 do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## RESUMO

Essa pesquisa apresenta elementos para construir novas perspectivas e referenciais para o ensino de Geografia no que se refere aos seus conteúdos, situações de aprendizagem e habilidades curriculares, especialmente ao tratar da formação territorial do Brasil ou da gênese do território brasileiro e suas fronteiras. Há diversos estudos sobre a formação territorial do Brasil e a complexidade do assunto se deve a fatos geográficos, históricos, econômicos, políticos e culturais presentes em nosso território. A partir de uma pesquisa bibliográfica, estudamos perspectivas que fazem a leitura descolonial e a crítica aos processos de colonização escravocrata, que foram a base para a formação territorial brasileira. O recorte temático de nossa pesquisa buscou, portanto, contribuir para com os estudos sobre os levantes populares e resistências da população negra contra o regime escravocrata colonial, em especial das lutas quilombolas, trazendo especialmente o histórico do Quilombo de Palmares (1595-1695). Espera-se com esta pesquisa, oferecer referências às práticas de ensino dos professores que se propõem a efetivar as leis nº 10.639 de 2003 e a nº 11.645 de 2008, formuladas para atender às políticas públicas de ações afirmativas para as populações de negros, indígenas e quilombolas, que lutam pelo direito de contar sua própria história na educação escolar. Nesse sentido, o estudo apresenta uma alternativa pedagógica de base crítica para o combate ao racismo na sociedade brasileira, a partir das práticas educacionais, particularmente no ensino de Geografia.

**Palavras chave:** Formação-territorial do Brasil; Ensino-de-Geografia; Lei nº 10.639; Lei nº 11.645; Quilombo-dos-Palmares.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                          |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Agradecimentos.....</b>                                                                                                                               | <b>6</b>  |
| <b>Introdução.....</b>                                                                                                                                   | <b>7</b>  |
| <b>Capítulo 1 - A colonialidade na formação territorial do Brasil: a Geografia de Colombo e suas representatividades .....</b>                           | <b>10</b> |
| 1.1 Geografia de Colombo: o conceito e a metáfora .....                                                                                                  | 10        |
| 1.2 Geografia de Colombo: despovoamento indígena e o povoamento europeu na formação do território brasileiro.....                                        | 14        |
| 1.3 Geografia de Colombo: miscigenação brasileira e aspectos do mito da democracia racial .....                                                          | 23        |
| 1.4 Geografia de Colombo: a escravidão moderna e as políticas de embranquecimento no Brasil .....                                                        | 29        |
| <b>Capítulo 2: A Geografia de Quilombos: crítica à colonialidade do saber, relações étnico-raciais e os sentidos de uma Geografia descolonizada.....</b> | <b>36</b> |
| 2.1 A Geografia de Quilombos: crítica à colonialidade do saber e a geograficidade das relações étnico-raciais .....                                      | 38        |
| 2.2 A Geografia de Quilombos: espaços descoloniais e as possibilidades quilombolas das ações afirmativas na educação .....                               | 43        |
| <b>Capítulo 3: A Geografia de Quilombos: o exemplo de Palmares .....</b>                                                                                 | <b>49</b> |
| 3.1: Resgatando o território étnico de Angola Janga: a geografia afrobrasileira como uma referência da geografia de quilombos .....                      | 49        |
| 3.2 A República dos Palmares: a resistência secular do povo negro.....                                                                                   | 59        |
| <b>Considerações para um acabamento sempre provisório frente à luta.....</b>                                                                             | <b>72</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                 | <b>81</b> |

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, aos Voduns, ao meu papai Ogum, meu papai Oxalá, a minha mamãe Yansã, ao senhor Barà, pois a minha fé e meus aprendizados na matriz africana foram fundamentais para o desenvolvimento e amadurecimento dessa pesquisa. A minha força de vontade teve fundamentos na mesma fé dos meus ancestrais, são eles a nossa estrutura, nossa base.

Agradeço a minha companheira de amor e vida Fran Campos, por todo amor, apoio, incentivo e carinho que ela me dedicou, incondicionalmente, durante essa pesquisa. Por essas e outras eu te amo Pretinha.

Agradeço a minha mãe Gizele, que sempre cuidou de mim e acreditou no meu potencial, sem ela, que me manteve na escola, não teria chegado até aqui. Valeu minha Coroa!

Agradeço a Doné Oyassy e Tata Ojary Kejessy, a toda família Ylê Axé de Yansã do Sítio Quilombo Anastácia de Araras-SP, que me fortaleceram e me ajudaram a ser um homem negro de fé e consciente de minhas origens ancestrais. Eu aprendi o que é a vida quilombola nessa comunidade.

Agradeço a comunidade negra de Rio Claro-SP, especialmente aos que acreditam na organização cultural e política do movimento negro desse município. Aos coletivos negros e ao CONERC – Conselho Municipal da Comunidade Negra de Rio Claro – que tive a oportunidade de conhecer, participar de reuniões e eventos que pautavam a questão negra.

Agradeço ao Coletivo Mãe África, organização que tenho a honra e orgulho de ser membro. As vivências nesse coletivo me fortaleceram a ser um negro consciente, um educador social dedicado a luta do movimento negro contra todas as formas de racismos.

Agradeço a minha orientadora, a Professora Doutora Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho, pela autonomia concedida, pelo respeito ao nosso tema e objetivos, pelo exemplo, pela calma e humildade que me transmitiu, fazendo-me acreditar no potencial dessa pesquisa acadêmica para a nossa formação e luta contra o racismo. Obrigado, Pro!

Valeu Quilombolas Palmarinos que construíram os mocambos e luta por justiça e liberdade na Serra da Barriga, em Palmares. Valeu Zumbi! Valeu Ganga Zumba! Valeu Acotirene! Valeu Aqualtune! Valeu guerreiras e guerreiros o “grito forte dos Palmares!”. Com fé e muita luta “faremos Palmares de novo”.

## Introdução

*“Negro entoou um canto de revolta pelos ares, no Quilombo dos Palmares, onde se refugiou” por Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte.*

Há diversos estudos de Geografia a respeito da formação territorial do Brasil. O tema é complexo e é tomado como referência para a análise de vários fatos geográficos, históricos, econômicos, políticos e culturais desse território. A nossa pesquisa pretende estudar parte desses momentos da formação territorial do Brasil, em especial o Quilombo dos Palmares (1595-1695). O recorte temático em Palmares pretende contribuir com os estudos descoloniais dos levantes populares e resistências da população negra contra o regime escravocrata colonial, em especial a luta dos quilombolas.

Pretendemos estudar as perspectivas descoloniais que fazem a leitura crítica aos processos de colonização escravocrata, base da formação territorial brasileira. Fazendo uma releitura da formação brasileira a partir do resgate das histórias de resistências dos povos africanos, ancestrais da população negra brasileira, que organizaram na Capitania de Pernambuco, em meio da mata e no alto da Serra da Barriga o quilombo dos Palmares.

Nos fins do século XVI – não se pôde ainda estabelecer exatamente o ano – sublevaram-se os escravos negros de um grande engenho de açúcar localizado no extremo sul da Capitania de Pernambuco. Armados de foices, chuços e paus, atacaram e dominaram amos e feitores. E assim, viram-se senhores do engenho que fora tanto tempo o instrumento da sua opressão. Mas quedaram perplexos: que fazer da liberdade que haviam conquistado? [...]

Os rebeldes concluíram que não tinham muita escolha: ou a floresta, ou a reescravização. Puseram-se em marcha com suas mulheres e suas ferramentas de trabalho. Marcharam muitos dias antes de penetrar na selva densa e escura. [...]

O primeiro núcleo de negros palmarinos se estabeleceu na Serra da Barriga, hoje situada no Estado de Alagoas. Ali começou e, um século depois, acabou a epopeia palmarina (FREITAS, 1981, p. 15-17).

O Quilombo dos Palmares (1595-1695) é estudado em diversas obras da historiografia brasileira, em especial, por autores que constataram a necessidade de compreender de forma profunda o que foi a resistência negra nos primeiros séculos do Brasil colônia. Referida como a “República dos Palmares” (FREITAS, 1981; MOURA, 2014a; NASCIMENTO, A. 2019), o quilombo foi “um Estado negro que resistiu até o fim do século XVIII às incessantes e encarniçadas tentativas de destruição empreendidas pelos senhores de escravos da capitania de Pernambuco” (FREITAS, 1981, p. 17). Toda essa história de resistência faz de Palmares o quilombo mais conhecido do Brasil.

A partir da obra “Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico/ organização de Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de

Oliveira – 1.ed – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017” conhecemos o debate a respeito das dimensões da Colonialidade (ser, saber, poder e da natureza) na formação do Brasil. Esse livro reúne textos de um grupo de pesquisadores, que se encontraram no seminário “Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico”, para debater criticamente os conceitos de Colonialidade e descolonização. Também nos foram importantes, para compreendermos essa perspectiva, direta ou indiretamente, no pensamento geográfico, os textos de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Renato Emerson dos Santos e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.

As obras de Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Décio Freitas, Beatriz Nascimento, Flávio dos Santos Gomes, Florestan Fernandes, Elisa Larkin Nascimento e de outros cientistas sociais, também fizeram parte de nosso embasamento teórico. Nossa pesquisa não pretende revolucionar os paradigmas do pensamento geográfico e educacional. Muitos autores já fizeram esforços importantes nesse sentido, e seria muita pretensão de nossa parte. Nosso texto é uma trança feita com diversos fios dos pensamentos raciais das ciências sociais. Pretendemos firmar pontos importantes acerca do debate racial para o ensino de Geografia.

A metáfora Geografia de Colombo foi uma expressão criada para causar uma provocação a respeito do conceito de Colonialidade. A inspiração e a licença poética de artistas de rap são usadas em nossa pesquisa, para pensarmos criticamente o papel do Colonizador europeu. Com a esperança de estarmos no caminho “do pensamento livre e não do discurso único” (SANTOS, M. 2011), escolhemos os estudos da perspectiva descolonial para fazer da Geografia um instrumento de superação da Colonialidade e de todas as formas de racismos (cultural, religioso, econômico, epistêmico etc.). A nossa Geografia pretende ser de Quilombo e não de Colombo, pois é uma opção para descolonizar o pensamento e se propõe ao desafio da renovação do pensamento crítico a partir da articulação de diferentes saberes e racionalidades.

Portanto, organizamos os resultados dessa pesquisa em três capítulos, sendo que o capítulo 1: “A colonialidade na formação territorial do Brasil: a Geografia de Colombo e suas representatividades”, tem por objetivo contribuir para uma análise crítica da formação territorial do Brasil a partir do pensamento descolonial da Geografia e de referenciais das outras ciências sociais que estudaram a colonização desse território. Analisamos as grandes consequências de uma perversa Colonialidade que causou no Brasil problemas estruturais, especialmente nas questões étnico-raciais.



No capítulo 2, “A Geografia de Quilombos: crítica à colonialidade do saber, relações étnico-raciais e os sentidos de uma Geografia descolonizada”, estudamos a temática a partir da perspectiva crítica da Colonialidade do saber (CRUZ, 2017), da importância da Geografia descolonial no ensino das relações étnico-raciais e suas possibilidades nas políticas educacionais (leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008).

O capítulo 3 “A Geografia de Quilombos: o exemplo de Palmares” buscou no estudo de longa historiografia referida à República de Palmares (FREITAS, 1981; GOMES, F. 2011; MOURA, 1993 e 2014a; NASCIMENTO, A. 2019; NASCIMENTO, B. 2014), compreender como esse quilombo e sua organização marcaram a formação territorial do Brasil, especialmente no século dezessete.

Encerramos com as Considerações que não são finais, pois a luta ainda está em curso. Mas esperamos, assim como aconteceu conosco, que haja aprendizados na leitura desse trabalho, possibilitando ações para uma educação antirracista.

## Capítulo 1 - A colonialidade na formação territorial do Brasil: a Geografia de Colombo e suas representatividades

*“Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializaram-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder” (As veias abertas da América Latina - Eduardo Galeano).*

O primeiro capítulo dessa pesquisa tem por objetivo contribuir às análises críticas da formação territorial do Brasil a partir do pensamento descolonial da Geografia e de referenciais das outras ciências sociais que estudaram a colonização desse território (FREITAS, 1981; MOURAS, 1993; 2014a; 2014b; NASCIMENTO, A. 2016). Em nossos estudos analisamos as grandes consequências de uma perversa Colonialidade que causou no Brasil problemas estruturais, especialmente nas questões étnico-raciais.

A Geografia de Colombo é uma referência que utilizamos para demarcar as narrativas que não consideram a geograficidade e a historicidade de eventos quilombolas e indígenas que resistiram aos processos de invasões europeia na formação do Brasil. Esse território é marcado por territorialização europeia e desterritorialização indígenas, tráfico e escravização de africanos, forçados processos de miscigenação e embranquecimento da população brasileira. A Geografia é uma importante ciência social para compreendermos a formação territorial do Brasil, nesse capítulo oferecemos uma narrativa que busca superar velhos paradigmas e mitos firmados pela modernidade-colonial eurocêntrica, que ainda são presentes em conteúdos e materiais escolares dessa disciplina.

### 1.1 Geografia de Colombo: o conceito e a metáfora

*“Mas em desigualdade ainda estamos entre os péssimos primeiros. Empréstimos em dinheiro e quem fez o rombo? Os filhos de Colombo ou os filhos de Quilombo...(Brasil Colônia por Oriente, part. Fábio Brazza, Sant, Sid e Gog1).*

Para muitas gerações de estudantes brasileiros, quando aprenderam sobre a formação territorial do Brasil, ensinaram que foi o português Pedro Álvares Cabral, no dia 22 de abril dos anos de 1500, o grande “descobridor do Brasil”. A pergunta “quem descobriu o Brasil?” é respondida facilmente, pois está no senso comum da população. O mesmo efeito serve para “quem descobriu as Américas?” pois é sabido que não foi Cabral, mas o italiano Cristóvão Colombo, considerado o grande “conquistador” da colonização espanhola no “Novo Mundo”, tendo realizado suas navegações na década de 1490.

---

<sup>1</sup> Trecho da música Brasil Colônia, grupo Oriente com participações de Fábio Brazza, Sid, Sant e Gog. Disponível em <https://www.letras.mus.br/oriente/brasil-colonia-part-fabio-brazza-sant-sid-e-gog/> (acessado em 23 de abril de 2020).

No presente estudo usamos o termo Geografia de Colombo não como um conceito fundador no pensamento geográfico para entender ou enaltecer os feitos do navegador italiano. Trata-se apenas de uma referência ao papel do colonizador usando o nome de Cristóvão Colombo. Nossa fonte de inspiração foi a letra da música “Brasil Colônia” do grupo de rap brasileiro Oriente (part. Fábio Brazza, Sant, Sid e Gog). Especialmente na parte cantada pelo MC Fábio Brazza:

Desde muito tempo atrás, muito tempo atroz  
 Quase desde Pero Vaz, nunca teve vez nem voz  
 Das favelas aos faróis  
 Oprimidos desde os portugueses e espanhóis  
 Muitos contras, poucos prós, segue a conta pra nós  
 O mesmo ônus, 500 anos após  
 Desde Dom Pedro Primeiro que o Brasil é terceiro mundo  
 Desde Dom Pedro Segundo que ainda somos controlados por terceiros  
 Ansiando o décimo terceiro  
 Mas em desigualdade ainda estamos entre os péssimos primeiros  
 Empréstimos em dinheiro e quem fez o rombo?  
**Os filhos de Colombo ou os filhos de Quilombo**, quem são os herdeiros?  
 Antes presos na corrente do branco  
 Hoje na conta corrente do banco  
 Assassinatos seguem padrões de cores  
 Pensamentos francos e Marielles Franco atraem franco atiradores  
 Mas cansados de ouvir ordens dos mestres da colônia  
 Os serviais viraram mestres de cerimônia  
 E trouxeram uma nova corrente de pensamento  
 Conhecimento é empoderamento contra os opressores  
 O grito de independência é declamado todo dia  
 Nos saraus de poesia, mas nessa fotografia  
 Não vemos um homem num cavalo branco  
 Vemos mulheres e jovens negros da periferia  
 Escrevendo a própria carta de alforria  
 Educação é a nova abolição da escravatura  
 E cada verso no papel  
 A certeza que a cultura liberta mais que assinatura da princesa Isabel!  
 (BRAZZA, 2019 – destaque em negrito são nossos).

Essa letra de rap foi composta por artistas que são conhecidos pelos conteúdos de crítica social em suas canções. Produzida pelo grupo Oriente, tem a participação dos MCs Nissin, Fábio Brazza, Sant e Gog, sendo o último músico um dos primeiros rappers do Brasil, importante ativista do movimento hip hop e das causas do movimento negro. O seu rap é um instrumento de intervenção crítica e conscientização social, é uma referência na nossa consciência crítica.

Na música “Brasil colônia”, seus compositores escreveram com muita criatividade e criticidade os aspectos históricos da colonização Brasil. Esta pesquisa não busca realizar uma análise profunda de tal música, mas, cabe ressaltar e legitimar o domínio cultural das perspectivas históricas do rap nacional, que nasceu como uma música de protesto do jovem

periférico brasileiro. Os MC's fazem relações entre os processos coloniais e problemas contemporâneos, especialmente os que emergem das populações negra e indígena. Em defesa da história de lutas, das tradições ancestrais e das resistências desses povos, com muitos acordos aos compositores de “Brasil Colônia”, não corroboramos a ideia de “descobrimento” do Brasil ou das Américas.

Certamente, a noção de “descoberta” do continente americano pelos europeus está ultrapassada. O conceito de “encontro entre dois mundos” também se revela inadequado quando levamos em conta o mundo africano como um terceiro protagonista do processo histórico em questão [...] (NASCIMENTO, G. & NASCIMENTO, E. 2008, p. 139).

Nosso objetivo é contribuir com o pensamento crítico sobre a formação territorial do Brasil, para a formação de teorias descoloniais e antirracistas nos estudos de Geografia. O nosso recorte analítico se refere à história do Quilombo dos Palmares, como referência de um território étnico de resistência aos processos de colonização do Brasil.

Em nossa pesquisa encontramos várias contribuições sobre a perspectiva de um pensamento descolonial na Geografia. Conhecemos tal debate a partir da obra “Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico/ organização de Valter do Carmo Cruz, Denílson Araújo de Oliveira – 1.ed – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017”. Este livro reúne textos de um grupo de pesquisadores, que se encontraram no seminário “Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico”, para debater a importância de refletir criticamente os conceitos de Colonialidade e descolonização. Também nos foram importantes, para compreendermos essa perspectiva, direta ou indiretamente no pensamento geográfico, os textos de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Renato Emerson dos Santos e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Segundo Renato Emerson dos Santos (2017, p. 60)

A colonialidade é um padrão de poder que articula diversas dimensões da existência social. Trabalho, subjetividade, autoridade, sexualidade, cultura, identidade, entre outras, são todas dimensões constituintes das experiências sociais de indivíduos e grupos, e são constitutivas de um pacote de múltiplas relações de poder que, imbricadas, constituem a “colonialidade”. Esta se vale, portanto, de hierarquias sexuais, políticas, epistêmicas, econômicas, espirituais, linguísticas e raciais de dominação, operando em diversas escalas, desde a global até as interações entre dois indivíduos (SANTOS, R. 2017, p. 60).

Entre os séculos dezesseis e dezessete habitavam em Palmares milhares de africanos, descendentes de africanos, indígenas que resistiam aos aldeamentos jesuítas e alguns colonos portugueses que viviam em condições precárias ou mesmo aqueles que não concordavam com o sistema colonial. A resistência naquele Quilombo representa uma outra forma de geografia e organização social. A República dos Palmares (FREITAS; 1981;

MOURA, 1993; 2014a; NASCIMENTO, A. 1981) é, para nós, a expressão de um movimento descolonial e quilombola no Brasil.

A metáfora Geografia de Colombo foi uma expressão criada para causar uma provocação a respeito do conceito de Colonialidade. A inspiração e a licença poética de artistas de rap são usadas em nossa pesquisa, para pensarmos criticamente o papel do Colonizador europeu. Usar letras de rap nessa pesquisa é, para nós, corroborar com seu caráter teórico-metodológico descolonial. O rap faz parte da cultura Hip Hop, fundada pelos negros nas Américas, essa expressão surgiu inspirada na realidade da vida suburbana/periférica, nos anos de 1970, especialmente nas periferias urbanas dos EUA e Brasil.

As referências artísticas também são importantes às nossas bases epistêmicas, pois interpretamos conceitos nas manifestações artísticas e culturais, em especial nas músicas oriundas dos negros diaspóricos, que trazem conteúdos de críticas sociais. As ideias dos MC's não somente presentes na música "Brasil Colônia", mas em várias outras, contribuíram fundamentalmente para nossas perspectivas teóricas e metodológicas. Também nos inspiramos no pensamento do geógrafo Milton Santos, quando se refere no movimento "que vem de baixo para cima". Embora esse autor não tenha se dedicado aos estudos de um pensamento geográfico descolonial, encontramos ideias que contribuíram para nossas formulações e parte de nossas convicções políticas, quando nos afirma:

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os desertados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único (SANTOS, M. p. 14, 2011).

Com a esperança no caminho do pensamento livre e não do discurso único, escolhemos os estudos da perspectiva descolonial, para fazer da Geografia que acreditamos um instrumento de superação da Colonialidade, das opressões, de todas as formas de racismos (cultural, religioso, econômico, epistêmico etc.). A nossa Geografia pretende ser de Quilombo e não de Colombo, pois é uma opção para descolonizar o pensamento e se propõe ao desafio da renovação do pensamento crítico a partir da articulação de diferentes saberes e racionalidades.

[...] Descolonizar impõe o desafio de invenção, da criação de novas metodologias de investigação, bem como de trabalhar com novas formas de linguagens. Não bastam conceitos e teorias descoloniais, precisamos a construção de metodologias outras que permitam o diálogo entre distintos saberes e diferentes matrizes de racionalidades. Necessitamos de outras epistemes e práticas de produção do conhecimento capazes de efetivar um processo de descolonização da ciência e do pensamento. Não é possível

produzir conhecimento descolonial com métodos coloniais. As linguagens acadêmicas e as tradicionais formas de comunicar as pesquisas não são suficientes para traduzir as diferentes experiências. Precisamos encontrar metodologias, linguagens e formas de expressão que possam traduzir as experiências e os saberes de grupos subalternizados em um registro descolonial (CRUZ, p. 31, 2017).

As obras de Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Décio Freitas, Beatriz Nascimento, Flávio dos Santos Gomes, Florestan Fernandes e de outros cientistas sociais, também fizeram parte de nosso embasamento teórico. Nossa pesquisa não pretende revolucionar os paradigmas do pensamento geográfico e educacional. Muitos autores já fizeram esforços importantes nesse sentido, e seria muita pretensão de nossa parte. Porém, nos colocamos num projeto ambicioso (SANTOS, M. 2012), para que nossos estudos contribuam fundamentalmente para outros pesquisadores inquietos com a nossa realidade social, contribuindo com a superação da Geografia eurocêntrica, “instrumento de conquista colonial” (SANTOS, M. 2012, p. 31). Nosso texto é uma trança<sup>2</sup>, feita com diversos fios dos pensamentos raciais das ciências sociais. Pretendemos firmar pontos importantes acerca do debate racial para o ensino de Geografia, importante ciência humana no debate sobre etnias, raças e território.

## **1.2 Geografia de Colombo: despovoamento indígena e o povoamento europeu na formação do território brasileiro**

*“A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento...” Ronaldo Vainfas (2007)*

Estima-se a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral, para fundar o Brasil, em abril dos anos de 1500. O fato é que o território alcançado pelos portugueses já estava ocupado há milhares de anos (AB’SÁBER & BESNARD, 1952), com milhões<sup>3</sup> de pessoas e milhares de povos, que dominavam toda geografia de limites continentais. Outra ocorrência é que muitos estudos indicam que os navegantes europeus já conheciam histórias sobre as terras do sul do Atlântico (RIBEIRO, 1995).

São tendenciosamente falsas as ideias que afirmam que Cabral “descobriu o Brasil” ou de Colombo como um grande “conquistador do Novo Mundo”. Tais afirmações fazem parte de um conjunto de mitos, ensinados nas escolas como uma suposta verdade ou consideração histórica da “matriz lusa” em nossa formação territorial. Ao nosso ver, trata-se

---

<sup>2</sup> Sabe-se que a trança, basicamente, é forma por um emaranhado de fios, dividido em três partes. Nosso texto é uma trança que articula os eixos raça, território e formação.

<sup>3</sup> Segundo dados da FUNAI, cerca de três milhões de indígenas ocupavam as terras invadidas pela armada de Cabral em 1500, disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao> acesso em 23 de abril de 2020. Darcy Ribeiro (1995) estima que no litoral cerca de 1 milhão de indígenas se encontravam espalhados por toda costa litorânea.

de naturalizar a perversidade colonial que formou esse país e colaborar para o eurocentrismo do pensamento científico.

A ideia de descobrimento do Brasil enganou várias gerações de estudantes e contribuiu com outro mito brasileiro: a democracia racial. A história brasileira ensinada a partir daquele ponto de vista colonial, apaga a presença histórica de milhares de sujeitos que habitavam e já configuravam esse espaço geográfico antes da invasão no século dezesseis. Também embasa um processo racista de invasão que foi perversamente estimado como civilizatório, onde os nativos da terra foram definidos com seres selvagens e tribais no sentido de incapazes de se organizarem como povos, grupos humanos legítimos dessa terra.

O mito do descobrimento e o mito da democracia racial se tornaram dilemas históricos para os povos originários e às populações negras. Posições estimadas pela dimensão da colonialidade do saber (SANTOS, R. 2017), algo que dificulta a organização científica da história desses povos historicamente oprimidos na formação brasileira.

Darcy Ribeiro (1995) movimentou esforços muito importantes para pesquisar a “matriz tupi”, e afirmou as dificuldades de contar a história do povo brasileiro para além do olhar do invasor europeu

Reconstituir esse processo, entendê-lo em toda a sua complexidade, é meu objetivo neste livro. Parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador. Lendo-a criticamente, é que me esforçarei para alcançar a necessária compreensão dessa desventurada aventura (RIBEIRO, 1995, p. 30).

A historiadora Jacqueline Hermann afirma que “a concepção da “ilha Brasil” para os portugueses foi uma espécie de “mito geopolítico” ao qual se agregou a força do apelo comercial da madeira de cor abrasada que terminou por cunhar o nome do novo território” (HERMANN, 2007, p. 19). A exploração da árvore Pau-Brasil, é uma história muito contada sobre as origens do nome da colônia portuguesa. Mas, também é importante relembrar o Tratado de Tordesilhas, assinado entre Espanha e Portugal, em 1494, que dá indícios do conhecimento europeu sobre o “Novo Mundo”. Para Hermann (2007):

A legitimidade do domínio português sobre as terras encontradas por Pedro Álvares Cabral fora estabelecida pelo célebre Tratado de Tordesilhas, de 1494. Mas, apesar da proximidade das datas, o que permitiu que se especulasse que Portugal já sabia da existência das terras brasílicas antes mesmo da expedição cabralina, o direito de posse de Portugal sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil foi produto das crescentes rivalidades entre Portugal e Espanha pelas novas terras conquistadas no Novo Mundo,

desde a segunda metade do Século XV. A supremacia portuguesa nessa disputa fora posta em causa pela bula *Inter coeterea*, de 1493, que concedia à Espanha a posse das terras “descobertas ou por descobrir” localizadas a 100 léguas a oeste de Cabo Verde, limitado, assim, a área de influência de Portugal, até então depositário exclusivo do poder de dominação e cristianização de territórios e povos conquistados. A interferência papal nessa disputa justificava-se pelo espírito de cruzada que ainda animava as conquistas quinhentistas, herdeiras da mentalidade medieval, e que davam continuidade à chamada guerra de recuperação de territórios outrora pertencentes ao mundo cristão” (HERMANN, p. 19 e p. 20, 2007).

Embora a autora trate das invasões europeias nas terras dos povos originários como “descobrimento” e “encontro de povos”<sup>4</sup>, seus estudos nos trazem a referência do Tratado (1494), como o primeiro esboço territorial do colonizador das terras que configurariam o Brasil. Segundo Hermann (2007)

Mas falar do Brasil no início do Século XVI é falar sobretudo de uma pequena faixa litorânea pouco ocupada pelos descobridores, como bem disse Capistrano de Abreu, sem que se soubesse, àquela altura, o que ia acontecer com mais essa porção de terra portuguesa. De todo modo, pode-se afirmar que o primeiro esboço da conformação territorial do Brasil foi possível devido ao estabelecido no Tratado de 1494, embora mesmo para os portugueses a extensão e o tamanho dos novos domínios fossem ainda praticamente desconhecidos (p. 20 e p. 21).

Importantes estudos nos favorecem para a compreensão crítica dessa formação territorial brasileira e nossas desmistificações coloniais. O mito do descobrimento é refutado em Nascimento G. e Nascimento E. (2008), as autoras também fazem críticas sobre as ideias de “conquista” e “encontro de povos”.

Quando pensamos no termo “descobrir”, temos a impressão que antes de a primeira caravela apontar havia um grande véu a encobrir toda a extensão, como se o “novo” continente se encontrasse nos umbrais à espera da luz prodigiosa – o olhar do senhor/colonizador que mostraria a vida; como se nada existisse antes de sua chegada; como se tudo antes fosse inanimado e aguardasse o gesto inaugurador, portador da animação do mundo; como se o caos fosse anterior, e não posterior à sua passagem; como se outrora não existissem organizações de grupos humanos; como se maias, incas, astecas, tupis e guaranis só fossem reconhecíveis pelo olhar onipotente do senhor/colonizador. A unilateralidade da história oficial foi incapaz de perceber a grandeza de outras civilizações. Com o olhar voltado para o próprio umbigo, ignorou e aniquilou histórias milenares. O que para o Outro foi a história dos descobrimentos para nós foi a história do apagamento (NASCIMENTO, G & NASCIMENTO, E. 2008, p. 134 e p. 135).

A obra do Professor Doutor Kabengele Munanga (1999) “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional *versus* identidade negra” é fundamental para

---

<sup>4</sup> “Cenário do encontro de povos: a construção do território” Jacqueline Hermann In Brasil: 500 anos de povoamento/ IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2007. 232 p.



afirmamos que a ideia de democracia racial é outro mito perverso, pois não ocorreram encontros harmônicos na mestiçagem das “matrizes tupi”, “matiz luso” e “matriz africana” na formação e identidade do povo brasileiro. Pretendemos seguir nesses caminhos teóricos, formulando nossas reflexões para superar tais mitos, pois, embora muito debatidos nos meios acadêmicos, ainda são reproduzidos no chão das escolas desse país, em especial no ensino de Geografia.

Apesar disso, a Geografia, ciência social a que dedicamos nossa pesquisa, têm importante papel nas análises críticas da formação territorial brasileira. Reforçamos a geograficidade (PORTO-GONÇALVES, 2006) que para além da interpretação da realidade, seja um conhecimento engajado com os processos de transformações sociais.

Nas primeiras décadas da invasão portuguesa nas terras que formaram o Brasil, os colonizadores buscaram manter relações de engajamento com os nativos e reconhecimentos territoriais. Para além de Pedro Álvares Cabral, ocorreram sucessivas expedições de navegantes experientes a serviço do Rei de Portugal, com a missão de reconhecer a geografia local.

Em 1534 os responsáveis por elaborarem relatórios e mapas geográficos, que estavam a bordo das expedições a serviço da coroa portuguesa, já haviam estudado bastante as paisagens litorâneas e de alguns rios que atravessavam a costa “brasileira”. Eles descreveram a vegetação diversificada, as milhares de árvores, viram as terras férteis, os extensos rios para navegação, suas belas paisagens naturais e as históricas árvores Pau Brasil. Nessas viagens, também foram levadas a frente as relações de aproximação com os diversos povos nativos, com o objetivo de reconhecimento do espaço geográfico.

Depois de reconhecido o espaço, que intimamente entendiam ser sua colônia, os portugueses montaram mapas locais, intensificaram os processos de aculturação de sua colonização. Os europeus passaram a construir a Geografia colonial, forjando a sua identidade nas “novas” terras. É importante ressaltar, que faz parte do “mito do descobrimento” e do “mito da democracia racial” afirmar que os invasores não tinham nos primeiros contatos com os nativos, as intenções de colonizar a “Ilha Brasil. Mesmo sendo minorias os colonizadores investiram por décadas, usaram diversas estratégias e diferentes instrumentos para efetivar a sua a sua invasão nas terras do chamado “novo mundo” conquistado por eles. Antes mesmo de 22 de abril de 1500 o plano colonial estava traçado. Faz parte dos objetivos coloniais, de sua racionalidade, os processos de negação, apagamentos e apaziguamentos das perversidades ocorridas na formação territorial do Brasil.

Entendemos que as técnicas de descrições geográficas foram muito importantes para reconhecimento das paisagens, que descreveram e mapearam o espaço. Formou-se, no século dezesseis, os primeiros mapas da geografia brasileira e esses reconhecimentos da geografia local foram um dos principais instrumentos para efetivar a dominação colonial. Segundo Milton Santos (2012)

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão. [...] O ímpeto dado à colonização e o papel nela representado por nossa disciplina teria sido um fator de seu desenvolvimento (SANTOS, M. 2012, p. 31).

Durante o século dezesseis intensificaram as construções das Feitorias. Estas eram fortificações que funcionavam de várias formas, como pontos de exportação, locais de armazenamento dos produtos explorados na colônia, instalações de moradia e recolhimento de muitos colonos, especialmente aos que dedicavam a vida para explorar as terras a serviço da Coroa. Serviam de bases militares, pois era necessário fazer a segurança dos recursos explorados, também eram bases de cativos de escravizados.

A estratégia era promover movimentos gradativos de dominação e exploração das novas terras. Os povos nativos que habitavam as áreas litorâneas, tiveram os primeiros contatos com os portugueses e, a priori, não viram a necessidade de guerrear contra o estrangeiro. Muitos se interessavam por objetos desconhecidos de sua cultura, oferecidos pelos portugueses, como tecidos de seda, espelhos e até algumas armas que poderiam ser utilizadas nas constantes situações de guerras que ocorriam dentro de seus territórios.

Os portugueses levaram em troca, principalmente, muita madeira do pau-brasil, árvore que fornecia um pigmento de coloração vermelha, mercantilizado às indústrias têxteis da Europa. Foram algumas décadas de estratégias de aproximação, que os colonizadores aos poucos promoveram seus interesses econômicos de dominação territorial, inclusive incentivando as divisões dos povos nativos.

Reconhecido objeto dessa Geografia, o colonizador passa a caracterizar a formação territorial e seu povoamento. O Rei D. João III institui as “Capitanias Hereditárias” em 1534. Com a demarcação das Capitanias deram nomes a alguns territórios, relacionados às tradições católicas, como Ilha de São Vicente, Cabo de São Roque, Rio São Francisco, Ilha de São Sebastião, Espírito Santo, São Cristóvão, Santos são alguns exemplos. Ao definir as Capitanias e mapear o território, os portugueses passam a investir efetivamente nos processos de aculturação dos nativos. Alguns desses se renderam as forças

coloniais e foram muito importantes para o reconhecimento local, especialmente na navegação dos caudalosos rios que marcam a geografia brasileira.

A instituição das Capitanias Hereditárias demarcou o próximo passo do plano colonial, da histórica da invasão. A partir disto, intensificaram-se os processos coloniais com ataques sucessivos contra os nativos, exploração territorial com as *plantations* de cana-de-açúcar, intensificação das Feitorias e dos Engenhos e foi deliberado o tráfico de africanos escravizados.

O povoamento colonial significou o despovoamento dos povos nativos. E a “matriz Lusa” subalternizando as matrizes tupi e africana à formação territorial do Brasil. A respeito das mais importantes Capitanias situadas no nordeste brasileiro, afirmou Décio Freitas (1981)

Fecundadas pelo trabalho negro, as capitanias de Pernambuco e Bahia ganharam vida. Ao longo do litoral floresceram os canaviais e se multiplicaram os engenhos. Pelos fins do século XVI, Pernambuco e Bahia já sobressaíam no mercado mundial como os maiores produtores de açúcar. E para que fosse possível, os traficantes descarregavam nas costas brasileiras uma média anual de cinco mil negros (FREITAS, 1981, p. 19)

Os processos coloniais dos séculos quinze e dezesseis revelam os antagonismos entre as “matrizes” que supostamente formaram o Brasil: Tupi, Lusa e Afro. O povoamento europeu, a exploração territorial em busca de conquistas, especialmente a partir da efetivação de suas *plantations*, representou uma formação geográfica de conflitos e transtornos contra os povos nativos, que sofreram os processos inversos: o despovoamento e uma perversa carga do genocídio histórico

A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, embora pouco se saiba, ao certo, quantos às cifras da população que haviava o atual território brasileiro em 1500. Se Ágel Rosenblat a estimou em cerca de 1 milhão de pessoas, houve quem calculasse em 6,8 milhões a população da Amazônia, Brasil central e costa nordeste. De todo modo, a população nativa, que se contava na casa dos milhões de pessoas no limiar do Século XVI, mal ultrapassa hoje os 300 mil indivíduos. De população, portanto, ou despovoamento, eis o primeiro grande traço da história indígena no Brasil, como de resto ocorreu nas Américas em proporções gigantescas (VAINFAS, 2007, p. 37).

É sabido que os nativos não usavam a expressão “índio” ou “indígenas” para trato de seus semelhantes ou para qualquer um dos povos que viviam em diferentes pontos dessas terras. Também é confirmada, embora não se tenha a certeza de quantas, a presença de milhares de pessoas e diversas etnias. Elas vivam nessas terras há milhares de anos, hoje são identificados por: Tupiniquim, Tupinambá, Temimino, Tupinasé, Tabajara, Amoré, Carijós, Botocudos, Goitacá ou Waitacá, Janduí, Kariri ou Kiriri, Guaianás entre

outras milhares de etnias, drasticamente reduzidas em pouco mais de duzentos povos, são sobreviventes dos processos de despovoamento e aculturamento da colonização.

O historiador Ronaldo Vainfas (2007) no seu texto “História indígena: 500 anos de despovoamento” demarcou a distribuição geográfica dos povos nativos. O autor também afirma que os trabalhos dos Jesuítas foram responsáveis pelo reconhecimento dos nativos e a formulação de uma língua geral para o contato entre portugueses e indígenas.

Entendemos por aculturamento os processos de assimilação dos nativos à cultura do colonizador. Processos complexos, que entre miscigenação e conversão de costumes, muitas pessoas morreram ou nasceram, mas todas podem ser consideradas símbolos de resistência aos “encontros de mundos”. Houve os que lutaram até a morte para resistirem nas suas formas de existir. Outros que foram assimilados, talvez possam ter se deixado entregar buscando ressignificar sua existência, mas todos não brancos são símbolos de resistência, pois não era nada fácil aos nativos sobreviverem nessa época colonial.

Os Jesuítas, grupos que oficialmente chegaram no Brasil em 1549, liderados pelo Padre Manoel da Nóbrega, viveram na função de executar esses processos de aculturamentos, sobretudo evangelizando o cristianismo e dando continuidade aos processos de classificação e subalternização dos nativos. As expressões “índios” e “negros da terra” são algumas dessas denominações.

No Brasil, os jesuítas costumavam designar os nativos por meio do coletivo *gentio* nominação coerente com o propósito missionário. A nomenclatura jesuítica que classificava os nativos, por meio da oposição *cristãos versus pagãos* convivera com outras também derivados do colonialismo. É o caso da oposição entre *aliados versus inimigos ou contrários*, sistema de classificação de ordem político-militar perfeitamente de acordo com as estratégias de conquista. É também o caso da expressão *negros da terra* ou *negros brasis*, expressão diretamente vinculada aos interesses escravocratas e por isso usada principalmente pelos colonos do primeiro século. Por meio da expressão *negros da terra* se designavam genericamente os índios para diferenciá-los dos *negros da Guiné*, outro termo genérico usado para nomear, no caso, os africanos. Este contraste estabelecido no vocabulário dos colonizadores entre índios e africanos explicava o traço de aproximação entre os dois grupos de *negros*, segundo a lógica colonialista: o trabalho compulsório e a escravidão (VAINFAS, 2007, p. 37 e p. 38).

Os grupos Jesuítas caminharam território adentro, reconhecendo paisagens e diferentes habitantes. Suas missões de aculturamento foram cruciais para a efetivação da geografia colonial, pois conduziram classificações ou estabelecimentos etnográficos entre os nativos.

De todo modo, a necessidade de identificar os povos que habitavam o Brasil, fosse para melhor catequizá-los, escravizá-los, combatê-los ou mesmo aliar-se a eles, levou os colonizadores, leigos ou eclesiásticos, a

rascunhar classificações minimamente etnográficas. A que mais prosperou, sem escapar da nomeação genérica, foi a que distinguiu os Tupis dos Tupuias, correspondendo os primeiros povos que, pela semelhança de língua e costumes, predominavam no litoral brasileiro no Século XVI, e os segundos correspondendo aos “outros”. Aos que não falavam o que os jesuítas chamaram de “língua geral” ou “língua mais usada na costa do Brasil”, nas palavras de Anchieta, o primeiro a compor uma gramática da língua tupi. De maneira, que na verdade, nunca houve um grupo cultural ou linguístico, o vocábulo tupi utilizado para designar os povos que não falavam essa língua, ou seja, povos de outros troncos ou famílias linguísticas (VAINFAS, 2007, p. 38).

O fato é que junto à formação territorial das colônias portuguesas e espanholas nas Américas, ocorreu efetiva aliança com o Clero católico. Os Jesuítas na realidade eram milhares de homens que dedicaram a vida para aculturar os nativos, caminhando por suas terras e formando aldeias de seus interesses. Talvez realmente não foram tão agressivos no que diz respeito a violências físicas, e formação de cativeiros como foram os Bandeirantes, outros inimigos dos povos indígenas. Mas não pretendemos romantizar ou colaborar para os discursos que abrandam esses processos coloniais de acultramento conduzidos pelos Jesuítas.

A Geografia colonial foi dedicada a construir fundamentos teóricos e técnicos da invasão portuguesa à formação territorial do Brasil. Ela foi instrumento de interpretação e difusão de ideias que corroboraram para os aculturamentos e formações de mitos<sup>5</sup> da história brasileira. Os Jesuítas e os Bandeirantes não foram os primeiros a “desbravarem” as terras que formaram esse país. Ensinar nas escolas que na história do Brasil esses grupos, que viviam a serviço dos interesses do Rei de Portugal, foram heróis do povo é acobertar a realidade histórica que eles eram parceiros dos grandes algozes coloniais, nos processos de apagamento e submissão das pessoas nativas até a escravização dos africanos.

Os povos indígenas resistiram, formaram grandes levantes contra a colonização europeia. Além dos portugueses, os holandeses, os franceses e espanhóis também invadiram as suas terras. Esses estrangeiros estavam dedicados a tomar as suas terras. A colonização não foi um processo de povoamento, descobertas ou encontro de povos. O Brasil não foi formado democraticamente entre três “matrizes”, sua construção, tratou-se de movimentos massivos de dominações culturais, exploração dos recursos naturais e escravização de nativos e africanos, que foram traficados e contrabandeados por séculos. Um estudo crítico da formação demográfica do Brasil, vai expor como foram desastrosas as

---

<sup>5</sup> Parte do pensamento colonial acrítico sobre a formação do Brasil é fundamentado na construção de muitos mitos: Mito do Descobrimento; Mito da Democracia Racial; Mito do Senhor Benevolente e do Escravo pacífico.

relações de aculturação e escravização contra os povos que formavam majoritariamente a força de trabalho.

Para este autêntico desastre demográfico contribuíram decerto a exacerbação das guerras e do cativo. Mas a própria catequese jogou papel decisivo no “despovoamento tupinambá” do litoral, e não apenas porque buscava erradicar a identidade cultural dos nativos por meio do catolicismo, mas sobretudo em função de serem os aldeamentos erigidos nas cercanias dos engenhos e vilas coloniais. As missões jesuíticas se tornaram, muitas vezes, um preâmbulo da escravização e um viveiro de epidemias. Principalmente a varíola, em ondas sucessivas a partir da década de 1560, dizimou aldeias inteiras, flagelando a população indígena da Bahia, sem excluir outras capitanias e o planalto paulista. Mas igualmente o sarampo, gripes, “febres malignas” e outras moléstias para as quais os nativos não tinham anticorpos naturais, tiveram ação decisiva no declínio demográfico indígena na costa (VAINFAS, 2007, p. 47).

As relações entre colonizador e povos nativos, e povos afros eram com interesses de dominação, seja cultural ou escravocrata. Interessava aos colonizadores a submissão colonial daqueles povos trabalhadores. Clóvis Moura (2014b, p. 175) afirma que as invasões portuguesas foram um “colonialismo endógeno” de duplo caráter: “mutilador e estrangulador cultural”. Afirma o autor que as grandes navegações europeias não foram atos de desbravadores.

A aventura colonial dos povos europeus, a partir do século XV, não foi apenas um ato de expansionismo geográfico, com o objetivo de conseguir novas áreas de dominação e rotas comerciais e marítimas. Este foi o aspecto horizontal e visível desse processo violento. Mas foi, também, um complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas – América do Norte, Caribe, América do Sul – o componente africano que veio não apenas dinamizar demograficamente o seu trabalho, o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador cultural porque impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados” (MOURA, 2014b, p. 175)

Os nativos se levantaram bravamente contra esse caráter genocida do modo de vida dos europeus. Alguns desses movimentos de resistências envolviam alianças com africanos, marcados pelos colonizadores de “Negros de Guiné” (MOURA, 1993, p. 16). A Geografia colonial na sua abordagem não demarca esses levantes de resistências territoriais, nas suas considerações acerca da formação do Brasil. Não encontramos facilmente materiais didáticos escolares da disciplina, ou estudos de Geografia do Brasil, por exemplo, sobre a organização da Confederação dos Tamoios (1554-1567). Resistência histórica dos nativos para expulsar os invasores portugueses de seus territórios.

Diversos grupos indígenas reagiram de formas variadas às crises desencadeadas pela colonização. Moveram inúmeros ataques aos núcleos de povoamento portugueses, destruíram engenhos, fizeram abortar diversas capitanias hereditárias, dentre as implantadas no Brasil por D. João III. Os

*Aymoré*, por exemplo, foram permanente flagelo para os colonizadores durante o Século XVI, na Bahia, não havendo expedição que os derrotasse, dentre as várias enviadas aos “sertões” pelos governos coloniais. Entre os episódios célebres de resistência ou represálias, registre-se que o donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, seria ele mesmo devorado na Colônia, no caso pelos *Carijó*, nas bandas de São Vicente, em 1554, destino semelhantes do primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, em 1556, desta vez pelos *Caeté*, após naufragar no litoral nordestino. Os exemplos seriam múltiplos. “Nações” inteiras optariam, de outro lado, por se aliarem aos inimigos dos portugueses, como os *Tamoio*, no Rio de Janeiro, fortes aliados dos franceses durante algum tempo na Paraíba e atual Rio Grande do Norte. Mais adiante, por ocasião das invasões holandesas em Pernambuco, parte dos Potiguar forneceria precioso auxílio aos flamengos, celebrizando lideranças como Pedro Poti e Antônio Paraupaba, índios que se converteram ao calvinismo e galgaram postos de comando na administração da Companhia das Índias Ocidentais, entre 1630 e 1654 (VAINFAS, 2007, p. 47).

Seria imensa a tarefa, mediante esta pesquisa, analisar e buscar referências que abordam no pensamento das ciências humanas toda a história dos levantes indígenas. Não pelo volume e importância da bibliografia, mas porque nosso objetivo de pesquisa é oferecer mais contribuições em tais estudos. Visando caminhar pelo resgate das histórias de resistências daqueles povos, compreendendo, de modo geral, as articulações indígenas contra o povoamento colonial europeu, que representou o despovoamento e o genocídio de milhares povos nativos. A Geografia colonial não deve ser considerada como a única possibilidade de entendimento científico da formação territorial do Brasil. Nosso pensamento pode ir além da interpretação positivista da formação desse país, que elege a Europa como centro, marginalizando e criando mitos sobre os povos que habitavam as Américas e a África.

Aliás, a Geografia ocupa quais demandas no debate acerca das relações étnico-raciais brasileiras? Questão que pretendemos refletir nesta pesquisa crítica sobre a formação territorial do Brasil, mobilizamos aqui temas como: povoamento, miscigenação, tráfico negreiro, *plantations*, embranquecimento da população. Consideramos que há conceitos geográficos nessas expressões muito presentes na formação colonial brasileira. Nossa pesquisa pretende dialogar com tais questões, reforçando a construção de uma geografia descolonizada.

### **1.3 Geografia de Colombo: miscigenação brasileira e aspectos do mito da democracia racial**

*“E a miscigenação, tema polêmico no gueto. Relação do branco, do índio com preto. Fator que atrasou ainda mais a*

*autoestima. -Tem o cabelo liso, mas olha o nariz da menina”  
(Carta a Mãe África por GOG, 2006)<sup>6</sup>*

As bases da formação territorial brasileira foram marcadas pela miscigenação forçada<sup>7</sup> de três povos: dos povos originários ou indígenas; de povos europeus, na sua maioria portugueses, e dos povos africanos, oriundos de diferentes lugares da África subsaariana.

A partir de estudos críticos da formação colonial do Brasil, vimos que a miscigenação é caracterizada por um conjunto de perversidades, principalmente, contra dois povos: os indígenas e africanos. Esses povos foram oprimidos e duramente escravizados na colonização liderada pelos europeus. Invasão de terras indígenas e escravização de milhares de africanos foram as bases da miscigenação durante a colonização portuguesa para a formação da população brasileira.

O povo brasileiro é miscigenado e marcado pela diversidade étnica, contudo isto não representa uma democracia racial, pois historicamente há hierarquias que posicionam socialmente e economicamente cada grupo étnico neste território. Segundo Clóvis Moura (2014b):

Podemos dizer que, com isto ficou estabelecido que, na sua base, estava a população escrava, inicialmente das etnias nativas e posteriormente das populações trazidas da África e os seus descendentes. Nas camadas intermediárias, as diversas formas de mestiçagem e, finalmente, a população composta dos colonizadores que ocupavam o seu cume (MOURA, 2014b, p. 183).

Os povos indígenas dividiam-se entre diferentes civilizações, que por séculos viviam nessas terras, também conhecida por Pindorama. Para a maioria dos povos originários a palavra Brasil era o nome de uma árvore. A partir do século dezesseis, quando o colonizador português expande sua invasão para explorar as terras indígenas, dá-se início à formação do território do Brasil, uma colônia de exploração portuguesa.

Na historiografia nacional os indígenas são reconhecidos por serem originários da terra. Os portugueses, por serem responsáveis pela colonização e formação territorial do Brasil, fundaram as “Capitanias Hereditárias” e foram os principais povos da invasão europeia nas terras indígenas. Os povos de origem africana marcam a presença de milhares de seres humanos que foram trazidos de África para as Américas, processo conhecido por Diáspora do Atlântico.

---

<sup>6</sup> Trecho da música “Carta à Mãe África” do rapper GOG, 2006. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gog/872766/>. Acesso em 25/08/2020.

<sup>7</sup> Por nossas escolhas bibliográfica e política não acreditamos que a miscigenação à formação do povo brasileiro foi um processo pacífico e espontâneo.



Esses africanos, ancestrais da população negra brasileira, foram trazidos para trabalhar como escravizados dos portugueses. O professor Jaime Pinsky (1988) escreveu sobre essa diferença de “vir” e serem “trazidos” no seu texto “Mitos da escravidão no Brasil”:

Ora, o negro não veio: **ele foi trazido**. Aparentemente, essa questão não tem muita importância, mas, na verdade, o ato de ir e vir está diretamente associado às liberdades pessoais. O mesmo não ocorre com o “ser levado” ou “ser trazido”: isso implica na ação de terceiros, e não é uma ação que depende exclusivamente de um único indivíduo. Pois bem: o negro **foi trazido** para o Brasil principalmente por razões econômicas. Era bom e interessante que as colônias portuguesas, a fim de dar bons lucros à Coroa, tivessem à sua disposição mão-de-obra farta, barata e resistente (PINKSKY, 1988, p. 12).

A partir de nossa pesquisa bibliográfica de cada um dos povos da miscigenação, não a consideramos um movimento pacífico de integração racial. Entendemos que, em leituras não críticas os autores “romantizam” ou “naturalizam” os processos de miscigenação ocorridos na formação do território brasileiro. Uma obra que considera o Brasil fruto desse tipo de miscigenação é “Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”, de Gilberto Freyre, publicada pela primeira vez em 1933.

Essa obra foi publicada por várias edições e em diferentes territórios do mundo afora, tornando-se um clássico para os estudos étnico-raciais no Brasil. O autor de Casa Grande & Senzala, apesar de considerar a vida na escravidão como as condições mais sub-humana do período colonial brasileiro, é criticado por romantizar, naturalizar e hipersexualizar as relações de miscigenação. Freyre (1975) considera a miscigenação uma marca positiva e própria da colonização portuguesa. A partir de sua obra, criou-se no Brasil a falsa ideia de democracia racial.

A obra “Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal” é considerada por abrir uma nova narrativa sobre a formação étnica e racial do povo brasileiro. Suas análises são consideradas por muitos estudiosos, uma forma inédita às ciências humanas no Brasil, especialmente à Antropologia, História e à Sociologia, pois propõe em sua interpretação das origens culturais do Brasil uma leitura cultural do conceito de raça e o autor analisou as relações entre Senhores de Engenho e Negros escravizados das Senzalas como as principais matrizes sociais do ser brasileiro.

Descendente de senhores de engenho, Freyre(1975) caracteriza os indígenas como selvagens, suaviza a vida no cativo e constrói a ideia que a senzala e até mesma a cozinha brasileira, sendo espaços genuinamente dos negros. A leitura desse autor não favorece para uma análise crítica dos processos de miscigenação no seio de uma sociedade escravocrata.

Em sua obra é ressaltado supostos aspectos positivos nas relações entre brancos dos engenhos coloniais com indígenas e negros das senzalas. Isto interessa para mitificar uma relação democrática entre os grupos étnicos brasileiros, como analisa Florestan Fernandes (2008) fundou-se aí o “mito da democracia racial”. Tal mito caracteriza o racismo e a reacionarismo das elites brasileiras, que julgam os negros como seres pacíficos. Ideal interessante aos descendentes de escravocratas seguem explorando os trabalhadores, agora “livres” com as mesmas amarras ideológicas do passado, “é evidente que o mito da ‘democracia racial’ assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado” (FERNANDES, p. 319, 2008).

Gilberto Freyre(1975) defende a ideia de um suposto caráter de miscibilidade do colonizador português. Ideia que não corresponde ao caráter crítico que defendemos neste trabalho, mas que infelizmente marcou, de forma muito negativa, a mentalidade de gerações brasileiras. O autor caracteriza a subjetividade feminina das mulheres indígenas e das africanas a partir do interesse sexual do português colonizador, que há tempos vivia restrito a presença de homens

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinhas da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros (FREYRE, 1975, p. 9).

A forma como o autor se refere às “mulheres de cor” é pejorativa e revela o olhar negativo e de promiscuidade do colonizador sobre as mulheres indígenas e africanas. Esse pensamento que o autor transmite em sua obra, por décadas influenciou a ideia de hiper sexualização da mulher brasileira. Algo que também prejudicou a representatividade das culturas indígenas e da população negra. Os indígenas tiveram sua nudez condenada e estereotipada. Os negros são caluniados e a hiper sexualização do corpo da mulher negra e do homem negro revelam, ainda mais, as marcas da opressão do homem colonizador. Segue Freyre (1975)

O longo contato com os sarracenos deixara idealizada entre os portugueses a figura da moura-encantada, tipo deliciosos de mulher morena e de olhos

pretos, envolta em misticismo sexual – sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas – que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil. Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintando de vermelho, e, tanto quanto as nerecidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente nudez e por um pente para pentear o cabelo. Além do que, eram gordas como as mouras. Apenas menos ariscas: por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos “caraíbas” gulosos de mulher (FREYRE, 1975, p. 9 e p. 10).

Para aquele autor (1975) todo brasileiro carrega na sua sombra a marca das três raças: o tipo português, o indígena e o africano formavam um ser híbrido, e estava nessa mistura a marca fundamental da cultura brasileira e de seu povo.

Sem dúvida, este é um novo olhar para as relações entre diferentes raças, pois a mestiçagem brasileira passava a ser interpretada por um viés positivo. No entanto, a ideia de integração das raças para a formação da noção de “povo brasileiro” e a possibilidade dos indivíduos se reconhecerem como nacionais resultariam no mito da democracia racial. Esse fato fortaleceu, no Estado brasileiro, a construção e manutenção da imagem de um país em que existe harmonia nas relações entre negros e brancos, mesmo no período do escravismo, ofuscando, nesse processo, todas as desigualdades sociais entre grupos étnicos (CAVALHO & CIMBALUK, 2012, p. 68).

Freyre (1975) não se referiu a ideia de “democracia racial”, mas foi a partir de seu pensamento que construíram a falsa ideia de democracia racial brasileira e de cordialidade do povo brasileiro, a partir de um suposto equilíbrio racial a partir da miscigenação de suas origens. Certamente um mito pois sugere a inexistência de desigualdades raciais e que vivemos com a miscigenação uma integração das raças na formação de um povo mestiço. Ressaltamos à grafia que título da obra sugere: “Casa Grande & Senzala” com a letra “e” comercial. Reforçando no imaginário relações harmoniosas entre o branco colonizador, sujeito dominante da Casa grande, com o negro escravizado, sujeito dominado na Senzala.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre indivíduos de todas as camadas sociais e grupo étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo aos membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria (MUNANGA, 1999, p. 80).

Os povos indígenas e os povos africanos sofreram o que alguns teóricos afirmam ser um processo de genocídio (NASCIMENTO, A. 2016). Sobre os indígenas recaíram duras ações de acultramento, invasões de suas terras e o contágio de várias doenças trazidas

pelo colonizador que levaram a morte milhares de nativos. Aos africanos o apagamento de suas origens através de processos racistas de aculturação. Os africanos foram julgados como seres sem alma, tratados como “peças” que eram vendidas nas Américas para seres escravizados nas grandes fazendas dos Senhores de Engenho.

O historiador Décio Freitas (1981) descreveu as diferenças entre a vida dos homens livres e dos escravos no início da colonização brasileira. Embora o autor se dedique a estudar a Capitania de Pernambuco – que esteve entre as mais produtivas da colônia – contribuiu intensamente para nossa pesquisa para compreendermos como eram os espaços geográficos das Capitanias Hereditárias do Brasil colônia. Freitas (1981) afirma que a vida na colônia portuguesa era muito precária, onde somente as famílias dos Senhores de Engenho tinham como privilégios os confortos nas grandes fazendas coloniais. O restante da população, inclusive outros colonos brancos, viviam às minguas, mal vestidos e passavam fome.

A imunda, fétida e promíscua Recife, seria considerada intolerável pelo viajante europeu. Essa povoação somente se converteria num lugar razoavelmente habitável depois da sua ocupação pelos holandeses, que construíram belas residências, abriram ruas e ligaram as ilhas por pontes, permitindo-lhe iniciar a carreira que faria dela a invejada capital de todo o nordeste brasileiro. Se quisesse conhecer um núcleo populacional que oferecesse alguma semelhança com uma verdadeira cidade, o viajante teria de andar alguns quilômetros até Olinda, sede oficial da capitania (FREITAS, 1981, p. 21).

O autor faz interessantes descrições geográficas sobre a paisagem e a vida naquela Capitania do nordeste brasileiro. Segundo Freitas (1981):

Viajando ao longo da costa tropical e semi-árida, conheceria núcleos de povoamento que, embora denominados pomposamente de “vilas”, não passavam na realidade de aldeias, geralmente medíocres e o mais das vezes miseráveis. Essas vilas representavam o centro escassamente povoado de áreas mais amplas denominadas distritos. Pelos distritos se achavam disseminados os engenhos de açúcar e as plantações de cana. Em rigor as povoações sequer obedeciam ao tipo clássico de aldeia europeia – as casas agrupadas em grande número numa pequena área. O engenho é que era o verdadeiro centro da vida coletiva. Nas povoações erguiam-se públicas e um reduzido número de residências ou estabelecimentos comerciais. Isso era tudo (FREITAS, 1981, p. 21).

A nossa pesquisa entende que as origens da miscigenação brasileira são marcadas por relações entre homens livres e escravizados. Essa contradição formou antagonismos culturais e econômicos entre as raças que fundaram o povo brasileiro. Tais contradições revelam que: os indígenas sofreram processos de despovoamento durante os séculos de colonização brasileira (VAINFAS, 2007) e os africanos foram duramente escravizados numa

estrutura de subalternização das raças que povoavam o território, o que resultou um processo de genocídio do negro brasileiro (NASCIMENTO, A. 2016).

A partir desses processos de miscigenação não há condições para formar verdadeiramente uma democracia racial. Em uma contraditória estrutura os Senhores de Engenho tinham privilégios no Brasil, seus poderes só estavam abaixo de funções específicas da Igreja Católica. Eram os Senhores de Engenho os responsáveis por fundar uma colonização de exploração, sob os modos de uma “plantation”. Os indígenas e os africanos não tinham nenhum direito na estrutura que se formava.

Clóvis Moura em sua obra *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014b) analisa criticamente a fundação do sistema *plantation* no Brasil. Um sistema de exploração fundado no tripé: latifúndios dos Senhores de Engenho, produção exclusiva à exportação e mão de obra escravizada. A miscigenação brasileira ocorreu em um sistema que escravizou milhares de africanos e indígenas à formação de colônias como “fundos territoriais” (MORAES, 2008) para as Metrôpoles europeias. Portanto, romantizar ou defender a miscigenação brasileira como uma democracia racial é agir para os interesses dos colonizadores para embranquecer o Brasil, nesses processos não houve integrações raciais espontâneas, não resultou em democracia racial. Segundo Moura (2014b): “não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia política, econômica, social e cultural” (MOURA, 2014b, p. 219).

#### **1.4 Geografia de Colombo: a escravidão moderna e as políticas de embranquecimento no Brasil**

*“Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos  
O preconceito e desprezo ainda são iguais  
Nós somos negros também temos nossos ideais  
Racistas otários nos deixem em paz”  
(Racistas Otários por Racionais MC’s)<sup>8</sup>*

O movimento de trazer africanos para a formação do Brasil e de todos outros territórios das Américas, no século dezesseis, é conhecido por diáspora negra do Atlântico. Essa marcou o tráfico de milhares de seres humanos que retirados do continente africano foram trazidos para o Brasil, precariamente e perversamente, nos chamados navios negreiros ou “tumbeiros”. O nome “Tumbeiros” dado a essas embarcações que traziam os escravizados, marca simbolicamente a precariedade que eram trazidos ou traficados os africanos.

---

<sup>8</sup> Trecho da música *Racistas Otários*, do grupo de rap *Racionais MC’s*, disponível em <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/796245/> (acessado em 23 de abril de 2020).

A travessia dos Tumbeiros pelo oceano Atlântico, partindo de África às terras brasileiras, duravam cerca de sessenta dias. No Museu Afro Brasil<sup>9</sup>, localizado na cidade de São Paulo, é possível conhecer uma réplica da estrutura dessas embarcações que viajavam com centenas de africanos, todos amontoados nos seus porões infectos. Os africanos que resistiam às mazelas da viagem, eram vendidos como “peças” e levados para as senzalas dos Engenhos brasileiros.

As senzalas não eram espaços genuinamente de negros, como sugeriu a obra “Casa Grande & Senzala”. Senzalas foram construídas pelos “Senhores de Engenho” do Brasil colonial para aprisionar e escravizar homens, mulheres e crianças africanas em suas fazendas. Eram espaços destinados ao cativeiro do negro escravizado, se trata de instalações precárias, incapazes de corresponder a qualquer tipo de conforto. São marcas históricas da escravização no Brasil, as senzalas, para a história da população negra, representam a perversidade das edificações construídas para segregar os negros dos brancos privilegiados na casa grande.

Entender a senzala como um espaço de opressão, que não faz parte da cultura e ancestralidade negras africanas e que não corresponde à nenhuma forma de representação da população negra, é importante para refletirmos criticamente a respeito das relações escravocratas que deram origem à formação territorial brasileira. Esse entendimento faz críticas às ideias que defendem supostas relações harmoniosas entre colonizadores e escravizados. Portanto, as senzalas foram espaços infectos, por vezes compartilhado com seleiros de animais dos “Senhores de Engenho”. Nas senzalas os negros sofriam as dores de um perverso cativeiro, sentiam fome, frio, com a falta de saneamento e higiene. Os africanos jogados nessas condições estavam à própria sorte para sobreviverem, o espaço da senzala marca um período triste e perverso na história dos negros brasileiros.

Estudos e documentos confirmam que a formação territorial do Brasil é marcada por mais de trezentos anos de escravidão sobre a população negra. Entre 1534 até 13 de maio de 1888 estava legalizada a escravização no país. A população negra escravizada era brutalmente proibida de viver plenamente sua vida cultural, econômica e política, não tinham nenhum direito no Brasil colônia.

Segundo Décio Freitas (1981), “[...] o sistema escravista brasileiro, o mais sólido, recalcitrante e longo das Américas, segundo o evidenciam circunstâncias tais como a de ter sido o Brasil a última nação a suprimir o tráfico, a declarar livres os ventres e abolir a

---

<sup>9</sup> Veja o site do Museu: <http://www.museuafrobrasil.org.br/> (acesso em 23 de abril de 2020).

escravidão.”(FREITAS, 1981, p. 19). Santos, H. (2004) afirma que entre o período de 1534 a 1850, quarenta por cento de toda população negra sequestrada do continente africano, tiveram por destino o Brasil. Sobre isto, escreve:

Em relação aos consensos que vêm do exterior, eu tenho a dizer o seguinte: há consensos internos mais prejudiciais e bem mais antigos. Um dos consensos é aquele que silencia sobre os efeitos do escravismo brasileiro. O Brasil foi o país que maiores números de africanos, recebeu – 40% de todo o tráfico. Foi ainda aqui onde se deu a mais longa escravidão: 354 anos (1534 a 1888). Foi também o Brasil o último país a abolir o escravismo. Quase nenhuma notícia se tem sobre o dia seguinte à abolição de fachada que pôs fim a quase infinda escravidão brasileira. O day after: o dia 14 de maio de 1888 nos alcança ainda hoje, 117 anos depois (SANTOS, H. 2004, p. 176) <sup>10</sup>

Os negros escravizados eram vistos como uma raça inferior e foram destinados aos trabalhos manuais, em condições humilhantes impostas pelo colonialismo racista do europeu. “A escravidão degradava todo e qualquer trabalho manual. Indivíduos que em Portugal haviam sido criados de servir, recusavam-se a isso no Brasil apenas porque se tratava de ocupação de escravos” (FREITAS, 1981, p. 27).

A educação era privilégio dos brancos, somente a partir da segunda metade do século XIX poucos negros que nasceram alforriados puderam buscar algum tipo de formação, ou aprenderam a ler e escrever. No passado brasileiro dificilmente um homem ou uma mulher negra eram reconhecidos(as) com títulos referentes à sua formação, a exemplo da história do advogado e abolicionista Luís Gonzaga Pinto da Gama<sup>11</sup>. A sobrevivência no Brasil escravocrata era sofrida, os grilhões impediam qualquer forma de liberdade e dignidade ao negro.

Aos africanos se impôs no Brasil a escravidão em sua forma pura. O escravo constituía uma propriedade total e ilimitada do amo, privado de quaisquer direitos e submetido a uma relação absoluta de dependência. Não tinha existência civil, vale dizer, não era pessoal natural capaz de direitos e obrigações. As Ordenações Filipinas – recopiladas por ordem de Filipe I depois da anexação de Portugal à Espanha em 1580 – regulavam a compra e venda de escravos no mesmo capítulo dedicado aos animais. [...] O escravo podia ser vendido, alugado, penhorado, testado e, finalmente morto. O amo possuía o fruto que ainda se gerava no ventre da mulher (FREITAS, 1978, pp. 28 e 29).

Pesquisar as questões étnicas do Brasil pode ser considerado um esforço de luta, por isso consideramos como uma atitude descolonial. Pois o Estado brasileiro tratou de

---

<sup>10</sup> Publicado SANTOS, Hélio In Ortega, E. & Ulgiati, S. (editors): Proceedings of IV Biennial International Workshop “Advances in Energy Studies”. Unicamp, Campinas, SP, Brazil. June 16-19, 2004. Pages 175-180. Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/energy/Helio%20Santos.pdf> (Acesso em 23/04/2020)

<sup>11</sup> Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) em vida era taxado por “rábula”, somente 2015 foi reconhecido advogado e importante abolicionista pela OAB.

queimar grande parte dos documentos e registros importantes da época colonial, atitude que dificultou os estudos sobre a história da população negra no Brasil, porque muitos arquivos destruídos continham informações sobre o tráfico de pessoas da África para o Brasil (que oficialmente durou do século XVI até a metade do século XIX).

É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular n. 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa (NASCIMENTO, A. 2016, p. 58).

A diáspora negra da África para as Américas foi uma dolorosa e catastrófica intervenção do colonialismo europeu na história dos ancestrais da população negra brasileira. Os quase quatro séculos de cativeiro resultaram em sintomáticas perversidades na vida dos negros (escravizados ou alforriados). E ressaltamos que a escravidão foi um dos pilares da formação do território brasileiro

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (NASCIMENTO, A. 2016, p. 59).

O tráfico negreiro foi um comércio altamente rentável às Metrôpoles europeias do período colonial especialmente à Inglaterra, Holanda e França conforme estudou Clóvis Mora, em sua obra “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas” (2014). “A África tornou-se – em consequência – um campo de pilhagens e grande parte do seu devastamento geográfico está subordinado aos interesses dos traficantes de escravos” (MOURA, 2014, p. 85). Segue o autor: “Desde muito cedo, por isto, o continente negro foi vítima das nações em fase de expansão capitalista” (MOURA, 2014a, p. 84).

Portugal e Espanha, com apoio da Igreja, envolvem-se nesse sistema colonial, nos séculos quinze e dezesseis, com os movimentos de navegações e suas “descobertas”, que muito interessavam àquelas Metrôpoles. Moura na obra “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas” (2014a) fez uma análise fundamental sobre esse sistema colonial como pilar das relações capitalistas emergentes. Relações estas que preconizavam um sistema global de exploração entre países e povos. A colônia brasileira foi território vasto de



exploração e submissão aos interesses das diversas Metrôpoles europeias, fornecendo desde recursos naturais importantes às formações industriais europeias, ou seja, a matéria prima, além das terras e campos abertos para intensificação de força de trabalho escravizada.

As levas sucessivas de escravos que entravam pelos diversos portos eram, de um lado, o elemento fundamental da expansão econômica da Colônia, criando a renda global que era centralizada para fora, e, de outro, a argamassa principal da expansão demográfica verificada então [...] A economia brasileira irá assentar as suas bases na grande agricultura monocultora, no trabalho escravo produzindo para os senhores de engenho, terras e engenhos, sob o monopólio político e comercial da Metrópole (MOURA, 2014a, p. 82 e p. 83).

Com a Lei Euzébio de Queiróz (1850), que pôs fim ao tráfico negreiro, os donos de Engenho conduziram estratégias para manter seus contingentes de escravizados, especialmente no sudeste brasileiro, onde se expandiam as lavouras de café. Determinavam que alguns homens negros tinham o papel de engravidar suas companheiras e outras mulheres na senzala, porém não permitiam que eles pudessem constituir famílias, pois perversamente separavam os homens das mulheres e de seus filhos. Com isso, faziam movimentos de reprodução para ampliarem seus contingentes de escravizados, criavam cisões internas nas senzalas perversamente impondo relações machistas entre homens e mulheres negras. Tudo isso para aumentar as forças produtivas baseadas no trabalho de escravizados.

Consideramos que a escravidão é um problema estrutural na formação do território brasileiro. A abolição homologada pela Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, não foi capaz de curar as feridas deixadas na população negra. Na forma como foi oficializada, sem propor nenhum projeto de iniciativas políticas para resguardar os primeiros direitos aos libertados, sem garantir reparações e políticas de ações afirmativas e nenhum tipo de indenização aos escravizados, tal lei significou a marginalização de toda uma população trabalhadora, jogada à própria sorte em uma sociedade estruturalmente preconceituosa e racista.

O movimento negro brasileiro, nas suas diversas frentes de lutas contra o racismo, critica a ideia de libertação negra da escravatura em 13 de maio, tal data é afirmada como a “falsa abolição”. Para muitos ativistas do movimento negro a lei Áurea foi insuficiente para a integração da população negra na sociedade brasileira que visava se modernizar. Por parte do Estado brasileiro, intensificam-se os esforços para processos de miscigenação com o objetivo de branqueamento do território. No Brasil ocorreu um processo conhecido por embranquecimento da população, que para muitos ativistas e alguns estudiosos se

caracterizam pela perversidade dos movimentos eugenistas, mobilizados por parte das elites nacionais do início do século vinte. Tal processo foi realizado para eliminar a população negra e indígena do território, responsável pela subalternização e difamação dessas culturas e desses povos. Na Constituição Federal de 1934 encontramos artigos que defendiam a necessidade de uma educação eugenista no Brasil: “Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação eugênica; [...]” (BRASIL, 1934). E na mesma carta federativa não encontramos referências às populações negras, quilombolas e indígenas.

O Brasil que se firmou é de um país de valores patriarcais, como afirmava o próprio Gilberto Freyre (1975). Esses valores representaram atrasos sociais no após abolição, por anos eram vedados o direito a voto aos mendigos, analfabetos e mulheres desempregadas. Estas condições numa sociedade onde o por mais tempo perdurou o regime de escravização colonial, sendo a última a abolir a escravatura. E quando a fez, jogou os ex-escravizados à própria sorte, determinando a marginalização de milhares de pessoas negras. A grande massa de analfabetos, desempregadas e mendigos eram mulheres e homens descendentes de africanos.

Os processos de embranquecimento da população brasileira e branqueamento do território ganharam forças no final do século dezenove e no início século vinte, com a entrada de milhares imigrantes europeus no Brasil. O Estado brasileiro, a República que se formava, nas suas primeiras décadas, conduziu políticas para a entradas desses imigrantes europeus. Tais medidas foram consideradas passos fundamentais para a construção de uma (falsa) cidadania e de um (perverso) desenvolvimento do país. Italianos, alemães, holandeses migraram para o Brasil como força de trabalho livres, para assumir os trabalhos historicamente ocupados pela população negra, nas fazendas e centros urbanos do país. Segundo Corrêa (2017):

O branqueamento como ideário, mito ou ideologia (HOUFBAUER, 2006), presente principalmente no conjunto de debates dos últimos anos da escravidão até as primeiras décadas da República, tinha como objetivo o aumento de pessoas brancas ocupando o território brasileiro. Sendo assim, independente de acontecer ou não a miscigenação, esperava-se que no máximo em um século (LACERDA, 1911) a população brasileira fosse composta quase exclusivamente por brancos, o que também resolveria o medo da população negra (CORRÊA, 2017, p. 119)

Ainda segundo este autor:

O processo de branqueamento do território é entendido a partir de três dimensões (R. SANTOS, 2007): uma atuando diretamente no ordenamento da ocupação do território, o *branqueamento da ocupação*, outra criando uma imagem e/ou apagando outra – uma geográfica imaginativa dos grupos e seus símbolos – do território, o *branqueamento da imagem* e, por fim, a

normatização de uma cultura eurodescendente como única matriz válida em detrimento de outras, o *branqueamento da cultura*. Essas dimensões sintetizam a tentativa de invisibilização e reconstrução sob a lógica eurocêntrica de “territórios não brancos”, ou seja, o apagamento da presença das geografias espaciais (R. SANTOS, 2009), das geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2003) negras e indígenas do território brasileiro (CORRÊA, 2017, p. 123).

A escravização de africanos, a miscigenação forçada, a política de embranquecimento do território, o mito da democracia racial e o mito do descobrimento caracterizam uma formação territorial racista e os aspectos de uma perversa Colonialidade. A isto, estamos chamando de geografia ou geograficidade do colonizador, pois elas carregam as suas marcas contraditórias e seus fundamentos legitimam as desigualdades raciais, econômicas e sociais.

## Capítulo 2: A Geografia de Quilombos: crítica à colonialidade do saber, relações étnico-raciais e os sentidos de uma Geografia descolonizada

*“Na verdade, a falsificação da História do Brasil fazia parte, como continua fazendo, de um processo mais amplo de perversão intelectual, iniciado em fins do século XVIII, com o propósito de justificar a escravização de africanos e a transformação de seu continente numa colcha de retalhos a ser pilhada e saqueada pelos cúpidos interesses europeus” (Trecho do Pronunciamento de Abdias Nascimento em 18/11/1998, Casa do Senado Federal)<sup>12</sup>*

Até este momento da nossa pesquisa, analisamos a Colonialidade (CRUZ, 2017; SANTOS, R. 2017) na formação territorial do Brasil e como esses processos criou formas de subalternização em nosso território, construindo mitos que ainda são reproduzidos no pensamento científico e escolar. Analisaremos, agora, como essa Colonialidade, especialmente na sua dimensão do saber, afetou perversamente a formação de estudantes e professores.

Os processos constituintes do “mito do descobrimento do Brasil”, “mito da democracia racial brasileira” e da ideologia de *embranquecimento* da população e do território chegaram a fundar políticas eugênicas no país. Para colaborar com a superação dessas marcas racistas e coloniais do Brasil, lançamos nossas reflexões ao desafio de situar as possibilidades da geografia descolonial no debate étnico-racial, como uma forma de fortalecimento de identidades negras e quilombolas.

A Geografia, historicamente, foi utilizada como instrumento colonial eurocêntrico (PORTO-GONÇALVES, 2006). Ela esteve distante dos debates étnico-raciais de críticas antirracistas, enquanto as outras ciências sociais avançavam nos estudos de tais questões, pois a Geografia que muitas gerações aprenderam nas escolas e universidades esteve marcada por determinismos eurocêntricos e positivistas. Para PORTO-GONÇALVES (2006)

Há razões historicamente compreensíveis para a recusa de um diálogo mais próximo entre a Geografia e as ciências sociais em sentido estrito, sobretudo para os cientistas do social que se colocam de um ponto de vista crítico. Embora o determinismo naturalista não seja uma invenção propriamente dos geógrafos, vide Montesquieu, encontrou na geografia um campo onde germinou tão amplamente que o que era inicialmente determinismo naturalista tornou-se, com o tempo, determinismo geográfico. Essa redução naturalista tem sido um dos principais obstáculos ao necessário diálogo entre essas disciplinas. Há outros, é claro, como o privilégio dado ao tempo em relação ao espaço na tradição do pensamento

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/234194> (acesso em 23 de abril de 2020).

ocidental que colonizou corações e mentes, assim como a instrumentalização do saber geográfico pelo colonialismo e pelo imperialismo por meio da geopolítica (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 8).

Neste segundo capítulo da nossa pesquisa trataremos da Colonialidade do saber, a importância da Geografia descolonial no ensino das relações étnico-raciais e suas possibilidades nas políticas educacionais. Indicaremos os caminhos teóricos de nossa Geografia de Quilombos, como uma pedagogia antirracista, estudando o exemplo de Palmares, contribuindo para um saber que se efetive como um instrumento crítico às tendências eurocêntricas que dominam os conteúdos e narrativas escolares a respeito da formação territorial do Brasil.

A Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 não apontam a Geografia como componente curricular prioritário na implementação das leis. Aparecem no texto da primeira, as disciplinas de Artes e História. A História é uma ciência humana que não faz sentido separada do estudo da Geografia. Talvez os pressupostos dos pensamentos que separam História e Geografia, que não apontam os estudos sobre o espaço tão importante como o estudo do tempo histórico, especialmente para tratar das relações étnico-raciais, estejam alinhados com as ideologias racistas, que permanecem reproduzindo conhecimentos eurocêntricos e fundamentam a “colonialidade do saber” (CRUZ, 2017). Segundo o geógrafo Carlos Valter Porto-Gonçalves (2006):

Várias foram as consequências desse divórcio entre a geografia e as ciências sociais, entre os quais destaco, por sua importância nas questões que se apresentam para superar impasses teóricos e políticos que atravessamos: 1- não termos conseguido dar uma solução adequada ao significado da natureza no devir social, prisioneiros que ficamos de um pensamento eurocêntrico onde natureza e sociedade são termos que se excluem reciprocamente ou são pensados numa relação de causalidade unilateral seja da natureza para sociedade (naturalismo), seja da sociedade para a natureza (antropocentrismo) e; 2- ignoramos a dimensão espacial, na sua materialidade historicamente construída. Enfim, não consideramos devidamente a geograficidade do social (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 8).

O eurocentrismo que “divorciou” História e Geografia se fundamenta em uma concepção positivista, e entendemos que compõe a “colonialidade do saber” (CRUZ, 2017) e pode ter sido responsável por não engajar a ciência do espaço geográfico no ensino das questões raciais brasileiras, reproduzindo uma geograficidade dissociada da historicidade, permitindo interpretações com determinismos e teorias naturalistas e de viés racistas (como o darwinismo social<sup>13</sup>). O aspecto colonial reproduzido na dimensão do saber, da produção de conhecimentos e suas representações fundamentam, sob uma narrativa de conhecimento moderno, “cientificamente” e “filosoficamente” uma narrativa hegemônica da

---

<sup>13</sup> Ver Skidmore (1976).

história do mundo. Isto integra uma versão única dos fatos sociais, a história do colonizador, o seu tempo e suas tradições que são marcadas e passadas como heranças na formação do território.

## **2.1 A Geografia de Quilombos: crítica à colonialidade do saber e a geograficidade das relações étnico-raciais**

*“Mas ainda você assiste a tudo de braços cruzados; Até parece que não é um preto prejudicado; “Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos”; Sobrevivência à população negra; Então vamos lutar por liberdade, por necessidade; Temos que brigar, temos que mostrar; Que o negro também tem necessidade, vontade de chegar lá; E desacatar aqueles que nos prejudicam; Não só os negros, mas todos necessitam; De liberdade e compreensão; E nós queremos que acabe a discriminação” (Mãe África, por Consciência Humana).*

A partir do entendimento político e cultural das perversas heranças coloniais no território, vimos que a colonialidade do saber fundamenta a colonialidade do poder, pois se dão como relações intrínsecas. Em nossa sociedade capitalista contemporânea, as relações de poder também são relações de convencimento, elas dependem da aceitação social de uma cosmovisão (CRUZ, 2017). O conhecimento científico, naturalizado como “conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade”, foi produzido para os interesses do colonizador (centro do poder) e é reproduzido como superior aos outros que são postos na sua periferia (conhecimentos não científicos).

As ciências têm origens históricas e geográficas, sejam as humanas, naturais ou exatas são marcadas pelos quatro séculos de colonialismo europeu e foram criadas para convencer as pessoas da vida no “sistema mundo-colonial”. Estas questões foram profundamente estudadas pelos geógrafos Cruz (2017) e Porto-Gonçalves (2017).

A colonialidade como herança cultural, cognitiva e epistêmica está materializada no eurocentrismo que atravessa até os dias atuais uma grande parte da produção intelectual produzida em ciências sociais, incluída aí a produção dos geógrafos. O eurocentrismo, como perspectiva hegemônica de conhecimento da versão eurocêntrica da modernidade segundo Anibal Quijano (2005), está assentada em dois principais mitos fundacionais: (1) Em primeiro lugar, a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. (2) Em segundo lugar, a forma de outorgar sentido às diferenças entre Europa e não Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder (QUIJANO, 2005, p. 238 *apud* CRUZ, 2017, p. 18).

Nossos esforços bibliográficos e políticos buscam contribuições de uma Geografia fundamentalmente integrada com a História. Procuramos estudar a Geografia que fortaleça as práticas e reflexões descoloniais, que esteja engajada com as identidades quilombolas e negras. Entendemos que assim como a História e as outras ciências sociais são importantes

nos estudos das trajetórias étnico-raciais da sociedade, a Geografia também contribui nesses debates e pode estar alinhada nos deveres legislativos propostos à educação, pois a sua ausência é uma interpretação política orientada por pensamentos científicos e filosóficos positivistas, eurocêntricos e coloniais.

Para superarmos essas narrativas coloniais, precisamos repensar a forma como concebemos o tempo, o espaço e as diferenças, pois na estrutura dessas narrativas está sempre implícita certa forma de conceber o tempo-espaço. Como já vimos, essas cosmovisão/narrativa fundada no mito da modernidade acima descrito está estreitamente vinculada com o colonialismo e a colonialidade, e tem uma forma muito particular de conceber o tempo-espaço, que tem dois efeitos perversos: primeiro é supressão da multiplicidade contemporânea do espaço, e o segundo é a redução da temporalidade a um único tempo (MASSEY, 2005 *apud* CRUZ, p. 21 e p. 22, 2017).

A Geografia descolonial aponta possibilidades para instrumentalizar estudantes e professores a pensar e resgatar novas narrativas dos territórios, que tratem criticamente das diferentes matrizes que formaram o Brasil. A partir da análise de espaços que resistiram ao colonialismo, como as comunidades quilombolas, a exemplo da República dos Palmares (MOURA, 2014a; FREITAS, 1981), a Geografia pode trazer às questões raciais leituras e fundamentos diversificados, ou seja, o resgate das matrizes culturais dos africanos e seus descendentes e a valorização de suas narrativas a partir de novas epistemologias, corroboram as territorialidades formadas pela população negra na luta contra a escravização do colonizador europeu. Segundo Cruz é “preciso construir uma leitura histórica e geográfica que envolva uma multiplicidade de temporalidades e ritmos, capazes de abarcar a complexidade dos processos concretos” (CRUZ, 2017, p. 31).

Valorizamos em nossa Geografia as experiências dos Mocambos e movimentos quilombolas para uma nova interpretação do ensino daquela disciplina de estudos dos espaços sociais. Entendemos que os Quilombos que resistiram a colonização europeia no Brasil, são espaços que guardam na sua história e geografia relações territoriais a partir de matrizes não eurocêntricas. As matrizes africanas formaram os Mocambos e Quilombos. E assim, resistiram aos ditames europeus na construção do território.

O estudo da formação espacial que dialoga com a historicidade que não se posta como uma hegemonia dita universal. Pensamentos que respeitam e compreendem as diferenças vividas em cada lugar do território em formação. O território é uma entidade espacial complexa, com dimensões política, cultural, econômica e formalizada por uma multiplicidade de histórias e lugares. Toda sociedade que mobiliza e fixa populações, ocupa um determinado pedaço de terra, para realização da sua história, das suas relações sociais. Não há historicidade sem geograficidade, não há dissociação de tempo e espaço. A

formação do Brasil é constituída de múltiplas matrizes e sua história é fundada sob uma espacialidade diversificada entre indígenas, africanos e europeus. As três presenças, que constituem a população brasileira, deixaram suas marcas no território, especialmente as duas primeiras matrizes, as não brancas, que por sinal são a maioria no país, mas ainda são pouco interpretadas e ensinadas como protagonistas de sua história e geografia. Segundo Porto-Gonçalves (2017):

Para promover essa desprovincianização e o reconhecimento de novos lugares de enunciação, é preciso trazer o espaço para dentro da história e deixá-lo falar. A visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente. Sucessão e simultaneidade, sucessões simultâneas, eis o espaço-tempo. O mundo não tem um *relógio* único. Nesse sentido, também o materialismo histórico deve ser geografizado – materialismo histórico-geográfico (SOJA, 1993) – o que significa abandonar uma visão linear do tempo, que certas correntes marxistas partilham com os liberais e que não é um tempo abstrato, mas o tempo europeu, branco, burguês e fálico da segunda moderno-colonialidade (DUSSEL, 2005 [2000]), e se abrir para as múltiplas temporalidades que conformam os lugares, as regiões, os países, enfim, os territórios que as conformam. Se o espaço é apropriado, marcado e grafado (geografado) no processo histórico, tendo, assim, uma historicidade, esse fato nos impõe a necessidade de levar a sério essa geograficidade da história, inclusive no campo das ideias, do conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 39).

A Geografia não pode ser distanciada dos estudos, debates e formulações das relações étnico-raciais. Os movimentos de resistências históricas dos negros brasileiros, formaram territórios e territorialidades, conhecidas por nós por mocambos e quilombos. Aquela ciência é fundamental no entendimento desses territórios e suas territorialidades quilombolas. Os quilombos também constituem a historicidade e a “geograficidade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 6) da formação do Brasil. Historicidade e Geograficidade que visam romper com a estruturação eurocêntrica colonialista<sup>14</sup> que dita a subalternização racista do negro brasileiro.

Nós entendemos que as relações étnico-raciais devem ser analisadas a partir de práticas antirracistas, interdisciplinares, compreensões críticas da sociedade, rompa com a tradição branca, positivista de considerar a dimensão espacial das relações sociais somente como base natural dos eventos históricos. O ensino de Geografia nas escolas, por exemplo, ao tratar da formação territorial do Brasil, deve ser fortalecido por teorias, livros e materiais

---

<sup>14</sup> Segundo Porto-Gonçalves (2017): “Assim, a cartografia da Terra foi grafada pelo papa, em 1493, com um meridiano, o de Tordesilhas e, desde o século XIX, a ciência laica se encarregaria de remarcar um novo *ponto zero* de onde passa a recartografar o mundo, agora a partir do meridiano de um subúrbio de Londres, Greenwich. Não olvidemos que se orientar é se dirigir ao Oriente, e tomar esse rumo era tomar o rumo certo na vida, tal como hoje se diz nortear. Essa troca de verbo é, também, uma troca de hegemonia geopolítica” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 39).



que fundamentem questões étnico-raciais, especialmente para análise da luta dos negros na formação desse país.

A população negra sempre lutou por espaços e melhorias de condições sociais. Os movimentos de africanos que organizavam suas fugas das senzalas (espaços de opressão), ou contra-atacavam os engenhos (espaços do opressor), desarmavam os seus algozes e depois fugiam das fazendas, lançando-se mata adentro para formar seus mocambos e movimentos de quilombos. Sempre muito longe dos espaços coloniais do homem branco europeu, os africanos, os indígenas também fundaram territorialidades próprias.

O conhecimento geográfico descolonial pode dar outras bases de representação da formação do Brasil. A disciplina História nas escolas, de certa forma, está à frente da Geografia no que diz respeito às análises de tempo na dimensão social. Os materiais escolares da disciplina de história, muitas vezes, despertam mais interesse dos estudantes que gostam das ciências humanas, e isto é bom, mas nesse mesmo grupo de estudantes reações opostas são pensadas a respeito da disciplina de Geografia, que é marcada pelos estudos de geomorfologia, geologia, biogeografia.

A Lei nº 10.639/2003 é trabalhada por muitos professores de Geografia, especialmente os negros e as negras. A legislação exige a implementação no âmbito de todo o currículo escolar. Nosso questionamento sobre a lei citar diretamente o ensino de História sem relacionar com o de Geografia, além de apontar os fundamentos positivistas e eurocêntricos disso, não permitiu a expressão ou a marca do conhecimento geográfico nas relações étnicos raciais, explicitamente na política pública. Isto poderia ser um marco na própria ciência, podendo atrair, como fez com a História, mais visibilidade e produção de materiais para a Geografia, conteúdos que abordam a luta dos negros e a presença de povos, territórios e territorialidades africanas na formação territorial do Brasil.

A Geografia avançou nos estudos das relações raciais, especialmente pela produção e trabalhos de professores e professoras negras dessa disciplina. Em nossos estudos podemos ter contato, diretamente ou indiretamente, com várias referências de geógrafos que teorizaram conhecimentos descoloniais na sua forma de fazer narrativas científicas. Nesta etapa da pesquisa pensamos alguns questionamentos para chegar criticamente às nossas considerações sobre uma Geografia de Quilombos, que busque romper com as teorias eurocêntricas, do pensamento oriundo de um “sistema-mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006)

A Modernidade se constitui no mesmo movimento que constitui a colonialidade. Assim, é preciso romper com o evolucionismo eurocêntrico que vê cada lugar do mundo como fôra um determinado estágio da

evolução europeia, que só é possível a partir de uma perspectiva teórica que toma o tempo como algo linear (o europeu) e ignora o espaço, enfim, uma perspectiva teórica que pensa a sucessão de eventos numa linha temporal unidirecional e ignora a simultaneidade constitutiva da história (espaço-tempo). Pensar o espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo simultaneamente (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 16).

A modernidade que se expandiu com o sistema colonial tem raízes na Europa, fundada em relações racistas de colonização da África, Ásia e das Américas. O racismo deve ser estudado criticamente na Geografia e, ao afirmarmos isso, direcionamos nossa pesquisa para contribuir para tais esforços. A Geografia, as diretrizes políticas, resoluções e pareceres para o ensino de relações étnico-raciais, a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, são ações afirmativas no combate ao racismo quando praticadas a partir de pedagogias que valorizam a luta e o modo de vida dos povos e matrizes que são focadas nas legislações.

Para além de um obrigação política, a implementação e o estudo de relações étnico- raciais nas escolas e universidades brasileiras é um dever ético e moral, para com cada cidadão que compreende as mazelas das heranças coloniais A compreensão de que o Brasil é um país racista, deve implicar em uma postura antirracista, anticolonial como fizeram os ancestrais africanos e indígenas em suas rebeliões, insurreições e quilombos (MOURA, 2014a).

[...] Não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica, mas também pedagógica, que esteja expressa nos currículos, nas metodologias de ensino, nas avaliações etc. A universidade e a escola precisam se descolonizar, nós professores precisamos pensar em pedagogias outras, em pedagogias descoloniais (CRUZ, 2017, p. 32).

Nossa pesquisa se alinha aos estudos de uma Geografia descolonizada que pode contribuir efetivamente nas questões étnico-raciais e antirracistas, fundamentalmente propondo reflexões sobre os movimentos quilombolas na formação territorial do Brasil, em especial o Quilombo dos Palmares. As relações de território e territorialidade são consideradas categorias fundantes do conhecimento geográfico e, sendo assim, entendemos que cabem contribuições da Geografia para a compreensão da tríade território, territorialidade e territorialização dos quilombos brasileiros, espaços genuinamente negros e descolonizados. A Geografia, se aliada a uma pedagogia não eurocêntrica e ao lado de outros conhecimentos e saberes críticos, pode ser um instrumento antirracista na educação brasileira, apoiando efetivamente as legislações que determinam o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

## 2.2 A Geografia de Quilombos: espaços descoloniais e as possibilidades quilombolas das ações afirmativas na educação

*“Vamo pro canto onde o relógio para  
E no silêncio o coração dispara  
Vamo reinar igual Zumbi, Dandara  
Odara, odara” (“Cota não é esmola” por Bia Ferreira)<sup>15</sup>*

Ao nos referirmos a uma Geografia de Quilombos o nosso objetivo é investir em uma narrativa geográfica que valorize os territórios étnicos (ANJOS, 2009) na formação do Brasil. Nesse sentido, deparamo-nos com importantes estudos sobre as questões étnico-raciais na geografia, desde pesquisas que investigaram a importância da população afrobrasileira na formação do Brasil às análises da implementação e os sentidos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

A nossa ideia de Geografia de Quilombos pretende colaborar com as pedagogias antirracistas, ressignificando ideias e expressando críticas à Colonialidade do saber e do poder que instituiu mitos no consciente social. A Geografia que pesquisamos é inspirada em movimentos quilombolas, que formaram ações e organizações de negros que lutavam contra o regime colonial.

As leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são marcos políticos da luta dos movimentos negros e movimentos indígenas pela democratização efetiva da sociedade, justiça social e ações afirmativas. As legislações, ou políticas públicas, voltadas ao atendimento da população negra e dos povos indígenas, seja na educação, saúde ou segurança, devem ter investimento e mobilização, especialmente do Estado, e ser encaradas como políticas compensatórias, portanto com esforços efetivados com amplos e concretos investimentos para o seu cumprimento.

O parecer da Professora Doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) é fundamental para o entendimento da Lei nº 10.639/2003 como uma política educacional no resgate da importância dos africanos na formação do Brasil e a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas. Silva (2004) faz uma análise profunda sobre o histórico de luta do movimento negro para implementação dessa lei, apontou argumentos para compreendermos a mudança na LDB nº 9394/1996 como um movimento de implementação de política de ação

---

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.lettras.mus.br/bia-ferreira/cota-nao-esmola/> (acesso em 23/04/2020).

afirmativa nas escolas, especialmente ao interesse da população negra e ao combate ao racismo

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2011, p. 498).

Ações afirmativas para a população negra, são esforços da população mundial na luta contra o racismo e pela dignidade dos africanos e seus descendentes. Organizações, fóruns, conferências, assembleias e outros diversos encontros nacionais e internacionais, deliberaram ações e diretrizes, no âmbito da cultura, educação e saúde para fundamentar ações de combate à discriminação racial e inclusão da população negra nos serviços sociais, historicamente negados aos negros brasileiros.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados<sup>16</sup>(BRASIL, 2011, p. 498).

A Lei nº 10.639/2003 não pode ser entendida apenas como uma obrigação legislativa ou implementada como datas comemorativas. Também não deve ser tratada como um tipo de folclore afro-brasileiro. Valorizar a história dos africanos e dos negros brasileiros, em todos os níveis de ensino, é assumir um compromisso político para uma pedagogia antirracista. Isto pode contribuir para a superação de estereótipos e dos danos causados por políticas de embranquecimento da população brasileira, que foram instituídas como ações para eliminar a ancestralidade africana em nosso território. As ciências das diversas áreas do conhecimento não são narrativas neutras, todo o currículo escolar deve trabalhar relações étnico-raciais, como assegura a legislação, a escola é uma das ferramentas mais poderosas para a superação do mito da democracia racial e consolidação

---

<sup>16</sup> Também em SILVA, 2004, p. 3

das ações afirmativas na educação. Portanto as questões étnico-raciais devem ser encaradas como um dever político dos professores e das unidades escolares.

No caso específico da educação escolar, ao tentarmos compreender, debater e problematizar a cultura negra, não podemos desconsiderar a existência do racismo e da desigualdade entre negros e brancos em nossa sociedade. Por quê? Porque ao fazermos tal ponderação inevitavelmente nos afastaremos das práticas educativas que, ao tentarem destacar essa cultura no interior da escola ou no discurso pedagógico, ainda a colocam no lugar do exótico e do folclore. Discutir sobre a cultura negra também exigirá de nós um posicionamento sobre o que realmente queremos dizer quando apelamos para a construção de projetos e práticas multiculturais (tão em moda ultimamente) e nos direcionará a um compromisso político explícito diante da questão racial, entendida aqui como indissoluvelmente ligada ao conjunto de questões sociais, culturais, históricas e políticas do nosso país. Isso nos leva a pensar nas ações afirmativas para o povo negro e à forma como os educadores e as educadoras, negros e brancos, favoráveis à discussão e à inserção da cultura negra no currículo escolar, posicionam-se diante delas (GOMES, N. 2003, p. 77).

Tratar de relações étnico-raciais é considerar a raça como um elemento estruturante das relações sociais, portanto, cabe ao conhecimento geográfico conceber criticamente o seu papel. O Brasil, por tudo que já vimos nessa pesquisa, é um país estruturado em relações racistas, onde os negros e os indígenas foram marginalizados na sua formação territorial. A Lei nº 10.639/2003 é uma política de ação afirmativa e a Geografia pode trazer importantes contribuições em sua implementação, pois acreditamos na importância de uma pedagogia antirracista no seu ensino e de todas as áreas do conhecimento. Essa política afirmativa é resultado da luta histórica do movimento negro contra a discriminação racial e suas perversidades, da luta do negro por medidas compensatórias para diminuir as desigualdades sociais e econômicas que são fundamentalmente raciais. Para Renato Emerson dos Santos (2009):

A agenda colocada pela Lei, neste sentido, não indica apenas inserir conteúdos, mas fundamentalmente também, rever conteúdos (que ocultam mais do que revelam, que silenciam mais do que mostram), rever práticas e posturas, rever conceitos e paradigmas no sentido da construção de uma educação antirracista, uma educação para a diversidade e para igualdade racial. [...]. Desta forma, a Lei 10.639 visa, portanto, reposicionar o negro e as relações raciais no mundo da educação (SANTOS, R. 2009, p. 24).

A espacialização e a formação da população negra são marcadas pelas relações raciais, porém, não são apenas as trajetórias dos negros que sofrem racismos no Brasil. Embora a marca racial, especialmente na questão da cor da pele, inferiorize principalmente os negros, as relações raciais, no que diz respeito à formação territorial do Brasil e às suas formas de colonialidade, envolvem o estudo e o reconhecimento das questões indígenas.

Seria um extenso trabalho considerar todas as contribuições da Geografia para as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, não pretendemos esgotar tais assuntos. Mas situamos

nossa pesquisa como mais uma contribuição para uma pedagogia antirracista nessa ciência do espaço geográfico. Consideramos que as questões indígenas também são legítimas para o trato das questões étnico-raciais. Essas são fundamentais para o conhecimento geográfico, nesse sentido, afirma Santos, R. (2009): “se acreditamos que a raça é um elemento que regula as relações sociais, de alguma forma suas manifestações estão imbricadas na Geografia, e por isso seu ensino deve atentar para tal fato social em suas múltiplas espacialidades” (SANTOS, R. 2009, p. 25).

Os indígenas na formação do Brasil foram duramente perseguidos pelo colonizador, tiveram suas terras invadidas por estrangeiros que se postaram como inimigos de sua cultura. A Geografia crítica da formação territorial do Brasil, especialmente na compreensão da formação colonial, pode investigar que ocorreram processos de resistências quilombolas aliadas com os indígenas. Ambos os movimentos tinham relações comuns para resistirem às investidas violentas do colonizador europeu.

Durante a invasão europeia para a construção do “novo mundo”, os povos originários foram dispersados por todo o território. O escritor, ambientalista e indígena Ailton Krenak, sabiamente, afirma que há uma forte tensão entre o “mundo branco” europeu e os “mundos não brancos”. Segundo esse pensador “esses mundos estão em guerra”<sup>17</sup>. Estes conflitos, nos primórdios da formação do Brasil, ocorriam deliberadamente em todo território, a convivência com os europeus se dava em condições conflituosas, pois o estrangeiro efetivamente avançou nos territórios indígenas para tomar seus recursos e escravizar os seus povos.

A colonização europeia no Brasil e nas Américas foi racista desde o início, contra os indígenas já habitantes desses territórios, e se aprofundou com a chegada de milhares de africanos escravizados. Descendentes de africanos e indígenas juntos são maioria populacional do Brasil, mas amargam duras estatísticas, com altos índices de desigualdades e problemas sociais.

As políticas de ações afirmativas na educação são fundamentais para construir pontes entre indígenas, negros e quilombolas para formar, entre professores e estudantes, quadros políticos para lutarem contra o racismo e trazer representatividade aos mundos negro e indígena. Trata-se de compreender outras visões de mundo e de construir uma realidade de justiça social e liberdade, manifestada como algo que supere a colonialidade fundada no racismo europeu.

---

<sup>17</sup> Assista à entrevista de Ailton Krenak no primeiro episódio do seriado documental Guerras do Brasil.doc (2018), criação de Luiz Bolognesi.

É importante lembrar que a redação do art. 26-A da LDB, inicialmente reconhecendo a necessidade de inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos da Educação Básica, por meio da Lei nº 10.639/2003, foi alterada posteriormente pela Lei nº 11.645/2008. Essa alteração, de fato, representa um importante avanço na construção de uma educação mais respeitosa em relação às diferenças e diversidades raciais, étnicas, culturais e linguísticas formadoras da sociedade brasileira (BRASIL, 2015, p. 7).

A educação, o sistema de ensino básico e superior, a produção do conhecimento científico que se colocam engajadas com as questões étnico-raciais, especialmente ao implementarem as Diretrizes que embasam as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, devem dirigir trabalhos, projetos, pressupostos e proposituras antirracistas.

Nessa direção, a compreensão da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira visa à construção de representações sociais positivas que valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira como um valor e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação da diversidade de forma criativa e transformadora na superação de preconceitos e discriminações étnico-raciais (BRASIL, 2015, p. 7).

O século vinte um pode continuar avançando na elaboração de políticas compensatórias e afirmativas, para valorizar a vida das populações historicamente oprimidas na construção da atual sociedade moderna. O eurocentrismo, o etnocentrismo, o racismo e o colonialismo estão com suas contas pendentes, especialmente na oferta de educação, cultura e dignidade para os negros e indígenas do chamado terceiro mundo no hemisfério Sul.

A Geografia pode ser importante instrumento na luta antirracista, seus conhecimentos podem extrapolar os interesses históricos do colonizador, serem usados aos interesses dos movimentos sociais, políticos interessados na transformação das ciências e da realidade perversamente capitalista que vivemos.

Por outro lado, nossa Geografia de Quilombos não pode ser subestimada ou cair no essencialismo de ser a solução do racismo e da colonialidade presentes na história do pensamento dessa ciência. Admite-se que seria uma ação pretenciosa da propositura desse nosso trabalho acreditar nesse objetivo. Embora nossa biografia e esperança nos movimentos negros, quilombolas e indígenas nos animem, tal pretensão está fora de nosso interesse de propositura desse trabalho. Contudo, nos posicionamos junto aos inúmeros esforços políticos, pedagógicos, filosóficos, científicos e culturais que diversos estudiosos manifestaram com suas produções acadêmicas na luta contra o racismo de raízes coloniais.

Portanto, nos identificamos com a luta quilombola que historicamente faz resistência ao sistema-mundo colonial-moderno (PORTO-GONÇALVES, 2017). Manifestamos nossos esforços na luta por uma educação antirracista, para o deslocamento

do eurocentrismo colonial e outras narrativas, ao respeito às diferenças raciais. A Geografia de Quilombos é apenas um conceito para afirmar quilombamentos e colaborar com a descolonização das bases territoriais do Brasil.



### Capítulo 3: A Geografia de Quilombos: o exemplo de Palmares

*Valeu Zumbi! O grito forte dos Palmares, que correu terras, céus e mares. Influenciando a Abolição (Kizomba, Festa da Raça por Martinho da Vila<sup>18</sup>)*

Neste capítulo pretendemos estudar aspectos da geografia da República dos Palmares (FREITAS, 1981; GOMES, F. 2011; MOURA, 1993 e 2014; NASCIMENTO, A. 2019; NASCIMENTO, B. 2014) que encontramos em parte da longa historiografia referida a esse quilombo, marcante na formação territorial do Brasil, especialmente no século dezessete. A pesquisa que desenvolvemos para elaboração do nosso trabalho teve como propósito analisar, no contexto do pensamento descolonial da Geografia, particularmente nas contribuições do livro “Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico” organizado por CRUZ & OLIVEIRA (2017).

O objeto que escolhemos pretende orientar práticas de ensino, ou uma pedagogia que, inspirada na análise crítica e geográfica da formação do Brasil, valorizem em sua narrativa a resistência negra do Quilombo dos Palmares no território colonial. Palmares foi um grande território étnico que por anos uniu em seus mocambos negros autolibertos, indígenas e brancos pobres.

#### 3.1: Resgatando o território étnico de Angola Janga: a geografia afrobrasileira como uma referência da geografia de quilombos

*“Eu quero ir para Angola Janga ou então para qualquer outro lugar, onde eu possa ser o que eu quiser” (Thiago Elniño)<sup>19</sup>*

O Quilombo dos Palmares deixou diversas marcas na formação territorial brasileira, especialmente no simbólico das representações políticas do movimento negro nacional. Nossos estudos partiram da questão descolonial e visitamos vasto referencial teórico sobre as histórias de formação e resistência quilombola na Serra da Barriga (atualmente no atual estado de Alagoas) da capitania de Pernambuco. O trabalho de intelectuais negros, muitas vezes à margem ou na periferia do academicismo eurocêntrico, foram fundamentais para ampliarmos o desenvolvimento da nossa pesquisa, e aprendermos mais sobre nosso objeto, aprofundando os estudos em direção ao nosso objetivo de contribuir para uma Geografia que se coloque para além das perspectivas coloniais. Tais perspectivas, conforme estudamos, apresentam mitos e lacunas que desfavorecem o entendimento geográfico e histórico das questões étnico-raciais. Assim, gostaríamos de pensar nesse trabalho em uma

<sup>18</sup> Trecho da música Kizomba, Festa da Raça interpretada por Martinho da Vila (disponível em <https://www.lettras.mus.br/martinho-da-vila/287389/> - acesso em 20/11/2020).

<sup>19</sup> Refrão da música “Angola Janga” de Thiago Elniño, disponível em <https://genius.com/Thiago-elnino-angola-janga-lyrics> (acesso em 20/11/2020).

Geografia de Quilombos como caminho para preencher tal lacuna e fomentar uma educação antirracista

As contribuições e o vasto trabalho do geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2009; 2010; 2014) e o Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da Universidade Federal de Brasília (UNB), que propõem o resgate e afirmação de uma Geografia Afrobrasileira e o resgate da cartografia do Brasil africano, é um dos exemplos que expomos, e que contribuíram, grandemente, para nosso aprendizado. Embora esse estudioso e o referido grupo de pesquisa que integra, não integrem diretamente a linha de estudos descoloniais, é fundamental para nossa ideia de Geografia de Quilombos considerar as contribuições de tal produção, pois há anos mobilizam esforços e subsídios para o debate étnico-racial na Geografia crítica brasileira.

Ao propor nossa análise da representação da geografia do quilombo de Palmares, consideramos estudar as categorias: território, territorialidade, população e identidade do quilombo histórico. Fundamentamos nossas análises no contexto do debate étnico-racial das ciências sociais de nosso objeto, com recorte político na educação, especialmente no trato das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A questão da formação do território brasileiro remonta a uma multiplicidade de eventos, ocorridos nas vastas dimensões geográficas, dos quais podemos resgatar para o debate étnico racial em questão uma narrativa pluriétnica da formação do Brasil.

O Brasil é antes de tudo, um país de dimensões continentais, com uma historicidade em processo de reconstrução, uma diversidade étnica com conflitos, uma estrutura política complexa, com extensas paisagens geográficas, diferentes níveis de transformação e alteração territorial e com o desafio de assumir decisivamente a nação multicultural que formamos. Estes são pontos estruturais que preconizam a busca de equilíbrio na sua sociedade e no seu território e sobretudo, um tratamento ético. Por isso mesmo, se faz necessário, interpretações mais amplas das suas formas de organização, principalmente os elementos essenciais da sua real historiografia, das suas identidades territoriais e dos componentes da sua pluralidade racial.

Nesse sentido, a terra, o terreiro, o território e a territorialidade assumem grande importância dentro da temática da pluralidade cultural brasileira, no seu processo de ensino, planejamento e gestão. Principalmente no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional. Preconizamos, que é possível apontar as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, um contato com um Brasil de matriz territorial complexa, multifacetada, cuja população não está devidamente conhecida, nem valorizada e que não pode ser interpretada de maneira simplista (ANJOS, 2010, p. 6).

Ao pesquisarmos o Quilombo dos Palmares aprendemos muito sobre o Brasil colonial e encontramos importantes contribuições críticas das ciências sociais. No mesmo

sentido dos estudos do Professor Doutor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, foram fundamentais as obras de Abdias Nascimento (2019), Beatriz Nascimento (2014), Clóvis Moura (1993; 2014a), Décio Freitas (1981) e Flávio dos Santos Gomes (2011). Foi na obra de Décio Freitas (1981) que aprendemos sobre “Angola Janga” e o trato digno do quilombo histórico para além de um “refúgio de escravizados no Brasil colonial”, mas como um expoente Estado negro, presente nas contribuições daqueles estudiosos como uma diferenciada República, um território étnico (ANJOS, 2009) a “República dos Palmares”.

A ideia de “o exemplo de Palmares” creditamos ao grandioso Abdias Nascimento (2019). Citaremos partes do texto em que nos inspiramos, e fazemos essa referência a fim de reproduzir aos leitores uma significativa contribuição sobre o que foi a República dos Palmares, exposta de forma muito simples e didática, pode servir como material de apoio para professores que desejam trabalhar na sala de aula conteúdos sobre o território e a vida dos quilombolas. Escreveu Nascimento no livro *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista* (2019), “O exemplo de Palmares” (p. 69 e p. 70)<sup>20</sup>:

[...]

A República de Palmares, com sua enorme população relativamente à época, dominou área territorial de mais um menos um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os autolibertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, foram também altamente qualificados na arte da guerra.

Palmares pôs em questão a estrutura colonial inteira: o exército, o sistema de posse de terra dos patriarcas portugueses, ou seja, o latifúndio, assim como desafiou o poder todo-poderoso da Igreja católica. Resistiu cerca de 27 guerras de destruição lançadas pelos portugueses e os holandeses que invadiram e ocuparam longo tempo o território pernambucano. Palmares manteve sua existência durante um século: de 1595 a 1695. [...]. (NASCIMENTO, A. 1980, p. 47).

Existe vasta bibliografia de pesquisas sobre o Quilombo dos Palmares, sendo que um importante levantamento foi realizado pelo Professor Doutor Flávio dos Santos Gomes, no livro “De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social” (2011). Em

---

<sup>20</sup> Indicamos aos professores trabalhar na íntegra, em sala de aula, essa passagem do livro de Abdias Nascimento. O autor resume magistralmente uma descrição de Palmares. Recomendamos a leitura e afirmamos que tivemos boas experiências nas nossas práticas docentes com referido conteúdo, o texto embasou boas discussões.

sete páginas de referências, ele indicou quase sessenta leituras (GOMES, F. 2011, p. 101, p. 102, p. 103, p. 104, p. 105, p. 106 e p. 107), para aprofundarmos estudos sobre a República negra. Um dado interessante são os nomes que identificam os quilombos: Palmares, Angola Janga, Mocambos. Aos interessados, é importante ter em vista que toda essa história foi registrada principalmente pelos algozes dos quilombolas. Na época das expedições antipalmares, segundo FREITAS (1981), cronistas acompanhavam as batalhas para registrar as informações de Palmares, além de outros registros pesquisados que partem dos relatórios deixados após tais expedições. Onde ocorreu escravização houve incidência de resistências negras, conforme indicam nossos estudos, especialmente os de Moura (1993 e 2014a) e Gomes, F. (2011):

Grande e pioneiras comunidades de fugitivos não foram exclusividade do Brasil colonial. [...]. Nas Américas, as comunidades de fugitivos receberam diferentes nomes: *cumbes*, na Venezuela, e *palenques*, na Colômbia; na Jamaica, em Antígua e no sul dos Estados Unidos, eram conhecidos por *marrons*; em São Domingos e outras partes do Caribe francês, o termo era *maronage*; em Cuba e Porto Rico, *cimaranaje*. No Brasil, ficaram conhecidas como mocambos e depois quilombos, termos que, na maioria das línguas bantas da África Central, significavam “acampamento”. Em quimbundo e em quicongo, a palavra *mukambu* significava “pau de feira”, um tipo de suporte vertical terminado em forquilha utilizado para erguer choupanas nos “quilombos”, os acampamentos (GOMES, F. 2011, p. 9 e p. 10).

Entendemos que a questão da linguagem também faz parte de fundamentos culturais e sofre interferências coloniais. Neste caso, os significados apontados por Gomes, F. (2011) são na verdade as traduções encontradas pelos europeus para compreensão das organizações daqueles africanos escravizados no Brasil. A palavra mocambo remete mais para a ideia de “cidades”, pois eram formas de espacialização das comunidades africanas. E quilombo, como veremos em Moura (1993 e 2014a) e Nascimento, B. (2014), remetem a um conceito mais amplo, expressando as ideias de território e territorialidade. Ainda segundo Gomes, F. (2011):

Mas por que as denominações “mocambo” e “quilombo” se difundiram no Brasil e não em outras áreas coloniais que também receberam africanos da África Central e onde houve várias comunidades de fugitivos? Uma hipótese seria a propagação dessas palavras a partir da documentação produzida pela administração colonial portuguesa. Havia uma constante circulação de agentes administrativos pelas várias partes do Império Português na América, na Ásia e na África. [...]. Esses agentes podiam tratar de assuntos diferentes – acampamentos de guerra, prisioneiros africanos na África e comunidades de fugitivos no Brasil –, os nomeavam de forma semelhante (GOMES, F. 2011, p. 10 e p. 11).

Inicialmente os colonizadores portugueses referiam-se aos territórios dos negros autolibertos como mocambos. Somente em 1740 é encontrado um documento, expedido pela Coroa lusa, que cita a palavra quilombo. Segundo Clóvis Moura (1993):

Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, data de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram com o sinal de protesto negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos. Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *marron*, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava (MOURA, 1993, p. 11).

“No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda extensão do território nacional” (MOURA, 1993, p. 13). Os negros autolibertos fugiam das infectas senzalas com o plano de retomar sua vida em liberdade longe do sistema colonial, da perversidade de Senhores de Engenhos e seus Capitães do Mato. Clóvis Moura (1993; 2014a) e Beatriz Nascimento (2014) indicam que a ideia de quilombo estava relacionada a uma forma de organização política e cultural que, possivelmente, os negros estabeleciam na África.

Palmares é singular para sua época em vários sentidos, dos quais, em especial, destacamos aspectos de seus territórios: a extensão, localização, organização dos mocambos, quantidade de habitantes e o tempo de resistência. Por essas características os colonizadores portugueses viam aqueles negros de Palmares como inimigos internos, a ameaça que os assombrava para além dos invasores holandeses. Para a população negra, o quilombo é um símbolo de resistência, uma legítima República Negra. Segundo Clóvis Moura (2014a)

Dos movimentos dos cativos contra a escravidão, Palmares é, por circunstâncias especiais, o mais conhecido e estudado. Foi o que mais tempo durou; e o que ocupou – e ocupou de fato – maior área territorial; e que mais trabalho deu às autoridades para ser exterminado. [...] Não foi sem motivo que Palmares chegou a ser comparado aos holandeses. Eram os dois inimigos de Portugal; um Palmares – “o de porta adentro; outro, os holandeses, “não sendo menores os danos destes do que tinham sido as hostilidades daquelas”. Era uma ameaça constante ao trabalho dos colonos (MOURA, 2014a, p. 303 e p. 305).

O nome Palmares está relacionado com a paisagem da região ocupada pelos negros na Serra da Barriga. A região é descrita como uma área de densa vegetação, onde se encontravam variados tipos de Palmeiras, relevos de planaltos e de terras férteis, com

alguns rios que faziam passagem, locais preferencialmente escolhidos para as construções dos mocambos. “As densas selvas da região palmarina lhes permitiam manterem-se incógnito” (FREITAS, 1981, p. 83) e os negros sabiam fazer grandes proveitos desse território na Serra da Barriga, desde os usos dos recursos da vegetação, a caça, pesca, e a mata que constituía verdadeiro enfrentamento aos invasores.

Na geografia de Palmares, encontramos algumas das bases da resistência dos quilombolas. “Não é possível compreender a história da república negra, especialmente a sua quase secular resistência, a menos que se tenha uma ideia da geografia alagoana” (FREITAS, 1981, p. 41 e p. 42). Encontramos um importante documento que descreve a geografia da Serra da Barriga (AL), o “Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada - Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL” (2017):

A Serra da Barriga localiza-se no município de União dos Palmares, Zona da Mata do Estado de Alagoas, Brasil. Ocupa uma área de aproximadamente 27,92 km². A unidade geomorfológica na qual se encontra inserida compreende terrenos cristalinos submetidos à ação de clima quente e úmido, característica do Planalto Meridional da Borborema. Esse sistema equivale ao setor mais oriental do Planalto Atlântico e um dos dois mais setentrionais, sendo divisor de águas entre a bacia do rio São Francisco- e as bacias propriamente “borborêmicas” nos setores norte e leste. Distâncias: Maceió – Capital do Estado de Alagoas: 73 Km; Penedo – Alagoas: 224 Km; Recife – Capital do Estado Pernambuco: 237 Km (IPHAN, 2017, p. 7)

Ainda segundo o Dossiê do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2017)<sup>21</sup>:

Trata-se de um platô com elevada altimetria territorial, chegando a 485 metros de altitude, com lados íngremes e escarpados. Compreende paisagem natural e edificada, observando-se ainda grande quantidade de palmeiras que, segundo historiadores, deram origem ao nome “Palmares”, além de vegetação e de recursos naturais predominantes à paisagem, principalmente recursos hídricos compostos de nascentes que alimentam um açude e uma lagoa. Esta última, denominada “Lagoa dos Negros”, é um dos lugares sagrados da Serra, onde os religiosos de matriz africana realizam rituais (IPHAN, 2017, p. 10).

O historiador Décio Freitas (1981) diz que a escravização foi um atraso na vida dos africanos. Segundo ele, “na África haviam sido agricultores, pastores, artesãos, comerciantes e artistas” (FREITAS, 1981, p. 44). Nesta obra o autor exemplifica que os habitantes de Palmares eram eficientes na metalurgia: “Tratava-se de uma experiência técnica que não havia precisado pedir emprestada aos europeus e muito menos aos luso-brasileiros”. Ainda, segundo Freitas (1981): “Admite-se hoje a ancianidade e, segundo

---

<sup>21</sup> Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie\\_serradabarriga.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_serradabarriga.pdf) (Acessado em 20 de novembro de 2020).

alguns, a autoctonia do trabalho do ferro na África” (FREITAS, 1981, p. 41). Este pesquisador de Palmares afirmava que “Na África, haviam sido acima de tudo homens da terra, a tal ponto que agricultura parece impregnar toda a história do Continente Negro” (FREITAS, 1981, p. 45).

Os palmarinos plantavam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata, legumes. Duas semanas antes do plantio preparavam o terreno com grandes queimadas. A preparação das terras, a semeadura e a colheita com uma semana inteira de festejos em que todos folgavam, dançavam, comiam e bebiam. Mantinham também extensos pomares com toda variedade de árvores frutíferas (FREITAS, 1981, p. 45).

Esse historiador apresenta em sua obra várias habilidades e técnicas que os negros palmarinos conheciam e que ajudaram no desenvolvimento do quilombo, tais como a metalurgia, agricultura, mineração e o manejo de artesãos na produção de artefatos a partir do trato da argila como potes, pratos e outros objetos. Ainda segundo Décio Freitas, os negros “Faziam largo consumo de banana pacova, abundante na região. Criavam galinhas e suínos” (p. 46). A partir da importância da paisagem natural da Serra da Barriga, na época de ocupação quilombola, é interessante o escrito a seguir, pois embasa nosso entendimento sobre a eficiência dos usos dos territórios palmarinos:

A forma mais importante de produção extrativa relacionava-se à palmeira, uma sua velha conhecida da África. Quase todos os negros, notadamente os do golfo da Guiné, conheciam as possibilidades de aproveitamento da palmeira, coisa que os europeus só viriam a descobrir na primeira metade do século passado, convertendo-a, durante largo tempo, em produto essencial do comércio afro-europeu. A palmeira que mais utilidade lhes dava era a da variedade nucífera. Apresentava-se com um cáudice que atingia grande altura e considerável grossura. Os frutos cresciam em cachos, tendo cada cacho até cem frutos. Estes tinham o tamanho de um ovo ou pouco mais, adquirindo quando maduros uma cor amarelo-esverdeada. Batida a casca do fruto, aparecia uma polpa a fabricação de um óleo empregado na iluminação. Do núcleo da polpa extraíam pelo processo da compressão um azeite muito limpo empregado na preparação de alimentos e uma manteiga clara e branca. Serviam-se da palmeira para fabricar uma espécie de vinho, também uma experiência africana, segundo o testemunho de um europeu que viajou pela África em 1540: “Os negros da Guiné destilam vinho das palmeiras”. Com a casaca manufaturavam cachimbos e com as folhas cobriam as casas, teciam esteiras, cestos e abanos (FREITAS, 1981, p. 45 e p. 46).

A obra de Décio Freitas (1981) teve sua primeira edição publicada no Brasil em 1973. Esta foi revisada e ampliada nas edições seguintes (1978; 1981; 1983; 1984). A que consultamos é a terceira edição, segundo Gomes, F. (2011) o historiador passou por polêmicas com historiadores conservadores, que duvidavam de suas referências, mas, isto não foi algo que desmotivou as análises de Freitas. Manteve suas pesquisas, especialmente consultando acervos históricos em Portugal, e manifestou críticas aos seus

pares que somente legitimavam as narrativas dos colonizadores sobre o quilombo dos Palmares. Gomes, F. (2011, p. 68) apresenta esse fato, no qual Décio Freitas questiona as “falsidades ideológicas” que os colonizadores construíram para descrever Palmares, pois, segundo Freitas (1981) narrativas coloniais mudavam as versões a cada expedição antipalmares e isso colaborava às tentativas de destruir o quilombo na formação territorial do Brasil. Gomes, F. (2011) indica a importância das obras de Décio Freitas, que afastou algumas versões convenientes ao colonizador a respeito de Palmares.

A Serra da Barriga, na época da capitania de Pernambuco, era constituída de terras férteis, isso foi muito importante para a configuração do Quilombo dos Palmares, formado por diversos mocambos: Amaro, Acotirene, Tabocas, Dambrabanga, Aqualtune, Zumbi, Tabocas, Andalaquituche, Subupira, Macaco, Osenga. Esses territórios aparecem com nomes de possíveis lideranças dos mocambos, essas referências eram atribuídas pelos agentes responsáveis por descrever relatórios das expedições que atacavam os quilombolas. Segundo GOMES, F. (2011):

Esses seriam “os maiores e mais defensáveis” mocambos na região, embora houvesse “outros de menor conta e de menor gente”, sempre ao lado das povoações, “uns estão mais remotos, outros mais próximos pelo sustento, como pela segurança”. Ali plantavam “todos os legumes da terra, de cujos frutos formam providamente celeiros para os tempos de guerra e de inverno”, com destaque para “o milho grosso”, do qual faziam vários produtos e “iguarias”, sem falar da fauna e da caça “porque são aqueles matos abundantes delas” (GOMES, F. 2011, p. 48 e p. 49).

Pouco se sabe sobre a organização política dos mocambos em Palmares. Segundo Freitas (1981) os quilombolas não tinham interesse nenhum em expor sua organização uma vez que, para a própria segurança de seus moradores, era cauteloso se manterem isolados de toda barbaridade colonial. Clóvis Moura (1993) adverte que a vida do quilombola era uma organização ao mesmo tempo comunitária e militar, pois a segurança era parte integral na consciência dos moradores de Palmares. Nesse sentido, era necessária muita disciplina e sistematização dos poderes. Para Freitas (1981): “Os documentos não nos permitem traçar mais que um quadro perfunctório das instituições políticas e sociais dos palmarinos nesta fase de sua história” (p. 47). E segue o historiador:

Consegue-se apurar que havia em cada povoação um chefe escolhido pelos méritos da força, inteligência e destreza. Contudo, as iniciativas deste chefe pareciam estar rigidamente controladas por um conselho, que entretanto não tinha um cunho gerontocrático, tal como sucedia os indígenas. As decisões sobre os problemas cruciais eram tomadas por uma assembleia de que participavam todos os habitantes adultos. Havia entre os palmarinos igualdade civil e política (FREITAS, 1981, p. 47).

Segundo Clóvis Moura (2014a) na sua clássica obra *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*:



Como decorrência do aumento incessante de quilombolas e do aparecimento consequente da agricultura, surgiu o primeiro rudimento de governo entre eles. Foi escolhido para dirigi-los Gamba-Zumba, pelos méritos demonstrados na guerra. [...]. Esse rei governou até o ano de 1678 quando, havendo negociado a paz com os brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, que passou à História como líder incontestável e herói de Palmares. Além do reino, porém, a República era dirigida por um conselho composto dos principais chefes dos quilombos espalhados pela região. Esse Conselho, que constituía, ao que parece, a mais importante instância deliberativa da República, reunia-se periodicamente, quando havia assunto de interesse justificado e importado – a paz ou a guerra etc. –, e funcionava na capital de Palmares, sob a presidência do rei Ganga-Zumba. Eram membros deste Conselho: o Ganga-Zona (irmão do rei), chefe do mocambo de Subupira, segunda cidade da República; Pedro Capacaça, Amaro, Acoritene, Osenga, Andalaquituche e Zumbi. Nos seus respectivos mocambos esses eram chefes absolutos (MOURA, 2014a, p. 305).

A organização quilombola em Palmares era complexa e considerada moderna e avançada para a época de um Brasil escravista, grande colônia das plantations europeias. Na bibliografia pesquisada encontramos que existia naquele território negro verdadeiros sistemas econômicos, militares e políticos, a diversidade cultural, o grande contingente populacional estimando-se até cerca de vinte mil habitantes, com a presença solidária entre africanos, indígenas e brancos pobres ou descontentes com a vida precária no sistema colonial. É marcante o escrito de Freitas sobre a presença de brancos na República negra, em destaque aos que desertavam de suas missões para destruir o quilombo: “Nem mesmo soldados pagos, em sua quase totalidade portugueses, resistiram por vezes à tentação de ir viver livre e farta dos Palmares” (FREITAS, 1981, p. 73).

Na obra *Palmares: a guerra dos escravos* (1981) o autor adverte sobre uma tendência eurocêntrica de conceituar o quilombo como um reino africano. De fato, os fundamentos econômicos, políticos e culturais eram hegemonicamente africanos, pois a vida no quilombo era o resgate da liberdade vivida no passado dos ex-escravizados. É significativo valorizar tais questões, mas, sobretudo não se pode descaracterizar as singularidades da resistência dos negros levantados em Palmares, entre africanos de lugares diversos que estavam construindo sua territorialidade no Brasil, infelizmente geograficamente distantes de suas origens. As formas de resistências dos negros, do passado e presente brasileiros, passam por muitas dimensões de luta racial e organização quilombola. Colocamos em questão os enfrentamentos diretos e indiretos, as construções, desconstruções, significações e ressignificações no caminho por descolonizar mentes e territórios. A ideia de Rei, no caso africano ou quilombolas, não pode ser entendida como as formas absolutistas europeias, e nesse sentido adverte Freitas (1981):

Quando as crônicas da África ou de Palmares falam em “rei”, empregam o termo por analogia. Aqueles europeus do século XVII não concebiam outra forma de chefia e à falta de melhor termo denominavam os chefes africanos ou palmarinos de “reis”. Nada seria mais errôneo, contudo, que confundir estes “reis” com a categoria histórica homônima dos monarcas hereditários da Europa do século XVII. Geralmente falando, os chefes africanos eram eleitos e tinham bem poucos poderes absolutos. Um traço diferencia de maneira nítida a autoridade dos chefes africanos e palmarinos: ao passo que a primeira se baseava em laços de parentesco, a de Palmares, onde não podia haver tais laços, tinha uma base essencialmente territorial (FREITAS, 1981, p. 103).

O exemplo de Palmares é emblemático para toda história brasileira, especialmente no trato das questões étnico-raciais por parte de intelectuais antirracistas e do movimento negro. Esse quilombo ainda é tema de pesquisas e símbolo de representações políticas e culturais, especialmente no combate ao racismo.

Palmares nunca deixará de (re)existir, pois sua longa história marcou gerações, foi inspiração de temas de enredo de escolas de samba, filmes e muitos livros. Algumas referências indicam que os mocambos sobreviveram por muitos anos após a morte de Zumbi dos Palmares (20 de novembro de 1695), grande herói da República Negra. O exemplo de Palmares é pela sua grandiosa organização quilombola, inspirada em movimentos africanos da antiga região de Angola, que no século dezessete foi organizada com práticas avançadas de agricultura, mineração, artesanato, pesca, caça e tudo que a técnica e o trabalho livre podem inspirar e criar. A coletividade, policultura e, sobretudo, a resistência negra, marcam a organização da primeira experiência de um complexo e singular sistema político de autonomia africana, referendada como a República dos Palmares.

Em Palmares a combinação da eletividade e igualdade civil, faz antes pensar em uma república que em um reino. Mas não seria válido conceber uma república do tipo da que o mundo veio a conhecer depois da Revolução Francesa. Era uma república peculiar a que não se poderiam aplicar conceitos históricos ou políticos de inspiração europeia. Indubitavelmente, era uma república igualitária, fraternal e livre. O que não permite supor que o regime político fosse liberal. Aquela coletividade acessada pela guerra intermitente não podia certamente prescindir da arma defensiva do autoritarismo (FREITAS, 1981, p. 104).

Angola Janga (FREITAS, 1981) pode ser traduzida por “Pequena Angola”, estudar um quilombo tão importante para o povo negro, é colaborar para a reconstrução, a partir da Geografia, da marca africana em nosso território. Palmares é um genuíno território étnico, segundo Anjos (2009): “o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir de referências de identidade e pertencimento territorial, e geralmente, a sua população tem um traço de origem comum” (ANJOS, 2009, p. 115 e p. 116).

A Geografia de Quilombos que queremos alcançar em nossa pesquisa, visa contribuir para com as questões raciais dessa ciência e a partir da importância dos estudos de suas categorias de análise, argumentar a favor de uma narrativa que valorize as matrizes quilombolas na formação territorial do Brasil, “Com essa estruturação sintética, o trabalho busca contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que a questão racial no Brasil seja tratada com mais seriedade.” (ANJOS, 2009, p. 118) Ainda seguindo este autor, ao qual nos alinhamos quando propõe uma Geografia Afrobrasileira, estimamos que nossas reflexões, assim como ele também coloca, “possibilite(m) também uma melhor compressão de alguns dos processos geográficos e históricos que contribuíram e contribuem para a formação do povo e a organização do território brasileiro” (ANJOS, 2009, p. 118 e p. 119).

### 3.2 A República dos Palmares: a resistência secular do povo negro

*Zumbi, o teu grito ecoou  
No Quilombo dos Palmares  
Como um pássaro que voou  
Tão liberto pelos ares  
Um grito de dor e de fé  
Ficou registrado na nossa história  
Pela luta, pelo axé  
pela garra, pela glória  
(Negro Zumbi, por Leci Brandão)<sup>22</sup>*

Um resgate necessário sobre a geografia do quilombo dos Palmares é a compreensão de quais povos, possivelmente, construíram a república negra. O Quilombo dos Palmares, não há dúvidas, é um grande símbolo da resistência da população negra na luta por identidade e representatividade raciais, e, sobretudo, contra as perversidades do racismo estrutural que assola nosso território aprofundando as desigualdades.

A República dos Palmares é simbolizada como traço da resistência afrobrasileira para diversos movimentos sociais (rurais e urbanos). O dia 20 de novembro de 1695 é marcado pelo assassinato de Zumbi dos Palmares, uma das maiores referências quilombolas de Palmares. Zumbi é aclamado como um símbolo da luta por liberdade do povo negro e, para muitos, um legítimo herói brasileiro. Em muitos municípios na data de sua morte é celebrado o dia da Consciência Negra. A Lei nº 10.639/2003 institui no seu Artigo 79-B que: “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003)”.

---

<sup>22</sup> Música “Negro Zumbi” de Leci Brandão, disponível em: <https://www.lettras.mus.br/leci-brandao/213298/> (acesso em 20/11/2020).

O resgate da resistência do povo de Palmares não visa dar conta de descrever precisamente, como um censo, os detalhes da formação étnica daquele território. O nosso objetivo é contribuir para a releitura da formação daquele território étnico, resistência no século dezessete e dezoito, resgatando na historiografia e geograficidade as origens do povo de Palmares, como um grande exemplo das raízes da população negra, especialmente na formação de sua consciência negra.

O povo que viveu em Palmares não pôde ser o protagonista da narrativa de sua própria história, muitas das referências daquele território estão em documentos produzidos pelo colonizador, que visava destruir em todos os sentidos a república negra. Foram os diversos movimentos negros que guardaram viva a memória de Palmares. Os intelectuais negros de consciência crítica, compromissados com o debate étnico-racial e o ativismo antirracista, escreveram obras que ressignificam e desmitificam a vida em Palmares. O Professor Flávio dos Santos Gomes (2011) abordou relevantes aspectos acerca disso, no quinto capítulo “O nativismo e a historiografia”, do seu livro: “De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social”, apresenta uma retrospectiva sobre a historiografia de Palmares, e indicou livros, movimentos políticos e culturais que referenciaram e representaram a república negra. Gomes, F (2011) é uma boa referência, especialmente para educadores e educandos, para aprender sobre Zumbi e a República dos Palmares.

Há muitas versões sobre as origens de Palmares, Gomes, F. (2011) indica que a obra de Décio Freitas é a narrativa mais reproduzida nos livros didáticos de História e especialmente se popularizou a partir da sua assessoria no filme “Quilombo” de Carlos Diegues, lançado em 1984.

Nas palavras de Cacá Diegues, estava sendo retratada em *Quilombo* a dimensão de um “socialismo cordial” para pensar o Brasil. O filme contou ainda com a consultoria de dois destacados acadêmicos negros da época: Lélia Gonzalez e Joel Rufino dos Santos, além de Décio Freitas, e teve direção musical de Gilberto Gil. Para sua realização, foi montada uma grande estrutura cenográfica no Rio de Janeiro – Baixada Fluminense e no município de Campos, importante produtor de cana-de-açúcar. Emergia assim no *Quilombo* uma sociedade multirracial e permissiva. Em termos de cultura africana, as dimensões da África Central perderiam a vez para uma reconstrução culturalista (e folclorizada) da África Ocidental, com orixás, xangô, capoeira e maculelê (GOMES, F. 2011. p. 93).

Esse filme é uma grande obra, respeitando-se as indicações da faixa etária, o indicamos como uma referência para professores, especialmente para trabalhar o que institui a lei nº 10.639/2003. O longa-metragem de Cacá Diegues (1984) foi motivo de orgulho para os admiradores de Palmares. Segundo Gomes (2011) o filme “fez muito

sucesso, sendo indicado para a Palma de Ouro, do Festival de Cannes, na França, além de ganhar vários prêmios, entre os quais o Festival de Miami” (GOMES, F. 2011, p. 92). Estimamos que um dia essa história possa ser reproduzida novamente nos cinemas, para chegar em mais gerações. A tecnologia de hoje pode reviver tal produção em alta qualidade. O filme de Diegues, contou com grande elenco de atores, como Grande Otelo, Jorge Coutinho, Zózimo Bulbul, Zezé Motta, Antônio Pitanga, Daniel Filho, Jofre Soares, Maurício do Valle, José Wilker, Jonas Bloch, Paulão, Justino Alaide Santos, Lea Garcia, Milton Gonçalves, os sambistas d. Zica da Mangueira, Aniceto do Império, Babau da Mangueira, João Nogueira e nos papéis de Ganga-Zumba e Zumbi, respectivamente Tony Tornado e Antônio Pompeu (GOMES, F. 2011, p. 91 e p. 92).

As expressões artísticas também foram grandes aliadas para a manutenção da memória de Palmares. Gomes F. (2011) além de citar mais de cinquenta referências para lermos sobre a República Negra, também nos apresenta temas de dramaturgia e outras referências culturais do mundo de Palmares. Este quilombo foi tema de sambas de enredo, alas de escolas de sambas em variados carnavais brasileiros e inspiração para o nome de coletivos negros.

Certamente, aquele território étnico que resistiu por mais de cem anos, pode ser tema de novas histórias em livros, teatro, filmes, novelas, minisséries, seriados, documentários e muito mais que artistas e educadores podem trabalhar para fortalecer a consciência negra no imaginário cultural do Brasil. Palmares deve ser estudado para ser reconstruído, pois por muitos anos tentaram (e tentam) destruir esse quilombo e tudo que sua história significa para o povo brasileiro. A exemplo disto, são as incessantes investidas para a retirada do 20 de novembro como feriado em alguns municípios, ou a não efetivação dessa data como feriado nacional.

Os colonizadores anunciaram o seu terror sobre os povos que viviam em Palmares e, nos dias de hoje, ainda existem figuras que reproduzem o desejo desses algozes do povo negro, agindo como verdadeiros capitães do mato. Eles não precisam de muito para difamar Palmares, pois fecham os olhos às pesquisas e estudos que confirmam as lutas daquele povo quilombola. Nosso objetivo é contribuir para as narrativas que resgatam a república negra, para firmar Palmares como um importante território na formação do Brasil. Na construção dessa experiência, conhecemos a série documental “Guerras do Brasil.doc”<sup>23</sup>, direção de Luiz Bolognesi (2018). Esta é outra indicação pedagógica nossa,

---

<sup>23</sup> Para mais informações acesse: <http://portacurtas.org.br/series/serie.aspx?serieId=28> (acessado em 20 de novembro de 2020).

respeitando-se as indicações da faixa etária. Especialmente o segundo episódio, “As guerras de Palmares”. Do mesmo Diretor, em formato de animação, também indicamos o filme “Uma história de amor e fúria”<sup>24</sup>, não se trata de uma narrativa sobre Palmares, mas é um exemplo de narrativa(s) descolonial(is) que podem levar à compreensão que a formação territorial do Brasil é complexa, e nela há raízes e versões para além dos interesses do colonizador. Narrativas que apresentam que o Brasil não é um país cordial, especialmente para a população negra, quilombola e indígena. Histórias e geografias que registram a resistência desses povos, demonstrando que ninguém foi cordial às perversidades do sistema colonial europeu.

Como surgiu Palmares segundo Décio Freitas (1981):

Nos fins do século XVI – não se pôde ainda estabelecer exatamente o ano – sublevaram-se os escravos negros de um grande engenho de açúcar localizado no extremo sul da Capitania de Pernambuco. Armados de foices, chuços e paus, atacaram e dominaram seus amos e feitores. E assim, viram-se senhores do engenho que fora tanto tempo instrumento de sua opressão (FREITAS, 1981, p. 15).

Segue o autor

Os rebeldes concluíram que não tinham muita escolha: ou a floresta, ou a reescravização. Puseram-se em marcha com suas mulheres e suas ferramentas de trabalho. Marcharam muitos dias antes de penetrar a selva densa e escura. Depois, foram abrindo caminho lenta e penosamente através de árvores monstruosas, cujas copas entrelaçadas mal deixavam filtrar a luz. Galgaram e desceram serras. Até que, no topo de uma dessas serras, resolveram parar. Abriram clareiras na selva e edificaram suas choças cobertas de palha. Chamaram as choças de mocambos – do quimbundo *mukambu* – termo que depois os portugueses usariam para designar genericamente as povoações construídas nas matas brasileiras pelos escravos fugitivos (FREITAS, 1981, p. 16).

A geografia da região favoreceu em muitos sentidos a formação dos mocambos em Palmares. Contudo, parte da historiografia que relatam as dificuldades das expedições antipalmares de atravessar a vegetação e o relevo da Serra da Barriga, para acessar os territórios quilombolas, também nos faz imaginar que a vida em Palmares era de muitos desafios a seus habitantes. Os negros que construíam a vida em Palmares ao mesmo tempo que organizavam suas edificações, estratégias de segurança, enfrentavam os desafios da vida na mata. Sabe-se que na República de Palmares viveram africanos, indígenas e brancos. Mas o que conformava a harmonia dessas diferentes matrizes,

---

<sup>24</sup> É possível encontrar a sinopse no site [http://www.buritifilmes.com.br/filmes.php?cat=filme&mostra\\_filme=4](http://www.buritifilmes.com.br/filmes.php?cat=filme&mostra_filme=4) (acessado em 20 de novembro 2020).

naqueles mocambos? Esta é uma questão que certamente assombrava os planos dos Senhores de Engenhos, que exploravam o Brasil em latifúndios, escravismo e monocultura.

Palmares teve uma grande população, muitos historiadores, simpatizantes ou perseguidores de Palmares, estimam em milhares de pessoas; a maior estimativa é citada na obra de Décio Freitas (1981) que cita um documento do Rei de Portugal, que chegou a estimar cerca de vinte mil quilombolas. Clóvis Moura (2014a) confirma a informação: “Sua população foi calculada em 20.000 habitantes e seus domínios se estendiam por um paralelogramo de cerca de 27.000 quilômetros quadrados” (MOURA, 2014a, p. 307). Os africanos e seus descendentes eram maioria nos mocambos. O movimento de formação desses territórios, partiram dos levantes negros.

Clóvis Moura (2014a) e Décio Freitas (1981) indicam que a documentação e bibliografia a respeito do crescimento populacional dos mocambos de Palmares, diz que foi na época das invasões holandesas, principalmente, que os negros escravizados formaram grandes levantes contra os Senhores de Engenhos e fugas para os mocambos. A região da Serra da Barriga, de terras férteis e propícias para construir suas moradas com fortes esquemas de esconderijos, foi ocupada por centenas de “autolibertos africanos” (NASCIMENTO, A. 2019) fugidos de fazendas das Capitanias de Pernambuco e Bahia.

De fato, aproveitando-se da ocupação batava, os escravos de Pernambuco e de outras capitanias vizinhas começaram a fugir do cativeiro, pelos “delitos e intratabilidade dos seus senhores”, em pequenos bandos esparsos – quase 40 negros da guiné dos engenhos da vila do Porto Calvo no início, informa Rocha Pita –, depois em bandos e de forma constante, homiziando-se nas matas de Palmares. Aproveitando-se da impenetrabilidade da floresta, da fertilidade das terras, da abundância de madeira, caças, facilidade de água e meios de defesa da região, foram-se aglomerando e reunindo gente, juntando braços para a guerra e trabalho e formaram naquele lugar a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano (MOURA, 2014a, p. 303 e p 304).

Abdias Nascimento (2019) ao se referir aos habitantes palmarinos, cita a expressão “africanos autolibertos” (NASCIMENTO, A. 2019, p. 69). Esta ideia de “autolibertos” é fundamental para compreendermos o sentido do ato das fugas. Esta saída era como se fosse um “tudo ou nada” para os negros que se lançavam mata adentro, porque a morte na busca pela liberdade era mais digna que a vida humilhante no cativeiro. Para Décio Freitas:

[...]A fuga era a única forma de libertação que concebiam e nisso se pareciam certamente aos escravos de todos os tempos. Assim, uma vez consumada a evasão, nada se lhes afigurava mais importante que evitar a reescravização e sobreviver na luta contra a natureza. Mas se a tendência à insulação sempre foi característica das rebeliões escravas, também é verdade que no processo mesmo da luta pelo domínio da natureza e contra as tentativas de reescravização eram insensivelmente arrastadas a conflitos

com o inimigo e à incitação de outros escravos à rebelião (FREITAS, 1981, p. 37).

Os mocambos foram se espalhando pela Serra da Barriga e ano após ano, centenas de africanos autolibertos fugiam e se uniam com seus iguais nos territórios de Palmares. Sabe-se que para o Brasil colonial foram traficados milhares de africanos escravizados, movimento conhecido por diáspora negra. Os dados sobre as quantidades de africanos que foram trazidos para o Brasil, nos quase quatrocentos anos de escravização variam, e há quem diga que nesse território entraram 4 milhões de escravizados, há quem estime 6 milhões ou até 15 milhões. Abdias Nascimento (2016) indica que o ato de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, em 1890, de mandar queimar todos os documentos, livros de matrícula e papéis relativos aos escravizados causou um grande empecilho para investigarmos as origens da população afrobrasileira. Clóvis Moura (2014b) também indica tais dificuldades e afirma que além do tráfico deliberado dos navios negreiros, ocorreram intensos movimentos clandestinos de contrabando de pessoas trazidas da África para as Américas. Mas houve esforço histórico dos demógrafos agentes do Estado para embranquecer informações a respeito das origens do povo brasileiro:

[...] as estimativas sobre o número de africanos entrados e distribuídos para a América do Sul, Caribe, América do Norte e outras regiões, variam muito e a existência do contrabando de africanos dificulta ainda mais essa avaliação. Inclui-se nessa dificuldade a variável ideológica que é a posição assumida pelos demógrafos e historiadores em geral, no sentido de diminuir o total da *mancha negra* nos seus respectivos países. A ideologia do branqueamento entra como um fator que deve ser computado ao analisarmos os resultados dessas pesquisas históricas. Muitos interesses se cruzam para que não se consiga uma aproximação mais exata das proporções do tráfico que durou mais de quinhentos anos e foi um dos elementos da acumulação do capitalismo europeu (MOURA, 2014b, p. 188).

Ainda segundo este autor “Há, portanto, muitas dúvidas quanto ao total de africanos trazidos durante a diáspora negra para o Brasil” (MOURA, 1993, p. 7) e continua:

Por outro lado, podemos dizer que, na América, o Brasil foi o país que teve maior percentagem de escravos desembarcados. Segundo Décio Freitas, importamos perto de 40% do total de 9.500.000 negros (segundo as suas estimativas) transportados para o Novo Mundo. Seis vezes mais do que os desembarcados nos Estados Unidos (6%) e bem mais do dobro dos que foram para a América espanhola (18%), para o Caribe inglês (17%) e para o Caribe francês (17%) (MOURA, 1993, p. 7).

Se atualmente existem inúmeras dificuldades para sabermos as origens africanas da população negra brasileira, é praticamente impossível revelar ao certo quais grupos étnicos formavam a República dos Palmares. Território perseguido e destruído pelos opressores coloniais. O que podemos admitir é que havia pessoas oriundas de várias partes da África e de diferentes lugares do norte e nordeste brasileiro. Décio Freitas (1981) e Clóvis



Moura (2014a) revelam que no Brasil colonial havia grande contingente de homens, diferença que se viu nos mocambos de Palmares.

Os primeiros palmarinos eram demasiado poucos para que pudessem constituir uma comunidade econômica e social realmente viável. Para começar, faltavam mulheres. O que os obrigou a descerem periodicamente às plantações a fim de raptar as suas sabinas: não apenas negras, mas também índias, mulatas e até mesmo brancas. A necessidade de raptar mulheres de outras raças se impôs devido à escassez de negras nas plantações e nos engenhos, pois os colonos davam preferência absoluta à aquisição de homens. Os documentos falam de mulheres livres de condição humilde que fugiam espontaneamente na companhia dos negros palmarinos. O fato não deve causar admiração. Mesmo nos Estados Unidos, ainda no século XVIII, era bastante comum a fuga de mulheres brancas – irlandesas, escocesas e inglesas reduzidas a “indentures servants” – na companhia de negros mulatos (FREITAS, 1981, p. 38 e p. 39).

Um aspecto valioso sobre os mocambos de Palmares, da sua geografia, era sua integração, algo que os fortalecia enquanto negros quilombolas. A unidade dos mocambos, algo que ocorreu após quatro décadas de ocupação da serra, era a marca da geografia política de Palmares, uma genuína geografia dos quilombos, pois essa união significava um elemento da consciência negra na superação da condição de negro escravizado. Foi o movimento quilombola que integrou os diversos mocambos de Palmares, quando os africanos autolibertos se integraram em Palmares, superando as várias barreiras culturais que os colonizadores impunham, desde os tempos de África. Foi este o principal dado para fortalecer o desenvolvimento demográfico, a economia e as qualidades políticas da República dos Palmares. GOMES (2011, p. 36) afirma que a maior parte dos negros que desembarcaram na capitania de Pernambuco, eram originários de regiões da África Central (51,4%) e da África Ocidental (48,6%). Segundo Décio Freitas:

A massa negra das plantações e dos engenhos constituía um mosaico étnico e cultural sumamente diversificado. Apenas porque os documentos aludem a negros “da Guiné”, de Cabo Verde ou São Tomé, não devemos supor que eles possuíam uma origem étnica ou cultural comum. Estas indicações identificam tão-somente as feitorias africanas por onde os negros haviam sido exportados para o Brasil. Exemplificando, um negro de “mina” não era mais que um negro embarcado do porto do célebre Castelo de São Jorge da Mina, na Costa do Ouro, região que se estendia até o rio Volta e mais ou menos correspondia à atual República de Gana. Jamais houve uma raça “mina” e o próprio nome da feitoria se originou apenas na crença lusitana de que naquela região se escondiam ricas minas de ouro. Um “guinéu” seria um negro procedente da costa do golfo da Guiné, mas isso nos deixa na mesma, já que naquela vasta região habitavam povos os mais diversos. Mais importante, os escravos foram extraídos ao longo da costa africana numa extensão de cerca de três mil quilômetros. Houve escravos vendidos em feitorias da costa ocidental mas oriundos de lugares distantes centenas de quilômetros. Os traficantes de Angola estenderam a captura de escravos para leste até os reinos de Mombasa, Kilwa e Sofala, na costa oriental. E por falar em Angola, este era um termo geográfico geralmente

aplicado a todas as missões e feitorias portuguesas, compreendidas as que ficavam na margem setentrional do rio Congo. Nunca houve um Estado Angolano, sendo tão-somente uma designação geográfica inspirada aos lusos pelos de uma dos inúmeros soberanos da região. Os escravos amiúde chegaram à América com nomes que lhes haviam sido arbitrariamente atribuídos pelos captores, os quais, a seu turno, tudo ignoravam a respeito deles. Os traficantes casavam frequentemente estes nomes supostos com o do porto de embarque. Assim, os “mina nagôs” famosos, sobre que tanto se tem dissertado no Brasil, eram alguns casos, porém apenas em alguns casos, negros iorubas estabelecidos na Costa dos Escravos, entre os rios Volta e Níger, e capturados pelos Fon de Dahomey, que lhes deram aquela denominação (FREITAS, 1981, p. 48 e p. 49).

A unidade dos territórios na República dos Palmares foi o aspecto que mais aterrorizava os colonizadores europeus (sejam os portugueses ou holandeses). Os colonizadores que traficavam africanos usaram de diferentes táticas para desunir os africanos escravizados. Fazia questão de juntar povos diferentes e, se possível, traziam povos rivais, para que não ocorresse nenhuma unidade entre os escravizados.

Os capitães dos navios recusavam embarcar escravos pertencentes ao mesmo povo ou que falassem a mesma língua porquanto o perigo de motins a bordo – frequentes e terríveis – aumentava quando os negros se achavam vinculados pela raça ou pela língua. Os colonos também procuravam conjurar possíveis rebeliões mediante o critério de rejeitar escravos da mesma tribo ou família. A diversidade de origens dos negros era um penhor de segurança, tanto para os traficantes como para os colonos. Em qualquer sentido, um Ashanti do rio Volta e um Ovimbundu de Angola teriam extrema dificuldade em entender-se, sendo tão diferentes entre si quanto um italiano de um alemão. Pior, em muitos casos, velhos e encarniçados antagonismos oriundos da história africana tendiam antes a separá-los que a agremiá-los (FREITAS, 1981, p. 50).

A escravização de africanos nas Américas deixou profundas marcas na população negra, e perversas heranças no território e na territorialidade dessas pessoas. Freitas adverte nada “mais errôneo, pois, que imaginar a massa de escravos negros como unidades étnicas ou linguísticas” (FREITAS, 1981, p. 49). Contudo, surpreendentemente, eram os ancestrais daquele povo, guerreiros e guerreiras que souberam reinventar suas vidas e ressignificar a identidade e consciência escrava impostas pelo colonizador. Anjos, também faz considerações a respeito desses problemas estruturais, das questões raciais da população negra no Brasil:

Importante não perdermos de vista, que vários setores da população brasileira continuam sendo vítimas de discriminação e preconceitos de toda a ordem. Entre os tipos de discriminação, a étnica, que atinge particularmente o contingente de ascendência africana no país, é sem dúvida a da maior extensão social e territorial, devido à grande expressão demográfica. Os problemas se revelam já quando se quer saber qual o número real de “negros” e “negras” ou da população de ancestralidade da África presentes no Brasil. A palavra “negro” foi uma invenção do colonialismo, do sistema escravista, da retirada de seres humanos do continente africano denominado “tráfico negreiro”. Secularmente, ficou

associado a um significado pejorativo, de algo ruim, que não é humano, mas relacionado a animal. Esse é um ponto de reflexão e correção histórica necessária e que requer uma ação política e educacional consequente, até porque, está incorporado de forma consistente no pensamento social brasileiro. Se não fossem os negreiros e seus navios, comerciantes de populações escravizadas no continente africano, não existiria os “negros”, tratados como mercadoria. Daí vem a “invenção” e promoção do engano secular denominado “raça negra” (ANJOS, 2010, p. 13 e p. 15).

O Movimento Negro Unificado (MNU) promoveu campanhas, especialmente nos anos 1980, para ressignificar as ideias de negro e negritude. Campanhas como “Negro é lindo”, “beije sua preta em público”, “100% negro”, movimentações inspiradas nos movimentos Black Power, de direitos civis e igualdades raciais dos Estados Unidos. Mas, para nós, é fundamental considerar as contribuições da historiadora Beatriz Nascimento, que deixou um importante legado para pesquisadores à guisa de revelar os sentidos da questão quilombola. Essa historiadora pesquisou a ancestralidade africana e seus aspectos no conceito de Quilombos. Para Nascimento, B. (2014):

A visão que o mundo ocidental procurou transmitir da África foi a de um continente isolado e bizarro cuja história foi despertada com a chegada dos europeus. Da mesma forma que se deu com seu território de origem, a história do povo negro só é vista como tal se tiver sido marcada por acontecimentos significantes da história da civilização ocidental. O risco maior de tal procedimento dos historiadores desta parte do mundo repousa na ruptura da identidade dos negros e seus descendentes, tanto em relação ao seu passado africano quanto à sua trajetória na própria história dos países em que foram alocados após o tráfico negreiro (NASCIMENTO, B. 2014, p. 56).

Ainda segundo a autora:

Numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção de sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, podemos citar uma lista desses movimentos que, no âmbito “doméstico” ou social, tornam-se mais fascinantes quanto mais se apresenta sua variedade de manifestações: de caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, de hábitos, gestos, e assim por diante. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil. Não nos cabe aqui, porém, discorrer sobre esses movimentos. **Um movimento de âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo: trata-se do quilombo (kilombo), que representou na história de nosso povo um marco em sua capacidade de resistência e organização**<sup>25</sup> (NASCIMENTO, B. 2014, p. 56).

Beatriz Nascimento reformulou o conceito de quilombo “como instituição africana, de origem angolana, na história prédiáspórica” (NASCIMENTO, B. 2014, p. 56). A historiadora pesquisou as origens étnicas de africanos de diversas partes do continente, identificou que os europeus quando invadiram a África não encontraram necessariamente

---

<sup>25</sup> Destaque em negrito é nosso.

povos centralizados em territórios, mas depararam-se com africanos em movimentos, ocupando, formando, disputando e transformando seus territórios. Nada disso pode justificar as perversidades da escravização e a consolidação do sistema capitalista, estruturalmente racista.

David Birmingham (1973) indica os conflitos existentes nas sociedades bantas da África centro-ocidental no momento da penetração portuguesa. Diversas etnias se entrecrocavam, sucedendo-se no mesmo espaço, seja aderindo ao novo movimento, seja resistindo a essa penetração. Entre essas vamos encontrar os imbangala, também conhecidos como jaga, caçadores vindos do oeste que, por volta de 1560, começam a invadir o Reino do Congo. Ingressando na região central africana, os jaga introduzem uma instituição verdadeiramente revolucionária na história das grandes migrações humanas: trata-se exatamente do kilombo (NASCIMENTO, B. 2014, p. 59).

A respeito dessas migrações e movimentos que formavam os quilombos, Beatriz Nascimento (2014) apresenta as origens milenares dos reinos bantos, que conforme se formavam eram constituídos de diversas etnias (matrizes culturais espalhadas em África). “Desde 2000 a.C., os bantos migravam em busca de terras ricas, dirigindo-se aos quatro pontos cardeais do continente africano” (NASCIMENTO, B. 2014, p. 59). Os bantos ocuparam variadas regiões na África; no século dezesseis seus reinos se estendiam nas áreas do Rio do Congo e da chamada região de Angola. Os esforços de Nascimento foram fundamentais para desmistificar a ideia simplista que os mocambos ou quilombos eram “acampamentos” ou “refúgios” de escravizados. A historiadora reconheceu e valorizou os fundamentos ancestrais entre os movimentos quilombolas do Brasil com os estudados da África. Também esbarrou na dificuldade documental para investigar a possibilidade de elos entre as etnias africanas com os negros trazidos ao Brasil. Segundo Beatriz Nascimento (2014):

Observando a inter-relação Brasil–Angola diante do tráfico negreiro, não é difícil estabelecer conexão entre a história dessa prática na África (Angola) e aqui. A dificuldade está em estabelecer linhas de contato direto, como entre a formação de um quilombo aqui e suas origens territoriais e de composição étnica em Angola. Não encontramos documentação histórica capaz de comprovar se os componentes nacionais eram descendentes diretos dos envolvidos na África ou, ainda, se haveria relação direta com quilombos combativos aqui e grupos africanos que atuavam na zona de guerra naquele momento do outro lado do Atlântico (NASCIMENTO, B. 2014, p. 61).

Nossa pesquisa, inspirada na possibilidade de uma Geografia dos Quilombos, nasceu no interesse de compreender os movimentos anticoloniais e antiescravistas que os africanos lideraram no Brasil colônia, em busca da sua libertação e autonomia territorial. A partir dos nossos estudos, com extensa revisão bibliográfica, buscamos propor conteúdos

ou caminhos, especialmente para professores de Geografia, que dialoguem com perspectivas e narrativas que façam a crítica ao monopólio cultural e intelectual que centraliza a Europa nos pensamentos fundados nas ciências. Assim como os africanos se movimentavam em suas terras, antes da chegada dos europeus, para formarem seus próprios territórios, construir suas vidas, bem como os africanos que se autolibertavam para construir seus mocambos e quilombos, e a resistências de povos indígenas contra as invasões europeias, nosso trabalho é parte de um movimento de liberdade intelectual, com o esforço de valorizar as questões étnico-raciais na escola, através da Geografia.

Foram vários os mocambos que se espalharam no Brasil colonial, por toda parte do sistema escravista, conforme analisou Clóvis Moura (1993; 2014a), tendo ocorrido resistências negras e formas de aquilombamentos. O silenciamento, os preconceitos, a folclorização, as distorções e lacunas deixadas e lançadas por parte dos intelectuais brasileiros (de todas as áreas do conhecimento) devem ser superadas pelas ideias e práticas exercidas em novas pesquisas e análises críticas da formação do Brasil. É possível e necessário construir um novo entendimento das bases desse território, nos seus diversos usos (sociais e biológicos). O Brasil e a África ainda sofrem com os propósitos perversos do Colonialismo. Porém, houve resistências, organizações e movimentos para a sobrevivência de culturas que foram duramente perseguidas pelos europeus na formação brasileira, e as marcas africanas e indígenas resistem, foram ressignificadas, e, sobre elas, ousamos afirmar que jamais colonizadas.

O quilombo dos Palmares sem dúvida é uma marca positiva para a história brasileira, apesar de sua destruição, pois a população negra, seus movimentos e quilombolas (remanescentes e formações contemporâneas permitidas a partir da Constituição Federal de 1988), inspiram-se nas histórias dos mocambos da Serra da Barriga e se levantam em novas formas de aquilombamentos e resistências. Em nossas reflexões nos esforçamos para compreender na República dos Palmares o conceito de quilombo que Beatriz Nascimento nos ensinou, ao considerar o exemplo de Palmares como marcante, e marco dessa resistência. Por meio dele é possível percebemos que a unidade negra é a chave para sua autolibertação.

O Nordeste brasileiro emergia de um século de guerras em que vários quilombos, sobretudo aqueles reunidos na República de Palmares, resistiam às investidas militares contra os núcleos de população negra livre do domínio colonial. Depois dessas guerras, da destruição de Palmares e da agitação que se processou ao redor desse núcleo no século XVII, houve um recrudescimento da resistência de outros quilombos. Foi nesse momento que as autoridades portuguesas, assustadas, definiram o quilombo como sendo “toda a habitação de negros fugidos que passem de

cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (NASCIMENTO, B. 2014, p. 61).<sup>26</sup>

Ainda segundo a historiadora:

Entre os primeiros quilombos brasileiros, no século XVII, Palmares se sobressai sem similar. Das notícias da época, a quantidade desses estabelecimentos está diretamente relacionada ao desmembramento desse grande Estado que inaugura uma experiência singular na história do Brasil. O Quilombo dos Palmares é um fenômeno paralelo ao que está se desenrolando em Angola no final do século XVI e início do século XVII. Talvez seja esse quilombo o único a poder ser correlacionado concretamente com o quilombo angolano. O auge da resistência jaga se dá exatamente entre 1584 e meados do século seguinte, após o qual essa etnia se alia ao esforço negreiro português. Nesse mesmo momento, estrutura-se Angola-Janga, conhecido como Quilombo dos Palmares, no Brasil (NASCIMENTO, B. 2014, p. 61).

Conforme citamos anteriormente, há muito o que estudar e dizer sobre a República dos Palmares. Este quilombo foi fonte que inspirou temas artísticos, foi objeto de pesquisas de antropólogos, historiadores, sociólogos, filósofos, arqueólogos e geógrafos. Foi referência de movimentos sociais, escolas de samba, no cinema, teatro, seus líderes estamparam bandeiras e camisetas. A Lei nº 10.639/2003, fruto da luta histórica de movimentos negros, confirma a memória do quilombo dos Palmares como símbolo da consciência negra e Zumbi como um herói brasileiro. É interessante o resgate de Flávio dos Santos Gomes (2011) sobre a origem dessa ideia de 20 de novembro como dia nacional da consciência negra. Segundo esse autor, tudo indica que o movimento começou na região sul do Brasil entre os anos 1960 e 1970, com jovens negros que lutavam contra o racismo e por democracia, organizados em um coletivo chamado Grupo Palmares, relata Gomes, F. (2011).

Um dos focos dos debates, cujo “tema logo galvanizou o bate-papo, ao longo de várias reuniões”, foi o 13 de Maio, a farsa da Abolição, surgindo a unanimidade: “não havia por que comemorar essa data”. Foi Oliveira Silveira quem se debruçou sobre os livros e material disponível a respeito da história de Palmares, achando *O quilombo dos Palmares*, de 1947, de Edison Carneiro, e *As guerras de Palmares*, de Ernesto Ennes, editado em 1938. Foi entre uma reflexão e outra que se chegou a uma fonte transcrita

---

<sup>26</sup> “A autora escreve na década de 1980, quando a pesquisa sobre o fenômeno histórico dos quilombos estava pouco desenvolvida. Trabalhos posteriores vêm revelando novas informações. Ao incluir este ensaio, nossa intenção é documentar um momento importante na evolução dessa linha de pesquisa e registrar o enfoque sobre a vinculação do tema quilombo com a evolução ideológica do movimento social afro-brasileiro. O leitor interessado em aprofundar seu conhecimento da história dos quilombos no Brasil encontrará outras fontes mais atualizadas sobre o tema. [Nota da organizadora]” da Elisa Larkin Nascimento In *Cultura em movimento* [recurso eletrônico]: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil/ Elisa Larkin Nascimento. - São Paulo : Selo Negro, 2014. recurso digital (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira ; 2). Entendemos ser fundamental reproduzir essa observação da organizadora, sobre esse texto que estudamos.

com a data de 20 de novembro de 1695: dia do assassinato de Zumbi (GOMES, F. 2011, p. 87).

Oliveira Silveira foi um escritor baiano, aprendemos sobre sua biografia na obra de Flávio dos Santos Gomes (2011). Este autor faz uma importante citação de um fala de Silveira:

a proposta de evocar o 20 de Novembro teve analogia com o caso de Tiradentes, reverenciado na data de sua morte por execução na forca e esquartejamento. Não havia a data precisa do nascimento de Zumbi ou do início, bem anterior, dos Palmares em 1595, mas havia a data da morte do líder palmarino, em combate durante uma emboscada – 20/11/1695 (SILVEIRA, 19??, *apud* GOMES, 2011, p. 88).

Seja no 20 de novembro ou por todos os dias do ano, pode ser pelo cumprimento da lei nº 10.639/2003 nos espaços escolares, nas bandeiras de movimentos negros, nos programas de partidos políticos engajados na luta antirracista, nos esforços de intelectuais que seriamente movem pesquisas e formam opiniões, na nossa ousadia de romper com a “Geografia de Colombo e pensar a Geografia de Quilombos”, é necessário e preciso, como disse o poeta José Calos Limeira (1979), ter em nossa consciência negra, a atitude que: “faremos Palmares de novo”.

### Considerações para um acabamento sempre provisório frente à luta

*Eu quero ver  
Quando Zumbi chegar  
O que vai acontecer  
Zumbi é senhor das guerras  
É senhor das demandas  
Quando Zumbi chega é Zumbi  
É quem manda (Zumbi, por Jorge Ben Jor)<sup>27</sup>*

Este trabalho é especialmente dedicado aos educadores que acreditam em uma educação antirracista. Aos que reconhecem a República de Palmares como um território étnico de resistência quilombola, oferecemos nossa pesquisa e esperamos contribuir para o trabalho docente na sala de aula.

Estudar a bibliografia a respeito do Quilombo dos Palmares, da sua organização política, sua história e geografia e representatividade foi uma experiência que envolveu muitos aprendizados, especialmente das histórias de lutas vividas na formação territorial do Brasil. Conhecer a respeito de Ganga Zumba, Dandara dos Palmares, Aqualtune, Acotirene, Ganga Zona, Osenga, Zumbi dos Palmares e poder oferecer tais aprendizados para educadores e educandos é legítimo e dar continuidade às resistências quilombolas. Foram várias expedições para destruir os mocambos de Palmares, nessas investidas os colonizadores também forjaram a imagem e a sua versão de como era o quilombo.

Muitas das narrativas escritas da história de Palmares foram feitas por pessoas que acompanharam as expedições à destruição de seus mocambos. Em nossa pesquisa vimos que alguns autores buscaram superar as narrativas coloniais, que se tornaram “clássicas” ou “oficiais”. Diante disso, nossos estudos se alinham a tais autores, também nos embasamos em perspectivas descoloniais. Aprendemos que as narrativas oficiais fazem parte da “Colonialidade” (CRUZ, 2017), para criar formas de dominação, fazendo os seus interesses como padrões de poder, de ser, de saber e de natureza (CRUZ, 2017).

Santiago Castro Gómez (2005b), analisando as formulações de Anibal Quijano, afirma que a *colonialidade* é uma forma de dominação que não visava apenas submeter militarmente outros povos e destruí-los pela força, mas sim visa *transformar a sua alma* com o objetivo de *transformar radicalmente suas tradicionais formas de conhecer o mundo e a si mesmo, e, assim, levando o colonizado a adotar o próprio universo cognitivo do colonizador* (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 58b *apud* CRUZ, 2017, p. 16).

Nossa pesquisa foi uma revisão bibliográfica para contribuir, especialmente à Geografia, com a narrativa de uma pedagogia antirracista e crítica da Colonialidade em suas

---

<sup>27</sup> Trecho da música Zumbi, interpretada por Jorge Ben Jor, disponível em <https://www.lettras.mus.br/jorge-ben-jor/86395/> (acesso em 20/11/2020).



diversas dimensões. Essa Colonialidade, como vimos, forjou uma sociedade com valores oriundos de um passado escravista, portanto constituiu um território racista.

O racismo é uma estrutura de poder, com profundos valores ideológicos forjados por elites escravocratas. Estas que dominaram os espaços de produção do conhecimento científico, defenderam a ideia de hierarquia entre as diferentes etnias que formam o Brasil. O historiador Skidmore (1976) estudou as obras da elite colonial brasileira publicadas entre o final do século dezenove até os anos de 1930 e observou que a ideologia racial brasileira foi elaborada por sua elite intelectual, fortemente influenciadas e inspiradas em modelos racistas da Europa e dos Estados Unidos. Segundo o autor:

[...]

Como o resto da América Latina, o Brasil era vulnerável às doutrinas racistas vindas do exterior. Dificilmente poderia ser de outra maneira, uma vez que tais doutrinas eram parte vital da civilização norte-americana tão ardentemente admirada e de maneira tão incondicional – pela maior parte dos intelectuais latino-americanos antes de 1914. Quanto mais os brasileiros tomavam conhecimentos das últimas ideias geradas da Europa, tanto mais ouviam falar da inferioridade do negro e do índio. Semelhante fenômeno era particularmente verdadeiro por volta da passagem do século, quando o condicionamento reflexo e a preferência dos brasileiros pela cultura francesa levaram-nos, diretamente, a escritores racistas populares como Gustave Le Bon e Victor Lapouge<sup>28</sup> (SKIDMORE, 1976, p. 69).

Na pirâmide étnica imposta pelo racismo o tipo europeu caucasiano está no topo e os africanos e seus descendentes estão na base de tal estrutura. Os conhecimentos de matrizes europeias foram dados como hegemônicos, modernos e basicamente como as únicas de fundamentos filosóficos. Assim como a Colonialidade, vimos que o racismo oriundo em uma sociedade de longa história escravocrata, é reproduzido nas diferentes dimensões sociais

Trata-se de uma verdadeira *violência epistêmica*<sup>29</sup>, ou seja, uma forma de exercício do poder que produz a invisibilidade do outro, expropriando-o de sua possibilidade de representação e de sua autorrepresentação; isto é, trata-se do apagamento, do anulamento e da supressão dos sistemas simbólicos, de subjetivação e representação que o outro tem de si mesmo,

---

<sup>28</sup> “Para meu sumário levantamento de estudos do africano e do afro-brasileiro, usei como ponto de partida Arthur Ramos, *O Negro na Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro, 1956), cap. 14 “Os estudos científicos sobre o negro no Brasil”; e José Honório Rodrigues, *Brazil and Africa* (Berkeley, Calif, 1965; *Brasil e África*), principalmente pp. 36-52. Um inapreciável guia bibliográfico é fornecido por Donald Pierson, *Survey of to 1940* (Cambridge, Mass., 1945; *Levantamento da Literatura de Valor Sociológico Publicada sobre o Brasil até 1940*), que também está em Rubens Borba de Moraes e William Berrien, eds., *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1949), pp. 789-857. A seção sobre folclore dessa última obra é, também, importante levantamento bibliográfico (*Ibid.*, pp. 285-317). (Nota original de SKIDMORE, 1976, p. 310).

<sup>29</sup> “O conceito de violência epistêmica é usado por Santiago Castro-Gómez (2005) em um diálogo com formulação da pensadora indiana Gayatri Spivak” (nota original de CRUZ, 2017, p. 17).

bem como de suas formas concretas de representações e registro de duas memórias e experiências. Esse processo implicou aquilo que Boaventura de Sousa Santos denominou de “epistemicídio” ou seja, aniquilação da diversidade e da riqueza epistêmica do mundo, resultado do caráter totalitário da racionalidade moderna que desqualificou e exterminou uma infinidade de epistemes, ou seja, “outras formas de conhecer”. Isso mostra de maneira muito clara o vínculo entre a ciência moderna e o exercício do poder colonial. Desse processo permaneceu profunda colonização epistêmica, inclusive no pensamento crítico, que resultou em uma cosmovisão claramente arraigada no eurocentrismo, expresso nas formulações teóricas, na forma como construímos nossos conceitos, na maneira como estabelecemos nossas interpretações, comparações de fenômenos históricos e sociais e, enfim, na maneira *de produzimos conhecimentos, modos de significação e de produção de sentido ao mundo* (CRUZ, 2017, p. 17 e p. 18).

Os saberes que se opõem às ideologias desse racismo estrutural são ferramentas para superar o elitismo dos valores europeus, na busca de respeito à diversidade dos conhecimentos produzidos pelas matrizes populares, que também formaram o território brasileiro. É possível construirmos outras narrativas que contribuam para outros imaginários a cerca do Quilombos dos Palmares e das suas marcas na Geografia da formação territorial do Brasil. Estes esforços podem representar outras formas de conhecimentos, reconhecimentos, representatividades e consciência para os grupos subalternizados e colonizados superarem o racismo que os afligem.

A Geografia de Quilombos é nossa busca para oferecer uma ruptura com os valores do passado escravocrata reproduzidos nas narrativas oficiais. “A colonialidade como herança cultural, cognitiva e epistêmica está materializada no eurocentrismo que atravessa e orienta até os dias atuais uma grande parte da produção intelectual produzida nas ciências sociais, incluída aí a produção de geógrafos” (CRUZ, 2017, p. 18). A pesquisa que realizamos demonstrou que os processos de colonização europeia para a construção do território do Brasil ocorreram com a miscigenação forçada, com o extermínio de milhares de indígenas e africanos, apagamento da história e da geografia desses povos subalternizados e com fortes movimentos, sobretudo ideológicos, de embranquecimento da população brasileira. Para a Geografia de Colombo que visamos superar é conveniente legitimar tais ações através da produção e imposição de formas de conhecimentos e representatividade, pois o colonizador europeu buscou dominar de todas as maneiras possíveis os grupos colonizados, se colocando como superior. À ideia de Geografia de Quilombos partimos em direção às pesquisas que valorizam as narrativas de lutas e resistências dos indígenas, dos africanos, dos históricos movimentos quilombolas e seus descendentes. Trata-se do resgate da sua historicidade e geograficidade (PORTO-GONÇALVES, 2006), para que não haja mais resquícios coloniais

Essa nova perspectiva epistemológica, ética e política de compreender a nossa história e geografia que ganha destaque no momento atual não nasceu agora, mas sim é resultado de um longo processo, fruto de muitas formas de pensar e de agir contra o legado do colonialismo nos últimos cinco séculos. A nossa história é a história do colonialismo e sua herança, mas também é a história das resistências e lutas dos grupos subalternizados contra essa realidade. Sempre houve lutas concretas e formulações de pensamento que tinham como horizonte a superação do colonialismo e da colonialidade. Portanto, o pensamento descolonial não se restringe ao debate contemporâneo do “giro descolonial”, ele tem uma longa trajetória histórica (CRUZ, 2017, p. 24).

A nossa ideia de Geografia dos Quilombos não teve a pretensão de fundar um novo pensamento crítico nessa grandiosa ciência. Também não ousamos nos colocar como os únicos a propor críticas ao positivismo e ao eurocentrismo presentes no pensamento geográfico. Ao partir de muitas inquietações e das possibilidades da Geografia para contribuir com seriedade e criticidade para as questões étnico-raciais, amplamente debatidas nas ciências sociais, aprendemos muito no caminho escolhido para esta pesquisa. O pensamento descolonial nos ofereceu estruturas e referências para embasar e responder nossas proposituras teóricas.

O exemplo de Palmares faz parte dessas nossas inquietações, pois, por vezes, pensamos que a história dessa república negra pode representar uma narrativa geográfica que nos serve positivamente, especialmente à população negra, para representar suas origens étnicas, sua identidade e consciência racial. Não é suficiente ensinar a história e a geografia afro-brasileiras somente a partir dos movimentos de tráfico negreiro, miscigenação e embranquecimento da raça. A população negra, descendente de africanos, deve saber que seus ancestrais tinham vidas e organizações próprias antes das invasões europeias na África e da constituição das Américas. A educação, o conhecimento científico, historicamente construídos na formação territorial do Brasil, podem ser revisitados, revisados, reinterpretados criticamente para serem ensinados para o povo brasileiro as suas raízes quilombolas.

O geógrafo Valter do Carmo Cruz (2017) esboçou uma espécie de agenda para incentivar outros geógrafos a se engajarem em um projeto coletivo de construção de uma geografia descolonial, ele escreveu sete desafios, aqui, não ‘mais’ ou ‘menos’ importante, retomamos o último:

7) A colonialidade do poder, do saber e do ser e da natureza está presente em nossos *habitus* – um conjunto de aprendizados que na maioria das vezes é incorporado em nossas formas de perceber, representar e agir de forma inconsciente através da experiências e práticas cotidianas que vivemos em nossos diversos espaços de socialização e práticas cotidianas que vivemos em nossos diversos espaços de socialização como família, igreja, a rua etc. (BOURDIEU, 1989). Mas, sem dúvida, é na escola e na

universidade que somos sistematicamente submetidos a um processo de colonização dos nossos sentidos de vida. Nessas instituições somos sistematicamente submetidos à produção de um *habitus colonial* que produz uma subjetivação eurocêntrica (CASTRO-GÓMEZ, 2007). Não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica, mas também pedagógica, que esteja expressa nos currículos, nas metodologias de ensino, nas avaliações etc. A universidade e a escola precisam se descolonizar, nós professores precisamos pensar em pedagogias outras, em pedagogia descoloniais (CRUZ, 2017, p. 32).

A partir da Geografia de Quilombos e o exemplo de Palmares também buscamos contemplar as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Entendemos que essas legislações fazem parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas e que, para além da obrigatoriedade, do cumprimento superficial ou folclorizado das questões étnico-raciais dos indígenas e da população negra, devem ser implementadas como instrumentos de empoderamento da população brasileira no seu enfrentamento ao racismo.

A ideia de Quilombos, como apresentamos nessa pesquisa a partir de nossos estudos, não se resume a um “refúgio de escravizados”. Quilombo é uma organização política e cultural que os povos trazidos de África já viviam no continente negro (NASCIMENTO, B. 2014). O exemplo de Palmares remonta à história de um dos maiores movimentos quilombolas da época colonial, também um dos maiores territórios étnicos, que acolheu em seus mocambos os negros, indígenas e brancos pobres que sofriam nas plantations dos senhores de engenho (MOURA, 1993). Palmares foi um espaço de resistência, suas lideranças foram grandes heróis que lutaram por territórios de justiça, liberdade e pela emancipação dos povos escravizados no Brasil colônia. Pretendemos, nesse sentido, contribuir com os educadores para a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2011), que deliberou:

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (Exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade (BRASIL, 2011, p. 506).

O Brasil é um país miscigenado e a maior parte de sua população são pessoas negras e mestiças (MUNANGA, 1999). Os brancos, apesar da herança colonial, participaram dos processos de miscigenação entre indígenas e descendentes de africanos, mas, tais processos estão longe de confirmar integrações étnicas para a formação de uma suposta democracia racial. O passado colonial brasileiro não culminou em apartheid racial,

entre brancos e não brancos. Contudo, as desigualdades sociais, econômicas são profundas entre os diferentes grupos étnico-raciais. Para Clóvis Moura

Houve, portanto, uma imbricação entre etnia e *status*, etnia e valores sociais e etnia e papéis sociais e culturas. Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou seguimento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social (MOURA, 2014b, p. 183)

E segue o autor a respeito de “democracia racial” no Brasil

Quando democratizarmos, realmente, a sociedade brasileira nas suas relações de produção, quando os polos do poder forem descentralizados através da fragmentação de grande propriedade fundiária e o povo poder participar desse poder, quando construirmos um sistema de produção para o povo consumir e não para exportar, finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito, e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então, termos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos (MOURA, 2014b, p. 220).

Na sua obra *Quilombos resistência ao escravismo* (1993), Clóvis Moura afirma que no território étnico de Palmares havia uma importante articulação e integração de seus mocambos: “Esses mocambos, que ocupavam um território extenso, terminam transformando-se em uma confederação de quilombos e, em decadência, em uma república” (MOURA, 1993, p. 51). No quinto capítulo dessa obra, “Palmares: república de homens livres” o autor indica importantes aspectos da organização cultural, política e econômica da República dos Palmares. Mas é no quarto capítulo dessa obra, “Como se organizavam os quilombos” que Moura (1993) indica a maior ameaça dos movimentos quilombolas contra a sociedade colonial

[...] a função dos quilombos como nódulos de resistência permanente no sistema escravista. Não podemos, por isto, deixar de salientar que, durante, todo o transcurso de sua existência, eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, pelo contrário, agiam no centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. Essa perspectiva que os quilombos era um “perigo” e criava as premissas para reflexão de grandes camadas da população oprimida. Por isso mesmo o quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independente de sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas (MOURA, 1993, p. 36 e p. 37).

Aos educadores e educandos que lutam contra o racismo, que se dedicam aos estudos de Geografia e formação territorial do Brasil, oferecemos nossa pesquisa, nosso esforço bibliográfico para uma narrativa crítica e descolonial da República dos Palmares, grande território étnico de resistência quilombola. Resgatamos a memória de Zumbi dos Palmares, o verdadeiro herói da libertação negra no Brasil. A lei nº 10.639/2003 ao

referendar o 20 de novembro, data oficial da morte de Zumbi, indica, para nós, um importante passo para consolidação da consciência negra em nossos jovens estudantes, em especial os de origem negra e quilombola.

Pesquisar o Quilombo dos Palmares, especialmente a partir da Geografia, é reverenciar um verdadeiro espaço de resistência contra a injusta escravidão que condenou nosso país às heranças perversas da Colonialidade e do racismo estrutural. Desmitificando as histórias e afirmações de “descobrimento do Brasil”, “democracia racial”, “passividade dos indígenas e dos negros à escravização” oferecemos o resgate desse território étnico e de um grande herói brasileiro, que lutou bravamente até morte pela salvação de seu povo. Para Clóvis Moura “Palmares foi a negação, pelo exemplo, de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura, escravista-colonialista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial em seu conjunto” (MOURA, 1993, p. 62) e afirma que “Zumbi, por isso mesmo, não apareceu por acaso. Foi a síntese da capacidade de organização, de mobilização e resistência da República, o seu herói-símbolo, porque sintetizou, na sua biografia, a biografia de seu povo, pelo qual deu a vida<sup>30</sup>” (MOURA, 1993, p. 62 e p. 63).

Consideramos, portanto, valiosas as resistências de caráter quilombola estudadas em nossa pesquisa e valorizamos os aprendizados que conseguimos conhecendo parte dos movimentos de críticas ao passado colonial brasileiro e das perversidades da Colonialidade em suas diferentes dimensões. Reconhecemos como grandes fontes inspiradoras de nosso trabalho as contribuições que avançaram para além da descrição histórica dos fatos e, assim, partindo para o aprofundamento e reconhecimento de outras matrizes populares do Brasil.

Nos pautamos na mesma direção das lutas dos negros, indígenas e brancos refugiados em busca de liberdade e paz nos mocambos. Nesse sentido, referenciamos nosso tema de pesquisa no espírito de luta deixado pela memória de Zumbi dos Palmares, nas obras, que pudemos conhecer, de Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Décio Freitas e tantos outros importantes intelectuais, no belo trabalho de artistas como Tony Tornado, Ruth Souza, Zezé Motta e vários que, por exemplo, estrelaram no filme *Quilombo*, de Cacá Diegues (1984). Nos inspiramos, também, nas canções “Zumbi” de Jorge Bem Jor, “Zumbi (A Felicidade Guerreira)” de Gilberto Gil, na grandiosa letra de “Canto das Três Raças” eternizada pela Clara Nunes, composição de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte, no

---

<sup>30</sup> “Ver, a esse respeito: SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo. Moderna, 1985” (MOURA, 1993, p. 63) – nota original de Clóvis Moura.

samba de enredo “Kizomba, festa da Raça” de Rodolpho, Jonas, Luiz Carlos da Vila e eternizado pela G.R.E.S. Unidos da Vila Isabel e o mestre Martinho da Vila, também desse grande compositor a canção “Zumbi dos Palmares, Zumbi”, no samba “Negro Zumbi” da grandiosa Leci Brandão, no samba “300 anos” gravado pelo Grupo Bom Gosto, no reggae “Zumbi dos Palmares” de Edson Gomes entre várias outras músicas, cantigas e ladainhas de capoeira<sup>31</sup> que grandes Mestres<sup>32</sup> entoam para abrir suas rodas de vadições<sup>33</sup>. Nos inspirou as poesias históricas de Oliveira Silveira, “Poemas sobre Palmares”, de Luiz Silva (Cutí) em “Palavras de Negro”, a histórica poesia “Quilombos” de José Carlos Limeira, cujos os versos “Faremos Palmares de novo” inspiraram bandeiras de movimentos sociais e ativistas na luta contra o racismo, em toda literatura negra, nos belos versos de Solano Trindade em “Zumbi”

Zumbi morreu na guerra  
Eterno ele será  
Rei justo e companheiro  
Morreu pra libertar  
Zumbi morreu na guerra  
Eterno ele será  
Se negro está lutando  
Zumbi apresenta está  
herói cheio de glórias  
Eterno ele será  
À sombra da gameleira  
A mais frondosa que há  
Seus olhos hoje são lua,  
Sol, estrelas a brilhar  
Seus braços são troncos de árvores  
Sua fala é vento, é chuva,  
É trovão, é rio, é mar (TRINDADE, 2007, p. 165).

Distante de esgotar o “exemplo de Palmares” ou expressar considerações finais desse tema, a Geografia de Quilombos está, humildemente, para todos os educadores e educadoras, educandos e educandas, que se encorajaram na luta contra todas as formas de preconceito e violência que o racismo pode produzir.

---

<sup>31</sup> Ouça “Homenagem a Zumbi dos Palmares” por Mestre, disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=myvU9dR7ADk&ab\\_channel=GRAJAURBANIDADE](https://www.youtube.com/watch?v=myvU9dR7ADk&ab_channel=GRAJAURBANIDADE) (acesso em 20/11/2020).

<sup>32</sup> Veja e ouça “Zumbi” por Mestre Boa Gente, disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=iabgd0VMJWU&ab\\_channel=EdvalSantos](https://www.youtube.com/watch?v=iabgd0VMJWU&ab_channel=EdvalSantos) e [https://www.youtube.com/watch?v=55FJT1EDoVE&ab\\_channel=EdvalSantos](https://www.youtube.com/watch?v=55FJT1EDoVE&ab_channel=EdvalSantos) (acessdos em 20/11/2020).

<sup>33</sup> Ouça “Ladainha Rei Zumbi dos Palmares” por Grupo Capoeira Angola Pelourinho, disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=5u\\_qO9llq30&ab\\_channel=GrupodeCapoeiraAngolaPelourinho-Topic](https://www.youtube.com/watch?v=5u_qO9llq30&ab_channel=GrupodeCapoeiraAngolaPelourinho-Topic) (acesso em 20/11/2020).

Por que Geografia de Quilombos? Porque os quilombos da época colonial foram territórios de resistência que existiram por toda formação territorial brasileira, onde moravam todos os brasileiros que lutavam contra as injustiças do sistema, reunindo quilombolas independente de sua cor de pele. A Geografia é a ciência social que estuda o espaço em suas diversas dimensões (cultural, econômica, política), é um importante conhecimento para aprendermos sobre a formação do Brasil. Ela não pode ser entendida como um saber neutro ou isenta das reparações históricas que a educação pode oferecer para os povos historicamente oprimidos na constituição do território nacional. Portanto, a Geografia de Quilombos é, sobretudo, uma contribuição para essa grandiosa disciplina, de conteúdos antirracistas e de formação de consciência negra nas escolas.

A partir de nosso trabalho temos esperança nas práticas de ensino que pautam seriamente as questões raciais. Estamos buscando, com todo o esforço de nossa criatividade e no papel de professor como intelectual responsável (GIROUX, 1997), o estudo das possibilidades descoloniais na organização social e cultural que fazem historicamente as populações negras, quilombolas e indígenas. Trazemos aqui o nosso compromisso com a luta dos históricos movimentos quilombolas e movimentos negros que marcaram os conhecimentos produzidos na nossa pesquisa.

A Geografia de Quilombos faz parte dos diversos movimentos de produção do conhecimento crítico filosófico-científico. Esses movimentos, embora com particularidades acadêmicas exigidas pelas universidades, são muito importantes quando ressignificados e usados a favor da luta anticolonial e antirracista. A dimensão do saber está intimamente associada à dimensão do poder, conforme indicou Cruz (2017). Portanto, cabe pensar os saberes da Geografia como um instrumento de aquilombamentos e empoderamento na questão racial brasileira.

Enquanto não houver reparações e medidas compensatórias reais por parte do Estado, das suas instituições, das políticas públicas; enquanto o fazer científico mistificar os problemas sociais a ser usado como instrumento do positivismo eurocêntrico e como principal aliado das forças produtivas do capitalismo; enquanto não partir de toda sociedade brasileira o respeito, a justiça e o reconhecimento das populações negras, indígenas que resistiram contra o genocídio e construíram o Brasil; e enquanto não houver garantias territoriais para a subsistência e manutenção da cultura, da economia e da vida dos negros, indígenas e quilombolas; e não havendo liberdade para tais povos, o direito do entendimento de sua própria história e destinos; direito à moradia, educação, saúde, segurança e dignidade aos que são a maioria da população brasileira, não haverá nenhuma



forma de democracia nesse país, pois permanecerá mergulhado nas perversas estruturas coloniais.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. e BEMARD, W. **Sambaquís da região lagunar de Cananéia**. I - Observações geográficas. II - Especulações pré-históricas. Bol. Inst. Oceanogr. vol.4 no.1-2 São Paulo June/Dec. 1953 <http://dx.doi.org/10.1590/S0373-55241953000100010> (acesso em 23/04/2020).

ANJOS, R. A. DOS. **O Brasil africano: geografia e territorialidade**/ Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Brasília: CIGA – Cespe – UnB, 2010.

ANJOS, R. A. DOS. **Territorialidade quilombola: fotos & mapas** – Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011.

ANJOS, R. S. A. DOS. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. Separata de: SANTOS, R. E. DOS. (organizador) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil** – 2. Ed. – Belo Horizonte : Editora Gutenberg, 2009 (Coleção Cultura e Identidades).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. Presidência da república, casa civil subchefia para assuntos jurídicos. lei nº 10.639, de 9 de março de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**, Brasília: [s. n.], ano 2003, p. 1, 9 mar. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm). Acesso em: 26 fev. 2019.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 26 fev. 2019

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) (acesso em 23/04/2020).

BRASIL. Presidente Da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008**: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, Diário Oficial da União - Seção 1: [s. n.], ano 2008, n. 11.645, p. 1, 10 mar. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia** /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/ SEF, 1998.156 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf> Acesso em 26 fev. 2019.

BRASIL/Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **Despacho do Ministro, Resolução Nº 1, 17 de junho de 2004**. Diário Oficial da União, 19 maio 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso em: 26 fev. 2019.

BRASIL/Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). ASSUNTO: **Diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica, em decorrência da lei nº 11.645/2008**. RELATORA: Rita Gomes do Nascimento. PROCESSO Nº: 23001.000071/2011-69. PARECER CNE/CEB Nº:14/2015. COLEGIADO: CEB. APROVADO EM:11/11/2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&Itemid=30192) (Acesso em 23/04/2020).

CAMPOS, M. T. de A. **Implementação da lei 10.639/2003: roteiros**/ Maria Teresa de Arruda Campos, (coordenadora). Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix, 2014. 124p. ISBN: 978-85-68118-04-7

CARVALHO, J. F. e CIMBALUK, L. Diversidade étnico-racial no Brasil. Separata de: SILVÉRIO, V. R.; MATTIOLI, E. A. K.; MADEIRA, T. F. L. (orgs.). **Relações étnico-raciais: um percurso para educadores**/ organizadores Valter Roberto Silvério, Érica Aparecida Kawakami Mattioli, Thais Fernanda Leite Madeira. – São Carlos : EdUFSCar, 2012. 238p. – v. 1 – (Coleção Especialização). ISBN: 978-85-7600-310-6.

CORRÊA, G. S. **O branqueamento do território como dispositivo de poder da colonialidade**: notas sobre o contexto brasileiro. Separata de: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Letra Capital, 2017. cap. II, p. 57-75. ISBN 978-85-7785-512-4.

CRUZ, V. C. **Geografia e pensamento descolonial**: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. Separata de: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Letra Capital, 2017. cap. II, p. 57-75. ISBN 978-85-7785-512-4.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: (o legado da “raça branca”), volume 1/ Florestan Fernandes ; prefácio Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. – 5. ed. – São Paulo : Globo, 2008. (Obras reunidas de Florestan Fernandes. ISBN 978-85-250-4566-9.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra dos escravos. 3ª Edição (revisada e ampliada pelo Autor) Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1981

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/ Gilberto Freyre; ilustrações Tomás Santa Rosa e Poty, desenho a cores de Cícero Dias. 17.ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 1xxxviii+574p. ilust. 21cm. CDD – 309.181 301.20981. CDU – 308(81) 39 (81).

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**: tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (Estudos latino-americanos, v. 12) Do original em espanhol: Las venas abiertas de America Latina. 1992. CDD-327.11-338.098 CDU-327.2.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, F. S. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias, símbolos e memória social/ Flávio dos Santos Gomes; coordenação Lilia Moritz Schwarcz e Lúcia Garcia. – 1ªed. – São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, N. L. **Cultura negra e educação**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.23, pp.75-85. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>. (acesso em 23/04/2020).

HERMANN, J. **Cenário do encontro de povos**: a construção do território. Separata de: **Brasil**: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. -2.ed.- Rio de Janeiro : IBGE, 2007. ISBN 978-85-240-3940-9.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de candidatura da serra da barriga, parte mais alcantilada** – Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL / Candice dos Santos Ballester. [et al.] ; Marcelo Brito, coordenador ; Candice dos Santos Ballester, Greciene Lopes dos Santos, organizadoras ; Aruã Lima ... [et al.], colaboradores ; Fidelity Translations LTDA, tradutor. - São Carlos : Editora Cubo, 2017. ISBN 978-85-60064-75-5. ISBN online 978-85-60064-75-5. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Dossie\\_serra-da-barriga.pdf](http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Dossie_serra-da-barriga.pdf) (acesso em 20/11/2020)

MIGNOLO, W. D. **DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: A OPÇÃO DESCOLONIAL E O SIGNIFICADO DE IDENTIDADE EM POLÍTICA**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, [S. l.], 2008. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. Disponível: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em 26 fev. 2019

MORAES, A. C. R. **Território e história do Brasil**. / Antonio Carlos Robert de Moraes. – 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008. 154p. : 10,5 x 18 cm. ISBN 85-7419-547-2.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**./Clóvis Moura. – 2.ed. – São Paulo : Fundação Maurício Graboys co-edição com Anita Garibaldi, 2014b. 336 p. ISBN 978-85-7277-155-9.

MOURA, C. **Quilombos resistência ao escravismo**./Clóvis Moura – 3.ed. – São Paulo : Editora Ática S.A. – Rua Barão de Iguape, 110. 1993. ISBN 85 08 01858 4.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**./Clóvis Moura – 5.ed. – São Paulo : Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício Graboys, 2014a. 456p. ISBN 978-85-7277-147-4.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra** / Kabengele Munanga. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1999. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo. ISBN 85.326.2208-9.

NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista** / Abdias Nascimento ; com prefácio de Kabengele Munanga ; e texto de Elisa Larkin Nascimento e Valdecir Nascimento. -- 3. Ed. Ver. -- São Paulo : Editora Perspectiva ; Rio de Janeiro : Ipeafro, 2019. ISBN 978-85-273-1149-6. CDD-981.021.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado** / Abdias do Nascimento. – I. ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016. 232p. ; 19 cm. Inclui Bibliografia ISBN 978-85-273-1080-2

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. Separata de: Cultura em movimento [recurso eletrônico]: **Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**/Elisa Larkin Nascimento. - São Paulo : Selo Negro, 2014. recurso digital (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira ; 2)

NASCIMENTO, G. & NASCIMENTO E. L. Reflexões sobre o “descobrimento” das Américas/ Gizêlda Melo do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. Separata de: NASCIMENTO, E. L. (org). **A matriz africana no mundo**/ Elisa Larkin Nascimento, (org). São Paulo. Selo Negro, 2008. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 1). Bibliografia ISBN 978-85-87478-32-0.

PINSKY, J. Mitos da escravidão no Brasil. Separata de: São Paulo (Estado) Secretaria da Educação; Grupo de Trabalho para assuntos afro-brasileiros. **Salve 13 de maio?** São Paulo, SE, 1988. CDU 341.234 37:341.234.

PORTO GONÇALVES, C. W. **A geografia do sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna**. Separata de: SANTOS, Renato Emerson dos et al (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. cap. PREFÁCIO, p. 7-11. ISBN 978-85-89239-46-2.

PORTO GONÇALVES, C. W. Separata de: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Letra Capital, 2017. cap. II, p. 57-75. ISBN 978-85-7785-512-4.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas, v. 1, n. 3, p. 5-26, 1 maio 2006 (disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344> e acessado em 23/04/2020).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil** / Darcy Ribeiro. Companhia das Letras – 1995 – São Paulo. Segunda edição. Versão online disponível em: [phi.org.br/sites/filosofia\\_brasil/Darcy\\_Ribeiro\\_-\\_O\\_povo\\_Brasileiro-\\_a\\_formação\\_e\\_o\\_sentido\\_do\\_Brasil.pdf](http://phi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_formação_e_o_sentido_do_Brasil.pdf) (acesso em 23 de abril de 2020).

SANTOS, H. **Desenvolvimento e inclusão social**. Proceedings of IV Biennial International Workshop “Advances in Energy Studies”, Unicamp, Campinas, SP, Brazil, 16 mar. 2004. E-book.Pages 175-180.

Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/energy/Helio%20Santos.pdf> Acesso em 26 de fev. 2019

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica / Milton Santos. – 6. ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. – (Coleção Milton Santos, 2). ISBN 978-85-314-0715-4.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal / Milton Santos – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011. ISBN 978-85-01-05878-2

SANTOS, R. E. dos O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. Separata de: SANTOS, R. E. Dos. (organizador) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na Geografia do Brasil – 2. Ed. – Belo Horizonte : Editora Gutenberg, 2009 (Coleção Cultura e Identidades).

SANTOS, R. E. dos. O movimento negro brasileiro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial. Separata de: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (org.). **Geografia e giro descolonial:** experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Letra Capital, 2017. cap. II, p. 57-75. ISBN 978-85-7785-512-4.

SILVA, P. B. G. (relatora) Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004 – DF – **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e africana.** Processo n.º 23001.000215/2002-96. Parecer n.º: CNE/CP 003/2004. Colegiado: CP. Aprovado em 10/3/2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf) (acesso em 20/11/2020).

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro ; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 332p. 21cm (Estudos brasileiro, v. 9). Do original em inglês: Black into white: race and nationality in Brazilian thought. CDD – 301.4510420981 301.2410981 320.540981 CDU – 301. 185 (81) “1870-1930” 323. 12 (81) “1870-1930”.

TRINDADE, S. **Poemas antológicos de Solano Trindade.** / Editora Nova Alexandria, São Paulo, 2007 / Coleção Obras antológicas. 168 p. CDD 869.1 B.

VAINFAS, R. **História indígena:** 500 anos de despovoamento. Separata de: **Brasil:** 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. -2.ed.- Rio de Janeiro : IBGE, 2007. ISBN 978-85-240-3940-9.

Rio Claro, janeiro de 2021.



Wesley Roberto da Silva



Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho